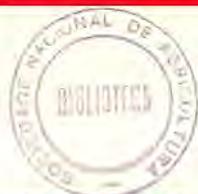


ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXIII



JULHO-AGOSTO 1970

41



ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"

Vista parcial da horta.



Uma presença familiar

Três gerações de brasileiros
vivem com a marca Nestlé.
A ela se habituaram,
como nos habituamos a tudo
o que significa presença,
convívio, lar.
Dois milhões e 500 mil crianças,
todos os anos, despertam

para ela. E dela se nutrirão,
e com ela irão crescer.
E continuarão a vê-la com olhos de
reconhecer, de amar, de sentir-se
em casa. Há símbolos
que permanecem.

PRODUTOS **NESTLÉ**

INDICE

Estamos em Tempo de Vitória. Plante!	2
Reminiscências — Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura — Luiz Marques Poliano	5
Resultados Preliminares de Experimento sobre o Controle da "Ferrugem" da Lentilha Mediante o Emprego de Fungicidas — Ralph W. Baumgart	6
Parque de Proteção à Fauna Rara	7
Escola da Penha Mostra que o Rio ainda é Agrícola Luiz Marques Poliano	8
Futuro para Agricultura dos Países em Desenvolvimento — Thomás C. Clemens	10
Instantâneos de gença da roça — Fatalidade — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá	12
Modificações na Agricultura Holandesa	13
Formosa e o Estado do Rio de Janeiro — José Sampaio Fernandes	14
Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais ..	15
Eis um Homem! — Serzedello Machado	16
Conferência de Cientistas Agrícolas — Londres	20
A Foto Internacional	21
Uma Possibilidade para a Amazônia — O Café — Ady Raul da Silva	25
Agricultura na Guanabara	26
XXI Semana do Lacticinista — Otto Fransel	27
Cultura do Chuchu — Almiro Gonçalves Castro	28
A Esperança Mora no Campo	30
Pode-se ainda Ganhar a Guerra Contra a Fome e o Sub-Desenvolvimento	31
Plantador de Coqueiros — Othello Tormin	32
O Quadro Agrário da América Latina — Fábio Luz Filho	34
Página de Historiador — Valdiki Moura	35
Climas de Minas Gerais — Adalberto Serra	38
Notícias e Informações	41
Legislação Agrícola	45
"A Lavoura" — Há 70 anos	51
	56

NOSSA CAPA

É uma parte da Horta da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", irrigada mecânicamente. Os seus produtos dão renda à Escola e reforçam o cardápio dos alunos internos. Além disso, é campo de ensino para estes e para os numerosos matriculados nos Cursos Práticos.

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXIII

julho — agosto — 1970

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Engenheiro-Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
KURT REPSOLD
Engenheiro-Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
Engenheiro-Agrônomo

COLABORADORES

— ADALBERTO SERRA
— ADY RAUL DA SILVA
— ENNIO LUIZ LEITAO
— FABIO LUZ FILHO
— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
— JULIO CESAR COVELLO
— OTTO FRENSEL
— MARIA DO CARMO DO AMARAL PINTO

Chefe da Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

ESTAMOS EM TEMPO DE VITÓRIA. PLANTE!

A agricultura foi sempre a grande esquecida dos nossos governos, de um modo geral.

Um dos últimos Presidentes da República estabeleceu para o seu govêrno um sistema de "metas", dentre as quais, dizia-se, *três* visavam a beneficiar a agricultura.

Em artigo que publicamos então, anotamos que, dessas *três* metas, apenas *uma*, diretamente era realmente para a agricultura porque as *duas* outras tratavam da *indústria* isto é, da produção de máquinas agrícolas e da instalação de frigoríficos e silos.

Com o govêrno do ilustre Presidente Emilio Garrastazu Médici, porém, o panorama se apresentou diferente, desde o início de sua gestão.

Com efeito, no seu discurso-programa, como homem oriundo do campo, cuja família foi sempre dedicada às lides rurais, já acenava para os nossos agricultores com a promessa de que a atividade agrícola lhe haveria de merecer o maior cuidado e interêsse, quase que assumindo um compromisso de *prioridade* para nossa ainda hoje maior atividade econômica.

Com o decorrer do tempo, essa expectativa vem se tornando cada vez mais animadora.

Pelo menos três dos seus ilustres Ministros vêm dedicando especial e direta atenção ao incremento, à dinamização e ao fomento de nossa produção, seja mudando e inovando arcaicas normas da administração, indispensáveis ao aumento da produtividade, seja propiciando-lhe incentivos de toda ordem.

"Uma agricultura forte multiplicará as oportunidades que o Brasil tem para alcançar com rapidez o seu desenvolvimento pleno, considerando-se que o govêrno do Presidente Médici deseja elevar ao máximo a taxa da economia brasileira".

São palavras do ilustre Ministro da Agricultura, o Eng.^o Agr.^o Luiz Fernando Cirne Lima, que consideramos como um reflexo do pensamento e dos objetivos do Chefe do Govêrno e também, é claro, do seu modo de encarar tais problemas, como profissional que é, da Agricultura e da Agronomia, por todos reconhecido como grande conhecedor das necessidades mais imediatas do nosso meio rural.

Aliás, o homem que criou o milagre Ford nos Estados Unidos, o autor de "Minha Vida e Minha Obra", afirmou e deixou escrito que a economia americana só seria realmente forte se conseguisse apoiar um pé na Agricultura e outro na Indústria. E isto aconteceu com os nossos prósperos vizinhos do norte do continente, com os felizes resultados que todos conhecemos.

É o que está fazendo, e acertadamente, o nosso govêrno, através a equipe, que aqui com justiça destacamos: os Ministros da Fazenda, da Agricultura e da Indústria e Comércio.

Foi na Federação de Agricultura do Estado de São Paulo que Cirne Lima e Delfim Netto lançaram a "Campanha para o Aumento da Produtividade" no Estado. A escolha do local para o seu pronunciamento foi muito feliz, pois se trata do órgão de cúpula da classe agrícola paulista, interessando, assim, o

movimento associativo que aquela Federação representa, nos objetivos governamentais.

Na ocasião afirmou o titular da Fazenda: "Todos os veículos de comunicação foram mobilizados para conscientizar o agricultor da importância de seu trabalho", informando então aos presentes sobre as medidas governamentais de estímulo à atividade: "crédito a juros reduzidos para aquisição de mudas e sementes selecionadas, inseticidas e fertilizantes, corretivos do solo, máquinas e equipamentos, estímulos fiscais, garantia de preços mínimos para alguns produtos da safra de 69/70/71, que transcrevemos:

	69-70	70-71	% ±
	Cr\$	Cr\$	
Milho (60 kg)	9,00	11,00	22,2
Soja (60 kg)	12,82	17,00	32,6
Amendoim (25 kg)	7,95	9,60	20,7
Mamona (15 kg)	17,78	19,60	10,2
Feijão-preto	25,10	40,00	50,3
Feijão de côr	25,10	31,40	25,0
Arroz-curto	17,10	18,80	10,0
Arroz-médio	18,00	19,80	10,0
Arroz-longo	21,00	22,20	5,7
Farinha mandioca (50 kg)	6,10	7,30	19,6
Trigo (60 kg)	427,00	29,40	8,8
Algodão em carôço (15 kg)	8,70	10,50	20,7

E declararam os Ministros do Presidente Médici então que todos os órgãos do governo foram chamados a atender com objetividade e sem burocracia, aos objetivos oficiais, conclamando os produtores:

"Plantem! A queda da produtividade em seu município significará um passo atrás na arrancada brasileira em direção do amanhã. Estamos certos de que isso não vai acontecer, pois contamos com a sua total adesão ao esforço do Governo Federal em favor do Brasil. Estamos em tempo de vitória. Plantem!"

A campanha pela produtividade, assim, vem sendo pessoalmente levada aos meios rurais pelos Ministros citados. Não foi somente em São Paulo que as suas palavras de acoroçoamento se fizeram ouvir pelos criadores e lavradores. Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, enfim a grande maioria das unidades da Federação representativas das regiões agrícolas do país receberam o estímulo da presença pessoal do governo, que de há muito não sentiam, através os planos dêste, visando à comercialização e ao abastecimento; ao crédito; à reforma agrária; ao reflorestamento; à armazenagem; e à indústria frigorífica. A pesca foi outro dos temas apresentados aos lavradores brasileiros sob os novos prismas a respeito dos quais os vê o governo atual: a moderna tecnologia no campo, com o apoio das pesquisas, a mecanização, o crédito agrícola, são tarefas — afirmaram os delegados ao Presidente, que o esforço conjugado dos órgãos federais e empresas privadas propiciarão, à agricultura e à pecuária, daí resultando uma elevação substancial nos incentivos da produção agro-pecuária.

Para atender ao vasto programa foram aprovados projetos exigindo em 1970 aplicações que atingem a quase 900 milhões (bilhões velhos) e a 4,4 bilhões (trilhões velhos) até 1973. No setor da pecuária a preocupação do governo para sua melhoria se traduz, além de outras, na defesa sanitária animal, incluindo a campanha contra a febre aftosa. No plano, a ser desenvolvido em quatro etapas no espaço de 4 anos, (1970/73) terá o governo realizado o controle total do rebanho bovino do Brasil.

O governo, como se vê, está atento às necessidade da lavoura, quer ajudá-la, porque sabe que sem a mão forte e honesta do agricultor, a indústria e o comércio ficarão inermes, porque impossibilitados de movimentar a riqueza nacional, pois ainda é na agricultura que estas duas atividades econômicas apoiam o seu principal campo de ação.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

4.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES

— FLÁVIO DA COSTA BRITTO

— KURT REPSOLD

— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO

— JOÃO BATISTA LUSARDO

— FREDERICO MURTINHO BRAGA

— LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR

— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA

— RAFAEL XAVIER

— OTTO FRENSEL

— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE

BEN-HUR FERREIRA RAPOSO

CARLOS ARTHUR REPSOLD

ENNIO LUIZ LEITÃO

JALMIREZ GUIMARÃES GOMES

JOSÉ SAMPAIO FERNANDES

JÚLIO CÉSAR COVELLO

LUIZ HERMANY FILHO

MÁRIO DE OLIVEIRA

OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARÃO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLÃO BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEÃO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TRAJANO DE MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFÁCIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SA FORTES
- 31 — TEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITÃO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTES

- Rafael da Silva Xavier
- Alberto Ravache
- Geraldo Goulart da Silveira
- Kurt Repsold
- Luiz Marques Poliano
- Arménio da Rocha Miranda
- Ennio Luiz Leitão
- Frederico Murtinho Braga
-
- Heitor Grillo
- Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
- Edgard Teixeira Leite
- Luiz Simões Lopes
- Jayme Bernardes Cotrim
- Luiz Hermann Filho
- Luiz Guimarães Júnior
- fris Meinberg
- Júlio César Covello
- Oswaldo Balarin
- José Augusto Bezerra de Medeiros
-
- Fábio Luz Filho
- Mário Penteado de Faria e Silva
-
-
- Honório Monteiro Filho
- Rômulo Cavina
- Otto Frensel
- Oswaldo Lazzarini Peckolt
- Rômulo Joviano
- José Sampaio Fernandes
- Sylvio Frões Abreu
-
-
- João Carlos Bello Lisboa
- Milton Freitas de Souza
- Flávio da Costa Britto
- João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção (Ministério das Relações Exteriores) — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA ANIMAÇÃO DA AGRICULTURA

(Representação do R. G. Sul — II)

No artigo anterior tratamos da atuação no Brasil da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, de Paris, e cuja ação se fazia presente entre nós através representantes nos Estados e cidades principais do Brasil.

A representação do Rio Grande do Sul, a cargo do Dr. Bruno Gonçalves Chaves de Pelotas, conservou o seu arquivo e dêle pudemos extrair dados e informações muito interessantes, convencendo-nos os documentos compulsados de que se tratava de uma entidade atuante e prática, desmentindo aqueles conceitos que no Brasil circulavam, considerando-a uma agremiação puramente teórica e freqüentada por *snobs*.

A parte mais difícil da representação era exatamente aquela que se referia ao recolhimento das contribuições dos sócios, trazendo aos delegados um trabalho direto junto os membros residentes, nem sempre muito pontuais nas suas obrigações. O papel de cobrador nunca foi muito cômodo para quem o exerce, pois inspira a antipatia de quem é cobrado...

Em 24 de abril de 1922, o "Secretário encarregado da Expedição" da Sociedade, do seu próprio punho, anotava (papel do arquivo) que, no "no caso de o Sr. Dr. Bruno Chaves não estar mais disposto a se ocupar dos recebimentos do Estado do Rio Grande do Sul, a Sociedade lhe seria reconhecida se indicasse um outro de seus membros componentes (o Sr. Gustavo Croner, por exemplo) ou mesmo um simples sócio que lhe parecesse capaz, por sua posição, de poder assumir o serviço". A 18 daquele mês, quando a Socie-

dade se mudava para a Rua Lisboense 14, o seu Secretário Geral, J. Mello Viana, escrevia ao Dr. Bruno Chaves manifestando-lhe a esperança "de poder continuar a considerá-lo como membro correspondente em Pelotas..."

Parece-nos que o substituto não foi encontrado e o Dr. Bruno continuou no espinhoso encargo até a extinção da Sociedade, pois não encontramos o nome do seu sucessor, mas uma enorme quantidade de recibos não pagos, num total de 7.126 francos, quase todos devidos por sócios fundadores (200 francos).

O antecessor do Dr. Bruno Chaves foi o Dr. José Cipriano Nunes Vieira (1911-1916). De acôrdo com os documentos compulsados, êste representante enviou nêsse período à SBAA através o Banco Pelotense, 17.874,70 francos, e, pelo Banco da Província do Rio Grande do Sul, 800.

Faremos no próximo número a terceira e última nota a respeito da delegação no Rio Grande do Sul da extinta SBAA. Muito estimariamos que os temores representantes nos outros Estados — temos os nomes de alguns dêles — nos enviassem, caso ainda os possuam, dados e documentos a respeito dos seus trabalhos, enriquecendo desta forma o arquivo — hoje na SNA — da corajosa iniciativa de Assis Brasil na França, pelo bem da nossa Agricultura, iniciativa esta que, ao lado dos "Comícios Agrícolas" de Ennes de Souza e Beaurepaire Rohan, no Brasil, foram a meza mestra da criação do órgão mantenedor desta Revista, a qual, brevemente completara o seu sesqui-cinqüentenário!

Jumentos importados através a Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura.



Resultados Preliminares de Experimento Sobre o Contrôlo da "Ferrugem" da Lentilha Mediante o Emprêgo de Fungicidas

Eng.º Agro. Ralph W. Baumgart
Técnico Rural Carmélio R. Roos

RESUMO

A Seção de Fitopatologia, da Divisão de Pesquisas Agrícolas, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, apresenta os resultados preliminares de um trabalho experimental, levado a efeito com o objetivo de estudar a possibilidade de contrôlo da "ferrugem" da lentilha, por meios químicos.

Incluindo no trabalho uma série de produtos fungicidas, aplicados em tratamentos subseqüentes, foi possível obterem-se diferenças significativas entre diversos tratamentos. Não houve possibilidade de avaliar-se a vantagem econômica dos tratamentos.

INTRODUÇÃO

A "ferrugem" da lentilha (*Lens esculenta* Moench), causada pelo fungo *Uromyces fabae* De Bary, vem constituindo, de alguns anos para esta data, um problema muito sério para esta cultura, no Rio Grande do Sul. Podemos afirmar, com segurança, que a "ferrugem" se deve, única e exclusivamente, a impraticabilidade da cultura desta leguminosa, em nosso meio, atualmente. Por não existirem variedades resistentes à "ferrugem", realizamos êste experimento, com a finalidade de estudar a possibilidade de contrôlo da moléstia, mediante a aplicação de tratamentos com fungicidas.

LOCALIZAÇÃO

O presente experimento foi levado a campo em área de terra pertencente à Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universida-

de Federal do Rio Grande do Sul, em Pôrto Alegre.

MATERIAL E MÉTODO

Os produtos fungicidas incluídos no experimento foram os seguintes:

DITHANE M 22 (Etileno bis ditiocarbamato de man-ganês)	0,20%
DITHANE Z 78 (Etileno bis ditiocarbamato de zinco)	0,25%
POMARSOL FORTE 80 (Bissulfeto de tetrametil tiu-ram)	0,20%
PLANTIZIM (Dimetil ditiocarbamato de zinco)	0,25%
FERMATE (Dimetil ditiocarbamato de ferro)	0,25%
CUPRAVIT AZUL (Oxícloreto tetracúprico cálcico) ..	0,50%
MILTOX (Óxido cuproso + Dimetil ditiocarbamato de zinco)	0,40%
ELOSAL (Enxôfre molhável)	0,40%

O delineamento experi-mental obedeceu ao método de blocos completos ao aca-so, com três freqüências. Cada parcela (4,0 x 2,5 m) constou de nove fileiras, dis-tanciadas de 0,50 m entre si, com quarenta sementes aptas por metro linear. O plantio foi efetuado na se-gunda quinzena de maio de 1969, sendo as sementes de variedade indeterminada. (Foi utilizada a lentilha "crioula", normalmente plantada no Rio Grande do Sul.) Na ocasião do plantio, efetuou-se uma adubação em linha e ao lado das se-mentes, com os seguintes adubos: 100 kg/ha de sulfa-to de amônio, 150 kg/ha de cloreto de potássio e 300 kg/ha de superfosfato tri-

plo. Quarenta dias após o plantio, efetuamos uma adu-bação em cobertura com 150 kg/ha de salitre do Chile.

Quando as plantas atingi-ram uma altura de aproxi-madamente quinze centíme-tros, foi efetuada a primei-ra aplicação dos tratamen-tos, seguindo-se mais quatro a cada 12 dias. Por ocasião da aplicação dos tratamen-tos, a testemunha recebia uma aspersão com água pura, na mesma quantida-de que recebiam as demais

Durante e após o floresci-mento, ocorreu um forte ataque por fungo do solo (*Ficomiceto*), que dizimou o *stand* das parcelas, impe-dindo a avaliação da pro-dução. (Quadro da Análise na página ao lado).

PARQUE de Proteção à Fauna Rara

Várias espécies animais dizimadas continuamente pela caça sem controle e já em vias de extinção, como é o caso das capivaras, tamanduás-bandeira, ariranhas e jacarés, do Pantanal Mato-grossense, poderão agora receber proteção oficial, pois é objetivo do IBDF criar ali uma reserva ou um parque. A idéia, lançada oficialmente em janeiro do ano passado, quando se pensava numa

área de 10 mil hectares, evoluiu agora para um milhão de hectares e uma Comissão Especial irá ao local para demarcar a região, que fica entre 18 e 20 graus de latitude Sul e 56 e 58 graus de longitude Oeste.

VIDA ANIMAL

Em relatório de janeiro de 69, o Sr. Harold Strang, da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza,

falando da necessidade de preservação de uma área de 10 mil hectares, refere-se "à excepcional situação para o desenvolvimento da vida animal", pelas condições ecológicas típicas do Pantanal Mato-grossense.

Denunciou, na época, que estavam em vias de extinção as seguintes espécies animais: anta (*tapirus terrestris*), ariranha (*pteronura brasiliensis*), cachorro-vinagre (*speothos venaticus*), caimão (*caiman jacare*), cervo (*blastocerus dichotomas*), loboguará (*crysocyon brachyurus*), jacaré-papo-amarelo (*caiman latirostris*), tamanduá-bandeira (*mirmecophaga tridactyla*), tatu-canastra (*priodontes giganteus*) e tucunassu (*ramphastes-toco*).

A situação — informava o Sr. Harold Strang — é ainda mais séria se considerarmos o fato de que, até agora, não existe na região uma reserva, privada ou oficial, capaz de oferecer proteção a esta fauna.

Agora a comissão que vai examinar a área, delimitar e estudar todos os aspectos geológicos e econômicos — inclusive as desapropriações — foi criada pelo IBDF. Seguirá para o local em junho ou julho, ficando a data a ser fixada em função das condições climáticas, conforme revelou o coordenador da Região Leste do IBDF, Sr. Gustavo Heck, que será o presidente da comissão.

O grupo está composto ainda pelo Sr. José Cândido de Melo Carvalho, do Museu Nacional, Sr. Paulo Nogueira, da Universidade do Estado de São Paulo, Sr. Vanderbilt Duarte de Barros, representante da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, e pela técnica do IBDF, engenheira-agrônoma Maria Teresa Jorge. O Secretário de Agricultura de Mato Grosso, Sr. Maçao Tadano, também participará.

QUADRO DA ANÁLISE DA VARIÂNCIA

Causas da Variação	G.L.	S.Q.	Q.M.	F. Calc.	Signif.
Blocos	2	5,46	2,73	0,15	0
Tratamentos	8	1.907,54	238,44	12,49	XX
Resíduo	16	305,35	19,08		
Total	26	2.218,35			

Coefficiente de variação: 24%

RESULTADOS FINAIS

TRATAMENTOS	% média de ataque	Comparação entre médias
Cupravit azul	8,0	A
Elosal	8,6	A
Miltox	9,4	A
Dithane Z 78	10,2	A
Pomarsol Forte 80	13,6	A
Dithane M 22	21,3	B
Fermate	24,9	B
Platizim	28,5	B
Testemunha	29,4	B

CONCLUSÕES

Tomando em consideração os resultados obtidos, tornou-se possível tirar as seguintes conclusões:

1.º) Os fungicidas DITHANE Z 78, POMARSOL FORTE 80, MILTOX, ELOSAL e CUPRAVIT AZUL, controlaram razoavelmente bem a "ferrugem" da lentilha;

2.º) Os fungicidas DITHANE M 22, FERMATE e PLANTIZIM, não apresentaram controle, estatisticamente significativo, da moléstia, em comparação com a testemunha.

ESCOLA DA PENHA MOSTRA QUE O RIO AINDA É AGRÍCOLA

O que fazer para o maior desenvolvimento das rosas brancas ou para se conseguir um híbrido ideal da tangerina com o limão? Em que terreno o abacateiro cresce com mais facilidade, a bananeira rende mais e a mangueira apresenta uma produção mais pura?

Questões dessa ordem, de grande utilidade prática para o fazendeiro, o pequeno sítiante ou simples curicso que tenha na própria casa seu jardim bem cuidado, fazem parte dos cursos avulsos sôbre conhecimentos agrícolas, mantidos pelo Ministério da Agricultura.

Aulas, tôdas elas revestidas de caráter prático, são ministradas todos os sábados e domingos na área da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", na Penha, que oferece excelentes condições

de aplicação dos conhecimentos recebidos. E, quanto aos alunos, não há qualquer outra exigência, além da frequência às aulas e do pagamento de uma pequena taxa para compra do diploma, ao fim do curso escolhido, inteiramente gratuito.

GENTE DE TÔDA PARTE

As turmas dos cursos avulsos são heterogêneas, explicou a "O Globo" o Professor Jalmires Guimarães Gomes, reunindo oficiais da reserva, sítiantes, pequenos criadores, universitários rurais ou filhos de trabalhadores do campo, desejosos de ampliar seus conhecimentos das coisas agrícolas.

— Vem gente de tôda parte, até mesmo dos Estados

mais longínquos. Uma pena é que nossos cursos não tenham ainda a divulgação necessária, pois aí, tenho certeza, teríamos uma frequência muito maior — acrescenta o professor, interrompendo por momentos a aula sôbre cítricos que ministrava na manhã de ontem, em pleno campo — onde tinha oportunidade de, após cada explicação, fazer com que seus alunos aplicassem na prática o que acabavam de conhecer.

Senhores idosos, jovens universitários e simples curiosos integravam a turma, que assistia atenta às explicações e prática dos companheiros chamados pelo professor.

— Assim se aprende muito melhor — disse um dos alunos. Trata-se de um oficial reformado, proprietário de um pequeno sítio no Estado do Rio, onde se dedica à plantação de laranja-pêra, lima, tangerina e limão.

OS CURSOS

Os cursos avulsos, esclareceu o Professor Jalmires Guimarães Gomes, têm a duração de três meses, findos os quais os alunos são submetidos a provas teóricas e práticas. Aos aprovados são entregues os respectivos certificados, que podem torná-los práticos-agrícolas. Há matérias específicas para cada um dos cursos. Assim, os alunos podem optar entre solos e adubação, reflorestamento, doenças e pragas das hortaliças, inseticidas e fungicidas, contabilidade agrícola, cooperativismo rural,



Alunos dos Cursos Rápidos em aula prática, na Horta da Escola

apicultura, multiplicação vegetal e hortaliças de frutos e de folhas.

Muitos dos alunos, concluindo um curso, logo se matriculam em outros, até que adquirem conhecimentos necessários à boa administração das suas propriedades, cuidados especiais com jardins, palmares ou apiários. A maioria faz sempre mais do que um curso.

Além dos cursos avulsos, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" promove cursos normais para práticos agrícolas, estes com a duração fixa de dois anos. Seus alunos recebem os ensinamentos gratuitamente, bem como acomodações e alimentação, já que todos são internos. Vêm, em sua maioria, de regiões longínquas, como Mato Grosso, Sul de Minas, Bahia, Estado do Rio, Brasília e outras. Estes cursos também independem do nível intelectual dos candidatos. Mas são freqüentados, na totalidade, por meninos que concluem o curso primário e pretendem se fixar no interior, retornando ao convívio da família, de lavradores, fazendeiros, granjeiros ou pequenos sitiantes. Muitos são, também, aproveitados por firmas e organizações sediadas no interior, tendo já havido o caso de um aluno que, após a conclusão do curso básico, resolveu constituir sua própria firma, de orientação e planejamento agrícolas.

— Vários dos nossos funcionários foram recrutados aqui mesmo, entre alunos dos nossos cursos básicos — revela o Professor Jalmires.

INTERROMPIDOS

Por falta de alunos, foram interrompidos, temporariamente, os cursos normais de suinocultura e avicultura.

— Não recebemos o número de alunos que pretendíamos, de modo que fomos obrigados a interromper os dois cursos. Acredito que, se tivessem tido divulgação, já que abrangem dois ramos dos mais procurados, não teríamos enfrentado qualquer espécie de problemas e estaríamos até hoje em funcionamento — desabafa o Professor Jalmires, um dos grandes entusiastas da Escola "Wenceslão Bello".



Vista parcial da Horta

AS AULAS

Para os cursos avulsos, as aulas são bissemanais, todos os sábados e domingos, com a duração de duas horas. Parte desse tempo é aplicado na transmissão de conhecimentos teóricos; o restante, no emprêgo prático do que foi explicado na sala de au-

la. É quando os alunos se dirigem para o campo e vão executando as tarefas distribuídas pelos professores, sempre com a orientação desses. O que se produz é utilizado em benefício dos alunos, internos da escola, cuja alimentação é toda ela produzida na própria fazenda.

Nota da Redação:

Esta excelente reportagem, que foi publicada na edição de "O Globo" de 29-6-70, contém algumas afirmações que merecem reparo e, por isto, enviamos à sua ilustrada redação a carta que a seguir transcrevemos: "Rio de Janeiro, 30 de junho de 1970. Sr. Diretor de "O Globo".

Li a reportagem de ontem no "maior jornal do país" sobre a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", de que sou Diretor. O repórter não poderia ter encontrado — já que foi lá de surpresa — um melhor cicerone, o Prof. Jalmires Guimarães Gomes, velho e competente engenheiro-agrônomo, há dezenas de anos dedicado àquele estabelecimento e um dos seus maiores entusiastas.

Agradeço em nome da Sociedade Nacional de Agricultura a ótima divulgação que deu aos nossos modestos estabelecimento de ensino. Além do agradecimento, esta carta tem o fim de lhe pedir uma retificação: a "Wenceslão Bello" é iniciativa particular, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura. Até há pouco contou com o que não aconteceu este ano, apesar de, indiretamente, sermos auxiliados pelo Governo Federal, com destaque de alguns ótimos profissionais, que lá servem como professores, entre os quais o citado Prof. Jalmires. Outro ponto a retificar é o que diz respeito à falta de divulgação: esta houve, e suficiente, graças à compreensão da nossa imprensa. Alguns cursos não se realizaram este ano exclusivamente por falta de recursos financeiros, inclusive para o pagamento de professores.

Mais uma vez muito grato, apresento-lhe minhas atenciosas saudações. At. Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Luiz Marques Poliano

A propósito daquela efeméride, tomou a comissão de homenagem ao nosso redator-chefe, conhecimento de diversas manifestações e pronunciamentos, que vão a seguir transcritos:

GLEBA — órgão da CNA): — Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, completou, a 13 de março, 50 anos de relevantes serviços prestados àquela entidade. A data foi festejada com churrasco, pela manhã, e coquetel, à tarde. Poliano recebeu das mãos de Luiz Simões Lopes, presidente da SNA, medalha de ouro. Falando na ocasião do churrasco, Poliano disse que tais homenagens tinham dois significados: "Um de reconhecimento dos amigos e outro que lhe passava uma certidão pública de nascimento". Poliano é diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", Redator-chefe da revista "A Lavoura", da SNA, e fundador de GLEBA.

BOLETIM CAMBIAL — "Cinqüenta anos de Divulgação Agrícola — A veneranda Sociedade Nacional de Agricultura e a Confederação Nacional da Agricultura, promoveram, na última semana, um banquete para comemorar os 50 anos de serviços do escritor e jornalista Luiz Marques Poliano, na SNA. Compareceram cerca de duas centenas de amigos do homenageado, jornalistas, escritores, empresários rurais, senadores, deputados, gente da Academia Brasileira de Letras, como o Sr. Pedro Calmon e velhos amigos de Poliano, vindos até de outros Estados, especialmente para a homenagem.

Saudado pelo Sr. Luiz Simões Lopes, o Sr. Marques Poliano, escritor da melhor categoria e estudioso da história brasileira, investigador a quem a museologia nacional deve alguns trabalhos fundamentais, é um exemplo raro de generosidade cultural neste País: incluiu boa parte de sua vocação para os estudos histó-

ricos, em favor de uma dedicação exemplar e fecunda ao debate e divulgação dos problemas agrícolas, dirigindo a Escola "Wenceslão Bello" a revista A Lavoura e, em seus melhores tempos, a revista Gleba, órgão oficial da CNA.

Ao lado de sua obra sobre problemas históricos, e de seu livro monumental e hoje indispensável sobre Ordens Honoríficas do Brasil a obra esparsa de Luiz Marques Poliano sobre agricultura é das mais importantes do País neste ramo especializado de literatura."

ANTÔNIO GUEDES TAVARES — "Acabo de receber a revista "A Lavoura", de março-abril, que me causou grande satisfação, ao tomar conhecimento da justa homenagem prestada ao meu distinto amigo Sr. Luiz Marques Poliano, pelos seus relevantes préstimos à Sociedade Nacional de Agricultura, durante meio século, a cuja entidade tenho a honra de pertencer há quase um quarto de século.

Este nosso digno Secretário-Geral é, realmente, elemento de inestimável valor social, preocupado em angariar associados, e sempre atento, com amabilidades, aos informes que lhe são solicitados.

A capa desse número da revista técnica, apanhando somente as fotografias de três altas personagens, está linda, como lindas estão: a medalha de ouro e a placa de prata que lhe foram dadas como prêmio pela sua longa e apaixonada dedicação.

Este número de "A Lavoura" vai para o meio dos meus livros de estima especial, na minha estante, onde ficará como prova de gratidão.

Apresentando as minhas sinceras felicitações ao homenageado ilustre, subscrevo-me

com elevada estima e consideração.

ENG.º AGRÔNOMO JOSÉ SAMPAIO FERNANDES — Último, mas não o menos caloroso, aceite o abraço afetuoso pelos 50 anos de Sociedade! Como o tempo passa e como você tem trabalhado! Bem merecidas homenagens! Se tivesse sabido, abriria uma exceção e iria pessoalmente abraçá-lo, mesmo que não ficasse para a comemoração conjunta, pois você é merecedor.

Acredite na minha admiração e velha amizade.

SILVIO NEVES — Envio grande abraço. Felicitações pelo trabalho fecundo em favor da Sociedade Nacional de Agricultura.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ — Em meu nome pessoal e em nome do Dr. Mário Penteado, atualmente no exterior, abraço prezado amigo pelos anos de bons serviços à nossa Sociedade Nacional de Agricultura — Francisco Galvão Pereira de Mendonça — Chefe do Gabinete.

MINISTRO JOEL MUNIZ FREIRE — Cumpra o grato e espontâneo dever de apresentar-lhe parabéns pela justa homenagem que a Sociedade Nacional de Agricultura prestou a V. Sa., através da medalha de ouro que lhe foi oferecida em consequência do cinquentenário do seu ingresso na referida Sociedade, quando, ainda, eu não era nascido.

Soube da agradável notícia por intermédio da nossa mais antiga revista agrícola, "A Lavoura", que recebi há poucos dias.

50 Anos de Serviços à Sociedade Nacional de Agricultura



O momento culminante da solenidade: a medalha de ouro é entregue pelo presidente Simões Lopes ao nosso Redator-Chefe.

Vejo nos seus 50 anos de serviço à Sociedade Nacional de Agricultura, um exemplo raro a ser seguido, prova admirável de seu caráter, da sua capacidade de trabalho e de sua dedicação à causa da agricultura brasileira.

DE. OSWALDO BALLARIN, PRESIDENTE DA NESTLÉ — Prezado Poliano, somente agora, pelo número de março-abril da "A Lavoura", tomo conhecimento da muito justa homenagem que lhe foi prestada pelos 50 anos de leais e eficientes serviços junto à nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura.

No mês de março estive ausente, em viagem pelo Marrocos e Europa e, portanto, desconhecia aquela manifestação. Desejo, porém, agora, apresentar-lhe meus sinceros cumprimentos e felicitá-lo por este belíssimo record, sem dúvida muito raro e acima de

tudo significativo, como bem frizou o Dr. Luiz Simões Lopes.

Queira aceitar, com meu cordial abraço, sinceros votos de felicidade pessoal.

O GLOBO — POLIANO RECEBE HOMENAGEM: Muitos só agora estão descobrindo que não é possível implantar uma moderna agricultura sem preparo técnico dos agricultores. Mas a Sociedade Nacional de Agricultura há mais de meio século vem preparando milhares de rapazes para a atividade rural. E como bem salientou o Sr. Simões Lopes, presidente da SNA, Luiz Marques Poliano, que no dia 13 completou 50 anos de serviços na tradicional entidade, tem sido seu "braço direito": Dirigindo a "Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", na Penha; editando "A Lavoura", a mais antiga revista agrícola do País, ou zelando pela excelente biblioteca da SNA — Poliano tem sido um

lutador incansável na preparação diária do preparo técnico do produtor rural. Por tudo isso seus admiradores ofereceram um churrasco comemorando meio século de trabalho pelo desenvolvimento da agricultura nacional.

"O JORNAL" — AGRICULTURA HOMENAGEIA POLIANO — Por motivos dos relevantes serviços que presta há cinquenta anos à Sociedade Nacional de Agricultura, foi homenageado com um almôço na Churrascaria Gaúcha o Sr. Luiz Marques Poliano, e mais tarde na sede da própria entidade, com a presença de um grupo de alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", da qual o homenageado também é Diretor.

Natural de Rodeio, no Estado do Rio, o Sr. Luiz Marques Poliano dedica-se há muitos anos à divulgação rural junto à Sociedade Nacional de Agricultura, onde ocupa o cargo de Secretário-Geral.

Fundador e organizador da Revista GLEBA, órgão da Confederação Nacional da Agricultura, é redator-chefe da revista "A Lavoura" a mais antiga do gênero, em circulação, no Brasil. Foi agraciado em 1965 com a medalha do Mérito Agrícola, de cujo Conselho é membro; com a medalha do Pacificador em 1958 e com Medalha Ministro Fernando Costa, entre outras.

Ao almôço estiveram presentes o Sr. Luiz Simões Lopes, o Senador Flávio da Costa Britto, Sr. Heitor Vinicius da Silveira Grillo, professor Pedro Calmon, Deputado Erasmo Martins Pedro e numerosas outras figuras de destaque. O homenageado recebeu além de uma medalha de ouro da Diretoria da SNA, de seus companheiros de trabalho uma placa de prata, durante o coquetel.

Futuro para agricultura dos países em desenvolvimento

(IPS — Especial para "ALAVOURA").

Thomas C. Clemens

Poderão as nações em fase do desenvolvimento melhorar sua capacidade de alimentar-se a si mesmas no decênio de 1970? Um relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) indica que poderão fazê-lo, se colocarem em prática os comprovados métodos de produção agrícola.

O relatório de 1969 da FAO, sobre o "Estado da Alimentação e da Agricultura", que a organização, com sede em Roma, acaba de dar à publicidade em Washington, baseia seus prognósticos otimistas em dois pontos. Primeiro, "um crescente número de países em período de desenvolvimento está nos umbrais de um verdadeiro progresso na produção de cereais"; o segundo, os países em desenvolvimento do Extremo Oriente aumentaram a produção agrícola em cerca de cinco por cento em 1968, pelo segundo ano consecutivo, apesar das condições meteorológicas adversas em muitas partes da região, com o uso de métodos modernos e com cuidadoso planejamento para o desenvolvimento agrícola.

O diretor-geral da FAO, A. H. Boerma, diz basear sua esperança de estreitar a brecha alimentar durante a vigência do programa denominado "O Segundo Decênio de Desenvolvimento", das Nações Unidas, principalmente na produção sem precedentes do Extremo Oriente, onde a escassez de alimentos tem sido das mais graves.

Em outras regiões, o rendimento de 1968 — o ano mais recente a respeito de dados estatísticos mundiais — registrou um incremento de três por cento nos países em período de desenvolvimento da África e um pouco menos no Oriente Médio

e na América Latina. No relatório sobre o Extremo Oriente e suas realizações está excluída a China Continental, já que o regime de Pequim não divulga cifras sobre sua produção.

Boerma prognosticou que muitos países em desenvolvimento aumentarão a produção agrícola se seus governos adotarem novos tipos de sementes e técnicas novas para obter maior rendimento por hectare.

Estas técnicas, disse êle, compreendem variedades de colheitas de grande rendimento, irrigação e maior uso de pesticidas e fertilizantes.

"Menos óbvio, porém, em minha opinião, de igual importância, será a melhoria dos meios de distribuição e vendas, e as instalações de armazenamento, a adoção de normas do preço adequadas, reforma agrária e um grande número de outras medidas institucionais", acrescentou.

Boerma advertiu, no entanto, que as novas técnicas não darão resultados, "a me-

nos que os governos continuem dando maior ênfase a agricultura em todos os campos importantes da política: investimentos, instituições, adjudicação de divisas e normas de preço úteis".

O relatório da FAO mostra que se acumulam grandes reservas de trigo, manteiga e leite desnatado em pó, em países de alta renda, e já se começaram a registrar dificuldades na liquidação de reservas de cereais mesmo em países em desenvolvimento. Alguns países em desenvolvimento estão produzindo de forma excessiva café e chá.

O relatório ressalta, no entanto, que o constante problema da escassez de alimentos se mantém inalterado.

Boerma disse que a taxa atual de incremento anual na produção de alimentos nos países em desenvolvimento é de 2,7 por cento, enquanto a taxa de incremento da demanda é calculada em 3,9 por cento anuais, desde agora até 1985.

Pôrto do Rio Grande

Vai o pôrto do Rio Grande ser ampliado, com a construção de terminais para a armazenagem de cereais, um complexo petroquímico, um pôrto pesqueiro e um distrito industrial. Um financiamento do Banco Mundial, da ordem de 50 milhões de dólares, já foi obtido pelo Governo brasileiro. As obras anunciadas converterão o pôrto do Rio Grande no maior de todo o País. A propósito, impõe-se o realce de que o escoamento da produção industrial e agropastoril do Rio Grande do Sul se vem tornando cada vez mais difícil. O ponto de estrangulamento representado, no interior, pela falta de um sistema eficaz de armazenamento e silagem dos produtos agrícolas sujeitos à deterioração completa-se, no litoral, com uma estrutura portuária que não se atualizou e, assim, não se sintoniza com o crescente dinamismo da economia gaúcha. A ampliação corrigirá esse descompasso

FATALIDADE

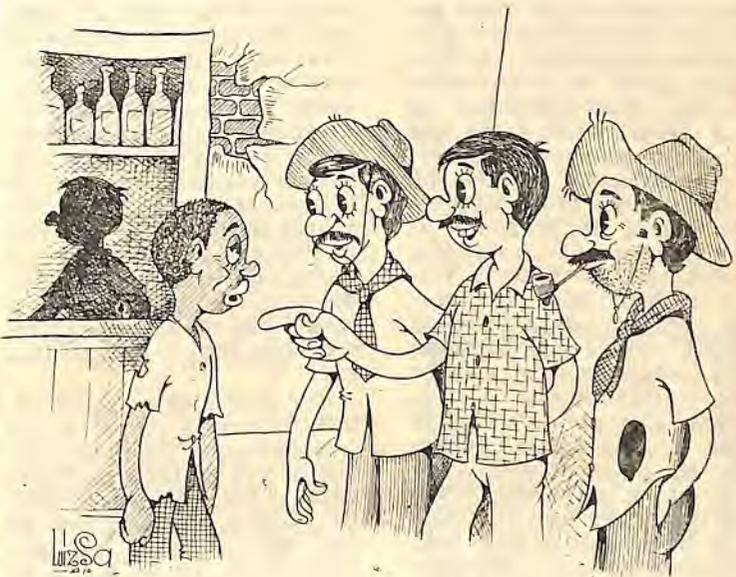
D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

— “Mato, sempre, nos altos, nos cabeços, como chapéu da terra, nas bordas d’água e barrancos, como estacada, a sustentá-las”. “Leite, por alimento de demagogia, é negócio avacalhado”. “Bicho que urina pra trás é que leva o dono pra frente”. “Lavoura, no compacto, densa, consorciada — enxada perdida corta o mato e o lucro”. “Agricultura certa é a que dá dinheiro”. “O pouco tem vergonha de dar muito e o muito tem vergonha de dar pouco”. Vitorioso na vida, asseverava, seguro, Tibúrcio Raposo que pelo sucesso alcançado por preceitos que tais, prodigalizados, generosamente, aos que cada vez mais numerosos o procuravam, virou, como orgulhoso o povo dizia: manual prático do trata-chão.

Sem aviso, sem contemplação, sem piedade, sem comedimento, sem lógica — brutal — a fatalidade deu fim àquele apreciado compêndio da arte de amar a terra.

Um tipinho à-toa, um porqueira amargurado, dia de sábado, véspera de natal, tarde avançada, quase noite, no Arraial da Harmonia, à porta de tendinha, queixava-se, meio a outros turmeiros, da existência dura, conforme declarou, no botequim, ao beber cerveja com formicida,



ficar a mulher com quem pouco antes brigara, em definitivo, sabendo, com sua perda, o que êle valia. Esta, asmática, criara os filhos, dos quais era o mais velho, em sucessão de privações. Mostra — ali estava êle: franzino, raquítico, sem resistência para aguentar trabalho rijo; sujeito, homem feito, a aceitar salário de menor, paga de menino; em constante desemprego, esmagado pela obrigação de sustentar a mãe, se finando em lavagens de roupa para fora e as irmãs, umas madraças. Seu sonho, sua esperança era surgir, acontecer alguma coisa que o livrasse do penar.

Nesse ponto, um imbecilói-

de sugere: “Porque não vai para a cadeia? Prêso, o Governo cuidará de você. E sua família não poderá responsabilizá-lo pelas faltas que tiver”.

O mulatinho, macambúzio, taciturno, afasta-se do grupo sem comentários, sem despedir-se, sem palavra. Decorridos minutos, numa investida súbita, felina — sem vacilar, sem titubear, sem hesitar — com velha sovela de remendão, mata Tibúrcio Raposo que, animadamente, entre risadas, prazenteiro, contava divertido caso em círculo de amigos, perfurando-lhe, rasgando-lhe a carótida, quando êste alto, pujante, hercúleo se curva, instintivamente, para esticar a meia.

MODIFICAÇÕES NA AGRICULTURA HOLANDESA

Na Europa integrada, não haverá mais lugar para pequenas e ineficientes propriedades agrícolas. Ou irão fazer parte de empreendimentos mais extensos ou seus proprietários terão que procurar ocupação alhures. Na Holanda, foi fundada há pouco tempo nova instituição com a finalidade de liquidar com tais fazendas deficitárias. Uma soma inicial de 25 milhões de florins foi posta à disposição do Fundo, e sua ação breve se fará notar. Proprietários de mais de 55 anos que desejam voluntariamente dar vida nova a suas terras, podem recorrer ao fundo. Mas para fazer jus a tal ajuda, terão que preencher certas condições. Precisaram provar ter administrado uma propriedade agrícola sem interrupção desde 1.º de janeiro de 1960. Desde essa data, sua renda não deve ter ultrapassado 6.500 florins, dos quais mais da metade deve ter sido obtida com o produto de suas terras. A produção de sua fazenda não pode ter decrescido nos últimos 5 anos, e pelo menos 50% do lucro deve ter provido exclusivamente da agricultura. Independentemente do que o fazendeiro possa receber por suas terras, instalações etc., receberá também um pagamento mensal entre 215 e 380 florins, se estiver entre os 55 e 65 anos. Atingindo os 65 anos receberá 80 florins mensais até seu falecimento, e a mesma quantia será paga à viúva até a morte. Além disso ambos receberão as pensões normais concedidas pelo Estado aos anciãos como qualquer outro cidadão holandês.

Alguns aspectos do problema merecem especial atenção. Primeiro, a decisão é voluntária: ninguém é forçado a abrir mão de seu negócio. Em segundo lugar, os arrendatários e os proprietários serão tratados da mesma maneira. Esse projeto está ainda precisando da sanção parlamentar mas não há dúvidas de que ambas as Casas do Parlamento holandes consideram benéfica a instituição do Fundo de Desenvolvimento e Reorganização.

Um importante acontecimento do mês de março foi o acórdo que concedeu aumento aos salários agrícolas para as colheitas de 1964/65. Os salários, já acrescidos de 5% em janeiro, subiram mais 5% a 1.º de abril. Ao mesmo tempo eram reduzidas as horas de trabalho.

Outros ramos do setor agrícola demonstram igualmente sinais de progresso. Sirvam de exemplo a fixação dos preços das batatas e a estandarização dos preços dos cereais, para a colheita de 1964. Há motivos justificados para se esperar que essa fixação de preços seja possível de obter no Mercado Europeu, para a colheita de 1965.

No setor da horticultura, noticia-se que uma nova Fundação instalou-se recentemente em Naaldwijk, centro da principal região holandesa de cultura sob o vidro, cognominada Tuinbouwzorg.

O objeto da Fundação, que já deu início a suas atividades, é fornecer ajuda de voluntários a horticultores que sintam dificuldades adminis-

trativas por motivo de doença ou outros. Um pagamento razoável é exigido em tais casos, a fim de cobrir o salário do trabalhador voluntário, despesas administrativas, seguros e outros. A Fundação já convocou a ajuda de cerca de 15 jovens especialistas em plantas de viveiro, que se dispuseram a ajudar em dois períodos de emergência, 15 dias por ano. A organização citada supervisiona uma área onde se acham instalados 600 viveiros e onde hortelãos têm suas instalações. A cooperação financeira de alguns bancos de crédito agrícola e dos leilões locais de frutas e legumes permitiram à Fundação iniciar seu útil trabalho.

Já que estamos no assunto da horticultura, é preciso mencionar os planos atualmente em elaboração, ou já sendo aplicados em várias partes da Holanda, no sentido de estabelecer novas zonas de cultivo e centros de venda. Não é de estranhar tal surto progressista, uma vez que a horticultura — comparada à agricultura — demonstrou ser mais lucrativa embora os resultados de 1963 tenham sido ligeiramente inferiores aos do ano passado. Mas a diferença foi pequena e a produção hortícola atingiu em 1963 cerca de 1.500 milhões de florins em valor ou seja aproximadamente 150 milhões de libras esterlinas ou 415 milhões de dólares.

(Do Serviço Holandês de Informações)

e o Estado do Rio de Janeiro

Havia acabado de enviar um trabalho a ser publicado na "A LAVOURA" e relativo a um melhor aproveitamento do meu querido torrão fluminense, quando no dia 8 de agosto de 1969, no "Jornal do Brasil", José de Sette Câmara, seu diretor, publica interessantíssimo trabalho sobre a ilha Formosa, onde se refugiou Chang-Kai-Chek, o velho estadista e general chinês, quando as hostes comunistas de Mao, treinadas pela Rússia Soviética e auxiliadas por uma propaganda que dava cores róseas ao futuro comunista da China, o obrigaram a sair.

Sette Câmara, generosamente, ainda concede ao Estado do Rio uma área dupla da de Formosa. Infelizmente, parece que o Estado deve se contentar só com os quase 43.000 km², que não o distanciam muito dos 36.000 de Formosa.

No artigo referido se mostra o que é possível conseguir quando o patriotismo impele o homem. A faixa de planície de Formosa não ultrapassa 30 km de largura e suas montanhas, que cortam o centro da ilha de norte a sul, possuem mais de 48 picos de mais de ... 3.000 m de altura, o que mostra como deve ser a sua cadeia de montanhas.

A ilha tem só 370 km de comprimento e 145 de largura e menos de um quarto das terras são cultiváveis.

Tufões costumam devastá-la. Chuvas torrenciais inutilizam muitas vezes seus campos férteis. Sua produção básica era o açúcar, quando os japoneses a mantinham em seu poder. Ainda hoje exportam 600 mil toneladas; o arroz, cuja produção por hectare os nacionalistas conseguiram passar de 3 897 quilos para 7 673, supera hoje a produção do próprio Ja-

pão e os bananais implantados pelos nacionalistas — ou pelo menos, intensificados — constituem atualmente uma importante fonte de recursos, pois exporta o pequeno país 63 milhões de dólares, colocando-o entre os maiores do mundo.

Uma reforma agrária efetiva distribuiu boa parte das terras por grande parte da população agrícola (Formosa tem hoje 14 milhões de habitantes), dando uma grande densidade populacional, que a aproxima da Bélgica e da Holanda.

Devido às montanhas, só 25% das terras podem ser cultivadas. Mas a exploração é intensiva e cada pequena propriedade deve produzir três e até quatro colheitas anuais.

Suas terras são irrigáveis na proporção de 62%. (Na planície campista, nas margens de numerosos rios e lagos, a terra fluminense permite a irrigação também.)

Há muita adubação, mas os adubos são importados e os adubos orgânicos são encontrados na enorme criação de suínos, criação que os fluminenses, ao lado da avicultura, poderão desenvolver com proveito — do tipo carne — pois há fome de carne nos centros urbanos do Estado e da Guanabara. Formosa dispõe de 3.500 suínos...

A rotação cultural, a adubação intensiva, permitem o milagre de Formosa.

A reforma agrária tornou desinteressante a propriedade latifundiária, quando estabeleceu que era de 37% do valor da colheita principal de uma gleba, o preço máximo de sua locação.

A expropriação foi baseada igualmente no valor de duas e meia vezes o valor da colheita mais importante da gleba, parte em dinheiro e parte em ações de compa-

nhias estatais, que se transformaram em companhias privadas.

Sette Câmara, cujos dados aproveitei, destaca que isso só foi possível devido à emergência da situação, mas é passível de execução também entre nós, atualmente em regime de exceção, que se torna necessário aproveitar para o bem.

Vale a pena que os administradores fluminenses leiam o trabalho e tirem dele proveito para o nosso Brasil.



Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultos

À venda

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AO PLANTIO DE CAFÉZAIS

Objetivos e metas

O objetivo principal deste programa é o de conceder financiamentos para a implantação e formação de lavouras do café, tecnicamente orientados, visando o aumento da população cafeeira com altos níveis de produtividade, o que virá proporcionar elevação da produção brasileira, a melhoria da qualidade do café e o aumento da renda dos cafeicultores.

Tendo em vista as perspectivas das produções e demanda brasileiras de café e, considerando a viabilidade de execução dos plantios, bem como das dificuldades apresentadas pelo setor café, no que concerne às previsões para o ano agrícola 1970/71, ficou estabelecido como Meta do Programa o plantio de 200 milhões de cafeeiros.

De acordo com a disponibilidade de fatores para o plantio, a tendência observada em pesquisa efetuada junto aos cafeicultores e as medidas propostas pela Campanha de Controle da Ferrugem do Cafeeiro foram estabelecidas as cotas estaduais de plantio. Deste modo, coube 70 milhões de pés para São Paulo, 40 milhões para o Paraná, 50 milhões para o Sul de Minas, restando 40 milhões a serem distribuídos entre os pequenos Estados produtores, servindo ainda como cota reserva para redistribuição, de acordo com a aceitação do Programa.

Em entendimentos mantidos junto às Secretarias de Agricultura, o IBC-GERCA já estipulou a cota de 2 milhões de cafeeiros para cada um dos Estados de Goiás e Pernambuco.

No Estado de São Paulo, dentro do plano estadual que vem sendo desenvolvido, o financiamento para o plantio de 70 milhões de cafeeiros contará com recursos do Governo estadual e a execução estará a cargo da Secretaria da Agricultura.

Recursos Necessários

Os recursos a serem utilizados neste programa são oriundos do Fundo de Defesa dos Produtos Agropecuários e foram liberados pelo Conselho Monetário Nacional em sua reunião de 6.8.70, montando em . . . Cr\$ 219.18 milhões, dos quais Cr\$ 11.18 milhões serão gastos com despesas administrativas e de assistência técnica às propriedades.

Zoneamento

O financiamento para incentivo à formação de cafêzais somente será concedido para regiões comprovadamente recomendáveis.

No Estado de São Paulo será obedecido o zoneamento ecológico efetuado pela Secretaria da Agricultura.

Nas demais regiões, as características particulares, em cada propriedade, serão determinadas pelo Engenheiro Agrônomo, por ocasião de visita à propriedade com vistas à elaboração do laudo de Avaliação e Projeto Agronômico, conforme a sistemática de execução programada, observando sempre as características ecológicas das regiões onde estão localizadas as propriedades.

Com relação aos Estados de Goiás e Pernambuco o IBC já está de posse de Zoneamentos Ecológicos, para a cultura de café, efetuados pelas Secretarias de Agricultura daqueles Estados.

Aspectos Gerais dos Financiamentos

Os financiamentos beneficiarão todos os lavradores cujas propriedades se localizem em regiões favoráveis ao plantio de café e que tenham condições de operar com o Sistema Nacional de Crédito Rural.

O montante financiável será de Cr\$ 1,60 por cafeeiro (cova), a ser liberado em 3 par-

celas sucessivas de Cr\$ 0,96, Cr\$ 0,24, Cr\$ 0,40 no plantio, no 2.º e 3.º anos de campo.

Êstes montantes foram calculados, através de um orçamento programa para a formação de cafêzais, procurando-se abranger tôdas as operações e insumos necessários para o plantio e condução da lavoura nos 3 primeiros anos. A partir do 3.º ano as colheitas são suficientes para cobrir os gastos dispendidos.

Poderão ser financiados até 50.000 cafeeiros por propriedade e, no caso de plantio em "renque", êste limite será de 30 hectares, ficando o montante financiável em Cr\$ 2.666,00 por ha.

O resgate dos financiamentos se fará a partir do 4.º ano e será efetuado em parcelas anuais e sucessivas de 20%, 30% e 50% do valor do financiamento, no 4.º, 5.º e 6.º ano após o plantio.

As operações de financiamento serão formalizadas através da Nota de Crédito Rural, salvo nos casos em que os Agentes Financeiros, tendo em vista a tradição e a capacidade de pagamento do interessado julgar necessária a constituição de outras garantias.

Os juros serão cobrados à taxa de 6% a.a., sendo computados em 30.6 e 31.12 de cada ano e exigíveis nestas datas durante os 3 primeiros anos. Nos demais serão exigíveis juntamente com as parcelas de resgate dos financiamentos.

Órgãos Executores

O Instituto Brasileiro do Café, como órgão normativo da política brasileira de produção de café, pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA, será o responsável direto pelo Programa, coordenando sua execução, acompanhando sua evolução, avaliando os resultados e efetuando os ajustes necessários. Através de

sua rede de assistência técnica executará o programa ao nível das propriedades, conforme a sistemática programada nos Estados do Paraná e no sul de Minas Gerais, ficando os Engenheiros Agrônomos de seu quadro responsáveis, também, pela assistência às lavouras financiadas.

O IBC firmou, ainda, convênio com a ACAR, para que atue no programa, no sul de Minas.

Em Goiás, Pernambuco e Mato Grosso, a execução estará a cargo dos técnicos das Secretarias de Agricultura.

O Banco do Brasil, através de suas agências situadas nas regiões de atuação do Programa, funcionará como Agente Financeiro do IBC, sendo responsável pela formalização e administração do crédito. Com o objetivo de melhor atingir aos interessados, no Estado do Paraná, funcionarão, também, as agências do Banco do Estado.

Sistemática de Execução

Os cafeicultores interessados deverão procurar as Agências do Banco do Brasil ou do Estado do Paraná (somente no Paraná), onde preencherão as propostas de financiamento. O Banco, após examinar a capacidade de contratar do proponente, encaminhará uma via da proposta ao Engenheiro Agrônomo credenciado, do IBC, do ACAR ou das Secretarias de Agricultura.

O Engenheiro Agrônomo visitará a propriedade para verificar as condições por ela apresentadas, elaborando, na ocasião, o Laudo Técnico de Avaliação e Projeto Agronômico. Êste documento, encaminhado ao Banco, dará origem à Nota de Crédito Rural, da qual fará parte integrante. Formalizado, dêste modo, o crédito, o Banco fará as fiscalizações de sua aplicação e as Sedes de Agrônomo encarregar-se-ão da Assistência Técnica.

PROGRAMA DE INCENTIVO AO USO DE FERTILIZANTES E CORRETIVOS NA LAVOURA CAFEIEIRA

Objetivos e Justificativa

Os financiamentos para o uso de fertilizantes e corretivos, tendo em vista a melhoria da produtividade agrícola, foram previstos e incentivados com a criação do FUNFERTIL. Devido às características de superprodução apresentadas pelas culturas do café e da cana-de-açúcar, aquele fundo não estendia seus benefícios a estas culturas. Somente no ano passado foi incentivada a utilização de fertilizantes na lavoura de café, condicionada ao plantio de feijão como cultura intercalar e, paralelamente, nas regiões atingidas por secas e geadas tendo em vista a recuperação dos cafézais.

Este incentivo se concretizou através do aumento dos limites das operações de custeio, realizadas pelo Banco do Brasil S. A.

Com a criação do FUNDAG foram por este fundo absorvidas as atribuições e objetivos do FUNFERTIL, que perdeu sua necessidade de existência.

É necessário dar ênfase ao problema da produtividade na cafeicultura, uma vez que são elevados os custos de formação da lavoura. Por outro lado, a realização de uma série de operações a custos semelhantes independentemente do nível de produtividade determina que, dentro de certos limites, o custo unitário de produção será inversamente proporcional à produtividade.

Na média das últimas 4 safras, a produtividade dos cafézais brasileiros foi de 9 sacos beneficiados por mil pés.

Este valor está muito aquém do desejado, porquanto lavouras tecnicamente instaladas podem, com facilidade, atingir índices bem superiores, da ordem de 20 a 30 sacos por mil pés. No aspecto regional destaca-se, no período considerado, Paraná com 12 sacos por mil pés. São Paulo 9,3. Minas Gerais 6,0 e Espírito Santo 3,3. A estratificação da população cafeeira em classes fornece os seguintes dados: 29% da população com menos de 3 sacos beneficiados por mil pés, 58% com menos de 10 sacos e 83% com menos de 18 sacos.

Lavouras com baixos níveis de produtividade não remuneraram satisfatoriamente os fatores de produção empregados em sua condução, gerando a descapitalização das propriedades agrícolas e a criação de subempregos.

O programa elaborado pelo IBC-GERCA objetiva o incentivo à utilização de fertilizantes e corretivos na lavoura de café mediante a concessão de financiamentos, através dos mecanismos de crédito rural. Em consequência serão promovidos a recuperação e o aumento da produtividade das lavouras, elevando a curto prazo os níveis das produções brasileiros de café, proporcionando também a melhoria da renda dos cafeicultores.

Recursos e Metas

A aplicação de fertilizantes e corretivos, economicamente, só é aconselhada em cafézais, onde um conjunto de condições determinam uma boa resposta na produção. Levando-se em consideração que a produtividade é a característica que melhor reflete esta capacidade de resposta, os financiamentos deverão atender às lavouras com produtividade superior a 30 sacos côco por mil pés. No caso do Espírito Santo, Zona da Mata de Minas Gerais e Estados pequenos produtores, este limite

será de 20 sacos côco por mil pés. Por outro lado, cafézais novos com 2/3 anos, embora ainda não tenham entrado em franca produção, serão financiados, desde que tecnicamente instalados e tendo em vista a obtenção futura de altos níveis de produtividade.

Em um cafézal, a espécie e quantidade de fertilizantes a serem aplicados dependem basicamente da fertilidade e tipo de solo onde está instalado e da produtividade atual e potencial produtivo dos cafeeiros. A adubação deve ser recomendada com base nas análises de solo e foliar e em função do potencial produtivo das lavouras, considerando assim os aspectos técnicos e econômicos.

Deste modo, em cada caso, o montante a ser financiado deverá depender da adubação recomendada, constando da proposta de financiamento feita pelo cafeicultor.

Para efeito de execução do Programa fica, no entanto, estabelecido para cafézais adultos o montante máximo de Cr\$ 300,00 por ha. Para cafézais com 2 a 3 anos os montantes máximos financiáveis serão respectivamente, de Cr\$ 100,00 e Cr\$ 150,00 por hectare.

A meta do Programa é a adubação de 850 milhões de cafeeiros adultos e 40 milhões novos (2-3 anos). No ano agrícola 1970/71 estima-se sejam atingidos, pelos financiamentos, 600 milhões de cafeeiros.

Nos financiamentos serão aplicados recursos normais de crédito rural da rede bancária oficial da ordem de Cr\$ 185.000.000,00, sendo que os juros serão subsidiados, em parte, pelo FUNDAG.

Características dos Financiamentos e sua execução

O Programa abrangerá todas as áreas cafeeiras do País, be-

neficiando os cafeicultores cujas lavouras se enquadram dentro dos limites de produtividade estabelecidos.

O montante a ser financiado será aquele constante da proposta apresentada pelo cafeicultor, para a qual recomenda-se a assinatura do Engenheiro Agrônomo, tendo em vista a adoção de um plano racional de adubação e observando-se os limites de Cr\$ 300,00, ... Cr\$ 150,00 e Cr\$ 100,00 por ha, respectivamente para cafêzais adultos, com 3 e 2 anos de idade.

Os recursos serão liberados conforme a sistemática usual das carteiras de crédito agrícola dos Bancos, e o resgate será efetuado após a colheita.

Os financiamentos vencerão à taxa de juros de 7% a.a. A complementação para as taxas normais de crédito rural será subsidiada pelo FUNDAG.

Os cafeicultores interessados preencherão a proposta de financiamento que deverá conter os seguintes elementos: variedade plantada, idade, área do cafêzal, número de pés, colheita média nas 2 últimas safras, espécie, montante necessário e época de aquisição dos fertilizantes e corretivos. Pela análise dos dados da proposta, o Banco efetivará os financiamentos através da assinatura de instrumento de crédito rural. A liberação e fiscalização da aplicação dos recursos serão feitas pelas agências do Banco.

O IBC, através de seus Engenheiros Agrônomos situados nas principais áreas cafeeiras do país, desenvolverá uma ampla divulgação do Programa, objetivando a sua maior aceitação pelos cafeicultores e, juntamente com a rede assistencial dos demais órgãos encarregados deste trabalho, prestará orientação e assistência técnica aos cafeicultores contratantes.

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE DEFENSIVOS NA LAVOURA CAFEIRA

1. Objetivos do Programa e fonte de recursos

Existe um grande número de doenças já constatadas nos cafêzais brasileiros, e que no entanto não vêm apresentando problemas de ordem econômica. De um tempo para cá vem ganhando importância em algumas áreas cafeeiras os nematóides

M. coffeicola e M. exigua.

Quanto às pragas, os prejuízos têm sido maiores. Pode-se citar os casos da broca do café (*Hypothenemus hampei*) responsável por grandes perdas, não só quantitativas como qualitativas: do bicho mineiro (*Perileucoptera coffeella*), das cochililhas, caramujos e lagartas, os quais, em certas condições, também têm sua importância.

Com a constatação da ferrugem do cafeeiro, em janeiro do corrente ano, a cafeicultura nacional acaba de sofrer um sério revés, uma vez que é considerada a mais importante doença do cafeeiro. Foi responsável pela dizimação da cafeicultura em alguns países da África e Ásia, e pela substituição, em grande parte, da espécie *Coffea arabica* por outras espécies que proporcionam cafês de pior qualidade e menor preço no mercado. Procedido um levantamento geral ficou diagnosticada a distribuição da doença nos Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, compreendendo atualmente 200 municípios e uma área aproximada de 600 mil quilômetros quadrados.

Com o presente programa do IBC-GERCA pretende-se fornecer aos cafeicultores os meios necessários para aquisição de defensivos (fungicidas e inseti-

cidas), objetivando a defesa fitossanitária dos cafêzais abrangendo: intensificação dos tratamentos em uso para o combate às pragas e aplicação de fungicidas, espalhantes e veiculação do cafeeiro, nos casos que fôr recomendado.

Para a execução dos financiamentos deverão ser utilizados recursos normais de Crédito Rural da rede bancária oficial, com os juros subsidiados em parte pelo FUNDAG.

2. Características dos Financiamentos

Os montantes dos financiamentos, em cada caso, serão os constantes das propostas apresentadas pelos interessados, observados os seguintes limites: fungicidas, espalhantes e veiculadores para controle da ferrugem do cafeeiro Cr\$ 300,00 por ha; inseticidas para o controle das pragas Cr\$ 50,00 por ha.

Os financiamentos serão liberados segundo as normas gerais de utilização do Crédito Rural, através da rede bancária oficial, e o início do resgate ficará previsto em concordância com o término das colheitas.

Os juros serão cobrados à taxa de 7% a.a. O FUNDAG subsidiará a complementação para as taxas usuais de Crédito Rural.

Para a solicitação do financiamento contendo os seguintes elementos: espécie da praga ou doença, grau de infestação ou infecção, cafeeiros a tratar, fungicida ou inseticida a ser utilizado, montante e época da aplicação dos recursos.

É conveniente que as propostas, dado ao caráter técnico, possuam a indicação e responsabilidade de um Engenheiro Agrônomo. Com base nos dados fornecidos o Banco deverá providenciar a formalização do Crédito, sendo posteriormente responsável pela liberação e administração do mesmo.

EIS UM HOMEM!

Serzedello Machado

Amar a pátria é ato natural. Qualquer pessoa normal possui essa qualidade cívica. Exceção são os que a ignoram ou negam. Os comunistas não sabem distinguir entre pátria e regime. Todos êsses fatos confundem e formam misturas degeneráveis. Se eu quisesse escolher uma figura que simbolizasse a lei de gravidade da alma, como diria Campoamor, eu a teria em Lamartine Mendes, fruto admirável de Uberaba, no Estado de Minas Gerais. Filho de pais pobres, bem à semelhança do Menino Jesus, nasceu em casa pobre rural, idêntico à estrebaria da cidade de David, bêrço do Salvador do mundo. Não conheceu bem a beleza de uma escola. Mesmo assim, inspirado por força divina, aprendeu a ler, escrever, somar e multiplicar. Para a sua incrível capacidade de crescer, isso bastava. Deixou o colégio modesto e cedo começou a auxiliar a família, trabalhando numa lavoura de arroz e milho. Mais tarde, já exibindo condições másculas, tornou-se peão de boiadeiro, varando terras e penetrando nos campos adormecidos de muitas cidades marcadas de miséria e silêncio. Mais uma vez mudou de profissão e passou a ser o cozinheiro das caravanas agarradas aos arrebatamentos cívicos. Com aspecto afeito às duras fadigas, chegou aos 14 anos experimentando o primeiro contato com a traçoieira civilização. Adquiriu quatro bois e um carro, com as ro-

das anunciando sons cansados de cansaço. Começou a realizar negócios erguidos de sonhos. Foi quando descobriu a grande significação do zebu para a nossa terra. Amparado por uma tradição aprovada de trabalho e honradez, obtinha crédito para executar o seu atrevido programa. E os reprodutores zebuínos, que comprava em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, foram povoando de geométricas figuras as nossas despreparadas fazendas. E Lamartine Mendes, tipo perfeito de brasileiro puro, entrava na fase do pioneirismo, inclusive na maneira audaciosa de vender. Deixava, a título de experiência, na propriedade rural, um reprodutor pelo tempo escolhido de um ano. Assistido por sua espôsa, anjo tutelar de sua vida empoeirada de constelações, varou o Brasil inteiro, cavalgando montadas bíblicas. Povoou de zebus as terras da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Amazonas e do meu Pará. E, ao voltar, recebia o prêmio de sua coragem: todos ficavam com os exemplares emprestados para ensaios petulantemente inéditos no mundo dos negócios. Até o Peru recebeu de presente um casal do zebu brasileiro! Vencida a principal batalha, iniciou a compra de suas primeiras propriedades. E hoje, já com o corpo marcado pela beleza das lutas vencidas, repousa os olhos santos pelas quinze fazendas que possui nos Es-

tados de Minas Gerais, de Mato Grosso e do Pará, tôdas cobertas pelos vinte mil zebus que rompeu os céus com os seus dorsos desmaiados de esperanças. Conheci, por bondade do Senhor, êsse notável pecuarista. No dia em que recebeu, por valor próprio, a Medalha do Mérito Agrícola, eu tive a nítida impressão de que todos que assistiram à memorável solenidade ficaram de joelhos diante de sua imagem soberba de brasileiro gigante. O jovem ministro Cirne Lima não se conteve e levantou-se para melhor aplaudir e homenagear o exemplo vivo da força de vontade, numa postura de adoração ao que vencera sozinho, sem apoio de governos, mas apenas de Deus, seu único e invencível aliado. Apesar de tôdas essas provas comovedoras de apreço e de verdade, só êle, o sublime triunfador, se mantinha humilde e com os olhos meigos de criança, pacientados pelo clarão de bondade pintada de candura animal, como se quisesse provar que a tranqüilidade que espelhava era um reflexo autêntico da mansidão silenciosa dos seus zebus, impressa nos campos encantados que firmam o nosso país. Lamartine Mendes parecia sonhar, vivendo em outro mundo, mas com o entusiasmo ficando neste Brasil, que êle glorifica e povoa de trabalho, de coragem e de alimentos. Eis um HOMEM fulgurando na limpeza de nossos céus!

CONFERÊNCIA DE CIENTISTAS AGRÍCOLAS — LONDRES

II — A AMÉRICA LATINA E A DEMANDA DE CARNE NO MUNDO

Os Drs. Reg. Preston e Malcolm Willis, vivamente interessados na solução do problema de escassez de alimentação no mundo, apresentaram, também, as suas próprias contribuições na já referida reunião, em março último, em Londres, em Memória a Sir John Hammond, o mais notável zootecnista e veterinário do século conforme publicação no *Farmers Weekly*, da Inglaterra, em 11 de novembro de 1969.

Esses cientistas são bem conhecidos na Grã Bretanha, pelos trabalhos realizados para a produção de carne de bovinos pela alimentação de cevada, e pelas pesquisas genéticas realizadas sob o patrocínio do Milk Market Board, da Inglaterra.

Atualmente esses técnicos dirigem o Instituto de Pesquisas Agrícolas de Havana, em Cuba, para onde foram, ao que parece em busca de material para estudos de assuntos de criação nos trópicos.

A FOME NO MUNDO

Na palestra do Dr. C.P. Meakam, ex-assistente técnico agrícola do Banco Mundial, a primeira pronunciada na reunião acima referida, também publicada pela já referida revista, há referências à situação alimentar do mundo, registrando uma deficiência de alimentos que atinge a dois terços da população mundial.

Isto não se deve nem à falta de terras, nem à inadequidade técnica ou à assistência de capital, mas antes à inabilidade ou falta de determinação dos povos para cuidarem do uso eficiente dos seus próprios recursos.

Esperamos mostrar que parte da culpa pode ser atribuída diretamente às nações desenvolvidas, as quais prestam apenas ajuda de lábios aos problemas da fome no mundo, pela ação individual ou governamental assim perpetuando ou encorajando sistemas ineficientes de produção de alimentos nas suas próprias nações. Assim procedendo elas inibem o desenvolvimento de sistemas de produção animal nos países exteriores, que são potencialmente mais capazes de bem produzir para elas próprias, devido às suas fontes naturais de suprimento.

O problema é global, não pode ser apresentado em termos

de qualquer uma das nações ou sistemas políticos.

Alguns dados sobre a população humana mundial e a de seus maiores animais domésticos, são apresentados no *Quadro 1*, abaixo inserto, de acordo com as mais importantes regiões geográficas, ao lado de dados atribuídos aos Estados Unidos e Grã Bretanha, como exemplos a se cotejar com as nações desenvolvidas.

População humana

Na Ásia em geral, e na China em particular, está quase a metade da população humana global, e considera-se que seus números estão em ascendência mais rápida do que os de qualquer outra parte do resto do planeta.

Nestas duas regiões asiáticas, estão 32% do gado, 45% dos porcos e 24% dos ovinos. Entretanto, a relatividade de suas contribuições para o suprimento de carnes, é apenas de 10%, 35% e 28%, respectivamente para o gado, porcos e carneiros.

População bovina

Fora da Ásia, os maiores núcleos de gado bovino estão nas Américas que têm um terço desse gado produzindo 48% do total mundial de carnes de bife.

População suína

Fora da China, a maior população de suínos é encontrada na Europa, produzindo um terço do total mundial de carne de porco, com apenas 27% do rebanho total.

População ovina

Os ovinos estão distribuídos mais equitativamente por todo o planeta, havendo maior concentração na Oceania-Austrália, Nova Zelândia e algumas das ilhas do Pacífico, mas como esta espécie é criada tanto para lã, ou mais para isto, do que para carne, os dados dessa produtividade são um tanto indistintos.

O POTENCIAL

O nosso maior interesse é examinar as relativas deficiências na produção de carnes e determinar quais as áreas que apresentam potenciais para a retificação das desigualdades.

As deficiências podem ser melhor descritas em termos de produção de carne, em relação à população humana, enquanto que o potencial para melhoramento é melhor expresso como produtividade por cabeça da espécie concernente.

Estas estatísticas estão consignadas no *Quadro 2*, e assim se resumem:

REGIÕES	POPULAÇÕES—MILÕES				PRODUÇÃO DE CARNE			MILHÕES DE Toneladas
	Pessoas	Gado	Suínos	Ovinos	Bife	Porco	Carneiro	Toneladas Total
1- África	320	132	6	147	1.9	0.2	0.6	2.7
2- Ásia	1.160	285	45	173	1.5	1.7	1.1	4.3
3- China	781	63	206	68	2.1	9.4	0.6	12.1
4- Europa	448	121	116	134	7.6	10.3	1.1	19.1
5- América do Norte e Central	299	170	74	33	11.4	6.0	0.4	17.7
6- Oceania	18	26	3	215	1.2	0.2	1.1	2.4
7- América do Sul	172	185	77	126	5.1	1.2	0.4	6.7
8- União Soviética	233	93	60	130	3.8	3.4	0.7	7.9
9- Total do Mundo	3.430	1.075	587	1.026	34.8	32.2	6.0	72.9
10- Grã Bretanha	55	12	7	30	0.9	0.9	0.3	2.0
11- Estados Unidos	179	109	47	24	9.4	5.1	0.3	14.8

1 — Na Oceania o total da unidade da população produção de carne por humana é muito mais elevado do que em outros continentes. Entretanto isto revela muito mais extensão de terras à disposição do criador do que produtividade inerente à criação, uma vez que esta última, em termos de produção por unidade animal, é mais baixa do que a da Europa ou da América do Norte.

2 — Na Ásia, África e China, como é de se esperar, a produção de carne por pessoa, é abismalmente baixa. Na China o problema é primordialmente de população, uma vez que a produtividade por animal é comparável a média mundial.

3 — A Europa e América do Norte, são os continentes mais eficientes em produção animal. Tanto a Grã Bretanha como os Estados Unidos estão consideravelmente acima das médias dos outros países desses continentes. Os dados sobre a América do Norte estão um tanto prejudicados, devido estarem englobados aos da América Central cuja

REGIÕES	Gado	Suínos	Ovinos	População Humana
-1 África	14.4	30	4.1	8.5
-2 Ásia	5.3	38	9.4	3.7
3- China	33.4	46	8.8	15.5
4- Europa	63.0	89	8.2	42.0
5- Americas do Norte e Central	67.0	81	12.1	59.0
6- Oceania	46.0	67	5.1	133.0
7- América do Sul	27.0	16	3.2	39.0
8- União Soviética	41.0	57	5.4	34.0
9- No Mundo	32.2	55	?	21.2
10- Grã Bretanha	75.0	128	10.0	36.4
11- Estados Unidos	86.0	109	12.5	75.0

produtividade é mais comparável à da América do Sul.

4 — A América do Sul e Central, consideradas as suas áreas em conjunto, respondem por 22% do gado de todo o mundo, mas a sua produtividade animal é mais baixa do que em outra qualquer região, com exceção da África e Ásia,

ambas em estágio mais primário de desenvolvimento. Ainda temos a mais que a América do Sul é a menos eficiente de todas em termos de produtividade de suínos e ovinos.

Deficiências e perspectivas

As áreas do mundo com as mais sérias deficiências na

produtividade de carnes, são a Ásia, a África, a China e a América do Sul.

No Quadro 3 pode-se ver quais são os prospectos dos países desses três continentes, para a melhoria da situação de produtividade.

A África ainda mesmo que alcançasse um nível de produtividade igual ao dos Estados Unidos, seria capaz de produzir apenas a mesma quantidade de carne consumida usualmente por unidade de população pelas nações desenvolvidas. As possibilidades para exportação são, portanto, mínimas, a não ser que concomitantemente haja uma rápida expansão da população de gado.

A África tem uma população de ovinos relativamente elevada, em comparação à média do resto do mundo, e o aumento da produtividade neste setor ajudaria a aliviar a situação, mas a sua população suína está em desvantagem.

A Ásia do outro lado, está abaixo do resto do mundo na sua população de todas as três espécies. Assim é que, irrespectivamente do nível de produtividade alcançada, este continente terá por muitos anos uma deficiência de carnes.

A China, está ainda em pior situação, pois que a sua produtividade por cabeça de espécie animal é mais alta do que a da África, do restante da Ásia e da América do Sul, porém a sua população animal é um quinto daquela existente no resto do mundo. Só se excetua a sua população suína.

Problemas

A apreciação que se faz acima, não toma em consideração os tremendos problemas sociais, políticos e religiosos indígenas a essas três regiões. De tal maneira que os melhoramentos da produtividade animal inevitavelmente têm de ser morosos e qualquer ganho que se verificar perder-se-á pela expansão da população humana.

REGIÃO APARTE

A América do Sul é a região que se mantém aparte de todas as outras, na solução do problema alimentar do mundo.

A sua produtividade por unidade é a mais baixa do mundo,

REGIÕES	Gado	Suínos	Ovinos
1- África	0.41	0.02	0.46
2- Ásia	0.25	0.04	0.15
3- China	0.08	0.26	0.09
4- América	1.08	0.41	0.67
5- Resto do Mundo	0.41	0.25	0.51

entretanto é a que tem o maior potencial quantitativo de produção, particularmente para a exportação. Ela tem a maior quantidade de porcos em relação à população humana e também excede a todas as outras regiões em relação a gado e carneiros, com exceção da Oceânia que lhe excede nesta última espécie.

Ainda mais, enquanto que a Ásia, a África e a China têm um baixo número e uma baixa produtividade por unidade de população humana, a América do Sul excede à média mundial na produção de carne por habitante.

O seu consumo, entretanto, é mal distribuído, pois que a Argentina e o Uruguai consomem três vezes mais e talvez quatro vezes mais por pessoa, do que qualquer um dos seus demais vizinhos próximos.

Se a América do Sul alcançasse a mesma média de produtividade que é corrente nos Estados Unidos para o gado e carneiros, e a mesma média de produtividade atribuída aos usinos na Grã Bretanha, poderia produzir 144 kg de carne em carcaça por pessoa e por ano. Isto proporcionaria um suprimento mais adequado de carne para todo o sub-continente e ainda sobriaria mais da metade da produção para EXPORTAÇÃO.

Considera-se além disto que nesses computos não se levou em conta o aumento do número de gado vivo, para o qual há um potencial na América do Sul maior do que em outra qualquer região do mundo, devido às áreas úteis ainda não aproveitadas, muitas delas nas regiões tropicais e sub tropicais.

As maneiras pelas quais poderiam ser melhoradas as condições de produção de carne

na América do Sul, serão discutidas mais adiante.

Mercados

O problema fundamental mais sério é o do aproveitamento da carne a ser produzida. Poder-se-ia com ela suprir as sérias necessidades da Ásia, África e China, mas essas áreas possivelmente não poderão comprar grandes quantidades, por falta de capacidade financeira.

O mercado, portanto, está restrito aos Estados Unidos, Europa e possivelmente a União Soviética. Essas três regiões são altamente industrializadas e produzem a qualidade de mercadorias urgentemente necessárias à América do Sul, principalmente máquinas e equipamentos pesados. Muitos dos países dessas três regiões estão se aproximando dos seus limites econômicos de produtividades por animal, com exceção da Rússia.

A América do Norte e a Rússia ainda não atingiram aos limites econômicos da produção da terra, existindo possibilidades de expansão do número de animais nessas áreas.

Na Europa, entretanto, todos os seus países com exceção talvez da França, já passaram do ponto econômico da produção da terra, tanto assim é que considerável suporte econômico tem de ser dado pelo governo, para que o fazendeiro se mantenha em base de lucro.

A expansão da produção de carne pelo aumento do número de animais, é uma possibilidade pouco provável, porque as terras agrícolas estão em declínio. O padrão de vida em todas essas áreas, vai se elevando cada vez mais, apesar de todas as dificuldades, havendo um aumento constante da demanda

de carnes para o consumo dos grandes centros.

OS SUBSÍDIOS

O consumo total de carnes por pessoa tem aumentado conforme indicam as *figuras 1 e 2*, nestas páginas, constantemente nas duas décadas passadas. Entretanto, enquanto o consumo de crne — o bife — é crescente e em constante elevação nos Estados Unidos, ele não é tão marcante na Europa, sendo que na Grã Bretanha tem havido declínio. A carne de galinha tem tido um consumo crescente, seguro e vigoroso em todos os países.

É significativo notar-se na *figura 3*, que os preços da produção de aves, tanto na América do Norte como na Europa, com exceção da Itália, tem declínio seguidamente. Nos Estados Unidos, semelhante, o preço de produção do bife tem tendido a declinar e certamente é menor desde o pico de seu valor de 1950.

Em contraste, na Europa os preços de produção de bife têm aumentado de 70% até 100% do seu valor, como se nota na *figura 4*.

Existe, pois, uma forte relação negativa entre o consumo de carnes e a linha de preços dos produtores.

O declínio de preço de produção de aves de quase toda a parte do mundo, e o do bife nos Estados Unidos, se verificou pela ausência total de suporte financeiro por parte dos governos, o que teve o efeito de forçar o aumento da eficiência da indústria. Na Europa Ocidental, ao contrário, a ineficiência na indústria do bife está sendo perpetuada pelos subsídios do Governo. Mesmo assim, ainda não satisfeitos com esses níveis exorbitantes de suporte oficial, que na Grã Bretanha, por exemplo, chega a corresponder ao total do lucro da fazenda, os criadores por si mesmos, estão ansiosos por maior proteção, pela imposição de tarifas sobre a importação de carnes. Não há nenhuma base técnica na espécie de tarifas que têm sido consideradas e ainda estão sendo.

Assim é que na Grã Bretanha, há uma grande sobrecarga de taxas sobre a carne dessossada, maior do que na carne em carcaças, apesar do fato de que aquela é mais eficiente, tanto pelo ponto de vista dos países importadores como dos exportadores, devido aos ossos que ficam no país de origem.

Não há justificativa científica para se acreditar que a carne com ossos tenha melhor paladar. Os ossos tratados também seriam uma valiosa fonte de minerais para as terras agrícolas dos países em desenvolvimento enquanto que nos países mais desenvolvidos eles se destinam simplesmente à latas de lixo.

Acrescente-se a isto a existência ainda agora, de riscos da aftosa as quais, como tem sido evidenciado, são maiores quando os ossos integram as carcaças.

A Austrália e a Nova Zelândia estão exportando o bife dessa forma, principalmente para os Estados Unidos onde não há tarifas para essa importação e para a Grã Bretanha onde gozam da preferência aduaneira concedida às nações integrantes da Commonwealth.

A Austrália não é um país em desenvolvimento da mesma grandeza de muitos deles na América Latina. A importação de carnes da América do Sul deve ser feita não somente por considerações humanitárias, mas também porque, a curto e longo prazo, estes países oferecem à Grã Bretanha um potencial muito maior como compradores de artigos industrializados o que provavelmente, não se verifica em subcontinente como a Oceania que tem menor população, além de estar bem mais encaminhada na senda da indústria.

Tanto a Grã Bretanha como na América do Norte produz-se a carne de bife com uma eficiência por cabeça, maior do que na maioria de outros países do mundo. Ambos esses países são importadores de carne. A América do Norte compra 349,000 toneladas por ano e a Grã Bretanha 290,000 toneladas. Os Estados Unidos poderia facilmente produzir toda a carne que consomem, sem nenhum redução na sua eficiência econômica, simplesmente pelo aumento do número de cabeças de gado, porém, muito sensatamente, prefere não fazê-lo, com o intuito de encorajar por sua vez o comércio com as demais nações.

A Grã Bretanha, entretanto, sob nenhuma circunstância, poderia produzir todo o bife para atender aos seus requisitos de alimentos ainda mais, a expansão para a sua presente produção, só é conseguida a considerável custo em termos de eficiência econômica, o que teria

causado a elevação ao mais alto nível do seu preço ou, indiretamente, o aumento de taxas para os consumidores. Apesar disso, os corredores das câmaras que cuidam de assuntos agrícolas estão neste momento, ativamente repletos de interesses nesta política.

O povo das nações desenvolvidas que permite tal procedimento protecionista, deveria olhar mais externamente e não tanto para dentro de seus interesses imediatos, porque ele próprio sofrerá as conseqüências de comer menos carne ou pagar mais pelo que na realidade consome, ou ambos.

Mais sérios ainda são os efeitos dessa política econômica para os habitantes dos países dessas terras em desenvolvimento, cujos únicos meios de elevação de seus padrões de vida é pelo crescimento da produção e aumento da exportação de alimentos e matérias primas para as nações industrializadas.

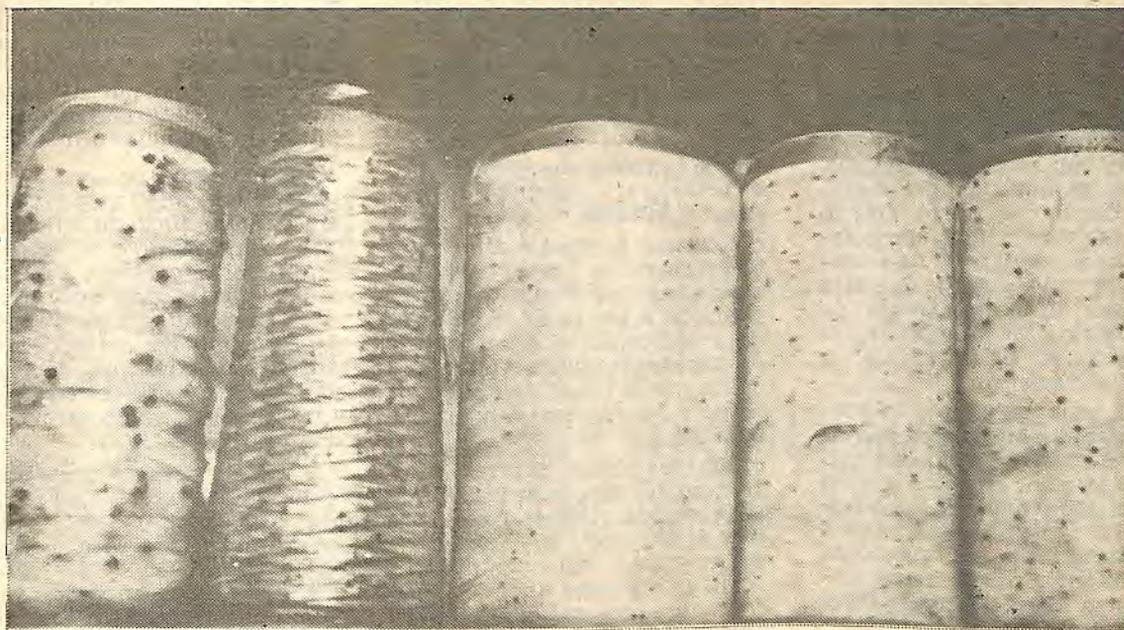
Torna-se indispensável uma reconsideração em termos globais, sobre o que cada nação individualmente ou cada região, pode melhor contribuir para a produtividade mundial e quais as suas necessidades. Não há dúvida de que a Europa e a América do Norte são produtores mais eficientes de artigos industrializados para o mundo. Aspectos climáticos têm pouca significação nesse tipo de produção que depende mais do nível cultural e técnico das populações. É também sem dúvida que a maior parte da Europa não se presta para a produção de carne de bovinos, o bife tão procurado por todos.

A América do Sul, em contraste, não se industrializará por considerável tempo. É também uma área de um tremendo potencial agrícola, não somente em termos de número de animais e espaço de terras, como também em virtude do seu clima que favorece a produção eficiente de carnes.

Apesar da lógica óbvia de tais análises há pouca esperança de um rápido progresso a não ser que os políticos das nações desenvolvidas mudem a sua política para o encorajamento da importação de produtos agrícolas da América do Sul, em troca das suas próprias mercadorias industrializadas.

Em termos a longo prazo este é o melhor caminho para se ajudar as nações que aguardam o seu desenvolvimento.

A FOTO INTERNACIONAL



Uma nova modalidade de sementeira vem sendo experimentada nos Estados Unidos, e com resultados mais efetivos. Trata-se do emprego da semente em fita plástica e que é plantada com maquinaria especial. De um modo geral, todos os tipos de semente podem ser adaptados a êsse nôvo processo, variando a largura da fita e a distância entre as sementes.

O clichê nos mostra vários rolos de fitas com sementes de vários tipos em vésperas da semeadura. (Foto IPS, especial para A LAVOURA)

Uma possibilidade para a Amazônia:

O Café

por Ady Raul da Silva

Há uma política e um desejo nacional de promover o desenvolvimento da Amazônia.

O Governo Federal deseja a sua ocupação por um maior contingente de população. Já tomou muitas iniciativas, entre as quais se destacam: a criação do porto franco em Manaus e mais recentemente a construção de estradas ligando o oeste de Mato Grosso ao Acre através do território de Rondônia, a Cuiabá a Santarém e a Transamazônica.

Há uma outra possibilidade que permitiria desenvolver-se atividades econômicas em valor superior a duas vezes toda a produção agrícola e capaz de aumentar a produção para exportação da região em 5 vezes, alcançando uma cifra de 100 milhões de dólares.

Trata-se da cultura do café. Há condições para o seu cultivo, especialmente do tipo "robusta", que é o mais adaptado às condições tropicais e de baixas altitudes.

Na Amazônia, há condições de clima propícias ao plantio do café tipo "robusta" principalmente no Acre e no Amazonas, em algumas partes do Pará e do território do Amapá, existindo algumas áreas onde o clima também é propício ao cultivo de "arábica".

Há muitas dificuldades quanto ao solo, porque as terras naturalmente férteis são escassas, mas existem regiões de solos apropriados especialmente no Acre e em alguns locais do Pará, havendo necessidade de maiores trabalhos de mapeamento de solos para localizar os mais aptos ao cafeeiro, embora com adubação adequada uma grande área poderia ser cul-

tivada e as principais dificuldades quanto ao solo seriam resolvidas.

Não tem havido interesse e possibilidade de plantar café na Amazônia até agora porque havia até há pouco tempo excesso de produção e estava se restringindo à área de plantio.

A situação atual é diferente. As geadas no Paraná e a seca em São Paulo têm diminuído a produção, forçando a utilização dos estoques de excedentes para suprir a quota que o Brasil tem direito pelo Acôrdo Internacional de Café.

Embora esses fatores sejam muito importantes, eles são temporários e o equilíbrio e até mesmo o excesso de produção seria alcançado dentro de poucos anos se não fôsse um fator novo e que com quase certeza será permanente daqui para frente: é a ferrugem das folhas, que ataca o cafeeiro, que introduzida espalhou-se em uma grande área do País e dificilmente será erradicada.

A ferrugem da folha já disseminada nos Estados da Bahia, Espírito Santo e parte de Minas Gerais, ocorrendo em uma área de mais de 400 000 km², dificilmente será controlada a ponto de não invadir as restantes regiões em que se cultiva café e que lhe são contíguas. É uma questão de tempo a sua disseminação. A dúvida é se levará 2, 5 ou 10 anos e a extensão dos prejuízos que acarretará, o grau de redução na produção.

As condições de clima na Amazônia também são favoráveis ao ataque da ferrugem, mas a diferença é que existe entre as regiões onde há café e as regiões na Amazônia mais favoráveis ao

cultivo do café uma faixa de 1.500 km sem café e dificilmente a ferrugem será transportada a distâncias tão grandes em curto espaço de tempo, a não ser por descuido ou intencionalmente.

Considerando-se que a região já atacada pela ferrugem produz 10% do total do País, admitindo-se a hipótese que seria possível plantar café na Amazônia suficiente para substituir essa produção, o seu valor seria de 100 milhões de dólares aproximadamente, que entrariam para aquela região provenientes do exterior.

O café "robusta", embora de qualidade inferior ao "arábica" e de menor preço, tem um grande mercado, especialmente nos Estados Unidos, onde o seu consumo tem crescido muito para a produção de café solúvel. A maior parte do café da África que tem deslocado o café brasileiro no mercado americano é do tipo "robusta".

A implantação da cultura do café na Amazônia poderá ser feita com os recursos dos incentivos fiscais provenientes do imposto de renda e destinados à aplicação na Amazônia, sob o controle da SUDAM, por particulares, especialmente por muitos que têm a experiência na implantação de culturas de café no Norte do Paraná e Sul de Mato Grosso.

O prazo necessário à formação dos cafézais e eles alcançarem a fase produtiva coincidirá provavelmente com as grandes reduções causadas pela ferrugem nas zonas tradicionais se ela continuar a se expandir rapidamente.

Há necessidade de não se permitir o plantio de café na região intermediária para di-

Livros e Publicações

Braga, Helson C.
Aspectos sócio-econômicos do babaçu. Rio de Janeiro, Instituto de Óleos, 1968. 87 p.

Brasil, Ministério da Agricultura. Escritório de Meteorologia.
Contribuição ao estudo da climatologia do Nordeste. Rio de Janeiro, 1969. 15 p., mapas.

Canduro, Flávio Antonio.
Evapotranspiração do milho

irrigado (seção de tese). Pôrto Alegre, UFRGS, 1969, 9 p.

Dantas, Humberto da Silveira
Diagnóstico pedológico em Pernambuco. Recife, EPE, 1970
V.I — Zona litoral mata
V.II — Zona do sertão

Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Economia.

Preços recebidos pelos agricultores. Rio de Janeiro, 1970. 54 p.

Goedert, Wenceslau J.
Influência da calagem na potencialidade dos solos. Pôrto Alegre, UFRGS, 1969, 4 p.

Gonçalves, José Carlos
Produção de mudas de café. Campinas, SCR, 1970. 24 p. ilustr. (Boletim Técnico — SCR — n.º 63).

CENSO AGRÍCOLA

A Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) está preparando técnicos dos países em desenvolvimento para a realização do censo agrícola da década de 70. A operação terá a duração prevista de 4 anos.

ficular a penetração da ferrugem até a Amazônia.

Ao Governo Federal interessará por certo a produção de café na Amazônia, especialmente nos Estados do Acre e do Amazonas, porque forneceria trabalho e fixaria um grande contingente de população em atividade de grande rentabilidade econômica, tornando-se um fator extraordinário de desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é chamar a atenção para essa possibilidade e para que sejam feitos os estudos necessários para o desenvolvimento da cultura do café na Amazônia, uma vez que as informações preliminares são promissoras.

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para setembro e outubro

OLERÍCOLAS

Setembro — Continua-se no plantio de quiabo, abóbora, maxixe, melancia, espinafre, beringela, jiló, pimentão. Termina a época do semeio de cenoura.

Ótimo mês para o plantio de batata doce.

Outubro — Termina o semeio de alface (variedades repolhudas), só se plantando daí para a frente variedades de verão. Semeia-se couve troncha para Natal e planta-se milho.

FRUTÍCOLAS

Setembro — Término da estação de fertilização dos pomares. Ótimo mês para a limpeza e desbrota dos bananeais. Colhe-se sapoti, abiu, banana, laranjas tardias e mamão.

Outubro — Bom mês para retirada e plantio de mudas de bananeiras. Último mês para o plantio de melancia. Inicia-se a colheita do caju, colhendo-se ainda laranja pêra e valência, laranja natal e laranja seleta, mamão e sapoti.

Observação: os calendários olerícola e frutícola foram baseados em notas do Eng. Agrônomo Eduardo Hugo Frota.

Novamente tivemos o prazer de representar a nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura durante a XXI Semana do Lacticinista, realizada em Juiz de Fora, Minas Gerais, pelo Instituto de Laticínios "Cândido Tos-tes", desta vez de 6 a 10 de julho p.p., ou seja, já tradicionalmente na segunda semana do mês de julho de cada ano, desde a sua instituição, tão acertada, em 1950 pelo nosso inesquecível amigo, Dr. Sebastião Senna Ferreira de Andrade, seu então dinâmico diretor.

A organização e o programa desta XXI semana do Lacticinista apresentaram inovações de grande interesse e utilidade para o elevado número de participantes que a ela ocorreu, como acontece, portanto, já há 21 anos. Como sempre são em sua maioria os técnicos lacticinistas formados pelo próprio I.L.C.T., bem como diretores de cooperativas, industriais, comerciantes, jornalistas e funcionários especializados federais, estaduais e municipais.

A coordenação geral dos trabalhos esteve a cargo do Professor do I.L.C.T., Sr. Antônio Carlos Ferreira, técnico lacticinista, formado pelo próprio I.L.C.T., com a ajuda de uma notável plêiade de colegas especializados. O tema foi: "Progresso tecnológico e desenvolvimento da indústria de laticínios". Os trabalhos apresentados por técnicos de destaque nas mais variadas matérias foram realizados em forma de conferências e de seminários, diferindo da forma anteriormente usada. Estes seis seminários obedeceram aos seguintes temas: Novos equipamentos — Controle de qualidade — Novos produtos e nova tecnologia — Aspectos nutritivos — Novas embalagens — Legislação face aos novos produtos, equipamentos e embalagens. Os

trabalhos apresentados foram os seguintes, na ordem de sua realização nos diversos dias:

Dr. J. J. Carneiro Filho:
"Necessidade do desenvolvimento de novos produtos de laticínios".

Otto Frensel
"Seleções Lacticinistas Mundiais" — XVII Série.

Dr. Moacir Simili
"Redução do custo operacional com geradores de vapor automáticos utilizando óleo combustível "full oil".

Prof. Frederico de Magalhães Siqueira
"Redução do custo industrial pela correção de fator de potência".

Dr. Horácio Elias
"Sanitização de laticínios".

Dr. Luiz Pinto Valente
"Aspectos da evolução da indústria de laticínios numa região do Estado de Minas Gerais".

Dennis Haarman
"Sanitização de laticínios".

Dr. Oto Rafael Arantes
"Equipamentos e Embalagens — Inovação e Inter-relações".

Dr. Rolando Koerber
"Emprego do ácido sórbico e seus derivados na conservação de produtos de laticínios".

Prof. Francisco Samuel Hosken

"Melhoria de qualidade possibilitando novos produtos".

Dr. J. J. Carneiro Filho
"Método contínuo na fabricação de manteiga".

Dra. Maria Suzana Lima
"Aspectos nutritivos do leite e sua importância na alimentação humana".

Prof. Antônio Carlos Ferreira

"Valor nutritivo do iogurte".

Ernesto Thomi

"Sorvetes, dentro da indústria de laticínios"
Prof. Antônio Carlos Ferreira

"Moderna tecnologia na fabricação de iogurte".
Dr. Edson Clemente dos Santos

"Composição em ácidos graxos da gordura do leite — Uso da cromatografia em fase gasosa na estimativa dos ácidos graxos".

Jaime Salina
"Comportamento de laticínios em embalagens plásticas".

Dr. Oswaldo Santiago
"Aditivos em laticínios e derivados".

Dr. Louis Rossier
"Aromatização de produtos de laticínios".

Dr. Saul Sztajnman
"Oxidação de gordura".

Dr. Schubert Aranha
"Enzimas".

Dra. Marly Montenegro
"Modificação introduzida às técnicas de análises adotadas pela Divisão de Produtos de Origem Animal (ex-DIPOA)".

Dr. Jacob Spiegel
"Contrôle de qualidade".
Prof. José Otávio Pinheiro Vilela

"Considerações acerca da indústria de sorvetes".

(NOTA: Este trabalho foi apresentado pelo Prof. Roberto Vieira Pinto, devido o autor ter ficado impossibilitado de fazê-lo, em virtude de um acidente de trabalho que sofreu, mas do qual, felizmente, está se recuperando, normalmente).

O Prof. Antônio Carlos Ferreira, demonstrando dinâmica atividade, além de suas preocupações de Coordenador Geral, ainda realizou, como se vê, duas palestras e um curso diário rápido, denominado "Leite de Consumo", o qual mereceu grande assistência.

Houve exibição de filmes. Pela *Klenzade* Magnus Má-

LACTICINISTA

por

Otto Frensel

quinas e Produtos S/A., ilustrando a palestra: "Sanitização de Laticínios" pelo seu gerente, Sr. Dennis Haarmann — "Alimentos sem Fronteiras" — belíssimo filme de longa metragem, colorido, apresentado pela Nestlé — "Indústria Sueca de Laticínios", apresentada pela Alfa-Laval.

Além de um stand do próprio I. L. C. T., apresentando seus excelentes produtos (manteiga — queijos diversos — requeijão — doce de leite), houve exposição de máquinas e acessórios, utensílios, etc., de diversas firmas especializadas.

A Associação dos Ex-Alunos do I. L. C. T. realizou uma Assembléia, presidida pelo seu Presidente, Sr. Jarbas da Costa Silva, da qual participamos.

Após a missa e o hasteamento dos pavilhões do Brasil e de Minas Gerais, teve lugar a cerimônia da abertura solene dos trabalhos, presidida pelo Diretor do ... I.L.C.T., Prof. Cid. Maurício Stehling, ex-aluno do ... I.L.C.T., o qual pronunciou discurso de boas vindas, historiando os processos do ... I.L.C.T. e dos laticínios desde a Semana do Laticinista anterior, enaltecendo os auxílios recebidos. A seguir falaram: Otto Frensel — Dr. J. J. Carneiro Filho — Dr. Homero Corrêa Duarte Barbosa — Prof. Antônio Carlos Ferreira. Encerrando a solenidade, o Prof. Cid Maurício Stehling agradeceu a presença de todos e convidou para o *cocktail* e almoço que teve lugar a seguir. Informados do acidente de trabalho sofrido pelo Prof. José Otávio Pinheiro Vilela, fizemos uma visita ao mesmo, apresentando os nossos melhores votos de pronto restabelecimento. Naturalmente tivemos muitos contatos com velhos e novos amigos, percorrendo com eles as cada vez mais eficientes ins-

talações modelares da ... I.L.C.T. e assistindo à fabricação de seus excelentes produtos. Fizemos uma visita à Fábrica "Estrêla Branca" da Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda., merecendo o atencioso acolhimento de sempre do nosso prezado amigo, Sr. José Teixeira da Silva. Os almoços em comum e as conversas "ao pé do fogo", logo de início instituídas pelo nosso saudoso amigo, Dr. Sebastião Senna Ferreira de Andrade, ensejaram um conagração muito apreciado por todos.

A cerimônia de encerramento, no dia 10 de julho p.p., teve significação especial, pois, além do cerimonial habitual, foi ensêjo para prestação de merecida homenagem ao ilustre professor e técnico laticinista argentino, Prof. Dr. Júlio L. Mulvany, Prof. h.c. do ... I.L.C.T., o qual não temendo canseiras, nem idade, viajou, em companhia de sua exma. esposa, de automóvel, desde La Plata até Juiz de Fora, guiando êle mesmo, a fim de assistir a XXI Semana do Laticinista e ao lançamento da tradução de seu excelente livro "Indústria da Manteiga", a qual, nesta data, foi apresentada oficialmente aos laticinistas de todo o Brasil. Trata-se de uma esmerada tradução pelo Prof. Dr. Hobbes de Albuquerque, ex-professor do I.L.C.T., e a qual terá oportuno comentário em breve.

O Prof. Júlio L. Mulvany, agradeceu as homenagens muito comovido e leu um oportuno trabalho sobre os laticínios argentinos. No fim da sessão autografou alguns exemplares do seu precioso livro para os amigos presentes.

Na oportunidade foram lidas pelo Coordenador Geral duas proposições, respectivamente, referentes à atuação da SUNAB e de sugestões ao

Regulamento do I.I.S.P.O.A., do E.T.I.P.O.A., do Ministério da Agricultura, os quais, após aprovação por unanimidade, foram transmitidas ao Exmo. Sr. Presidente da República. Sua divulgação será feita oportunamente. O Sr. Otto Frensel pediu uma homenagem aos ilustres e inesquecíveis laticinistas brasileiros que muito se distinguiram na realização do hoje Instituto de Laticínios "Cândido Tostes": Manoel Zenha de Mesquita — Jorge de Sá Earp — Sebastião Senna Ferreira de Andrade — José Assis Ribeiro. Os presentes ouviram as nossas curtas, mas sinceras evocações e permaneceram de pé durante um minuto em compenetrada homenagem e recordação.

Encerrando os trabalhos, o Diretor do I.L.C.T., Prof. Cid Maurício Stehling, pronunciou muito acertado discurso, não só agradecendo a presença e cooperação de todos, como também a destacada ajuda do Governo de Minas Gerais.

A LAVOURA

73 ANOS

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil

CULTURA DO CHUCHU

(SECHIAM EDULE — SWARTZ)

O chuchu é uma planta natural do México, conhecido na sua terra natal com o nome de *chayotti*, pertencente à família das cucurbitáceas.

Caracteres da planta — O chuchuzeiro é uma planta de caules sarmentosos, herbáceos, possuindo fortes gavinhas com que se prende aos arames das latadas e a tudo que lhe está ao alcance.

As folhas do chuchuzeiro são pecioladas, com um grande limbo lobado com três a cinco pontas, sendo que a do ápice é mais comprida. A cor das folhas varia do verde claro quando novas ao verde escuro quando adultos.

As flôres são monóicas, sendo as masculinas agrupadas em pequenos cachos, as femininas localizadas no ápice do fruto em desenvolvimento.

O fruto do chuchuzeiro é uma baga piriforme, provido de pequenos sulcos no sentido longitudinal, com a superfície lisa ou rugosa, com ou sem espinhos, de acôrdo com a variedade. Esses espinhos são um caráter indesejável e por isso as variedades inertes e de casca lisa são as escolhidas para o plantio.

Variedades — São conhecidas poucas variedades, que podem ser reunidas em dois grupos:

- Variedades com frutos lisos e sem espinhos;
- Variedades rugosas e com espinhos.

Dados culturais — Quando no ano de 1959 tivemos despertada a nossa atenção

Eng.º Agr.º
Almiro Gonçalves
de Castro

para o interesse que a cultura do chuchu vinha tendo no seio dos lavradores localizados nas regiões de Tachas e Eng. Nôvo, em Guaratiba e por desconhecer um trabalho que nos fornece dados culturais sobre essa cucurbitácea, realizamos com o concurso dos técnicos agrícolas do Posto V um levantamento visitando 39 lavradores que se dedicavam a essa cultura. No mesmo ano a área plantada e com latadas de chuchu nas citadas regiões era de 34,4 hectares, com uma produção média de 52.936 caixas. Hoje, mais do que em 1959, o interesse sobre a cultura do chuchuzeiro é maior, tendo aumentado em todo o Estado o número de lavradores que se dedicam a esse plantio, que é sem dúvida altamente rentável.

Época do plantio — Vai desde o fim de março até meados de abril. As plantas morrem em consequência da elevada temperatura, nos meses de dezembro e janeiro.

No alto dos morros e nos grotões úmidos, temos observado que em consequência da altitude e onde se verifica uma pequena modificação do clima, formando o que denominamos de microclima, o chuchu consegue atravessar os meses de verão, frutificando durante todo o ano.

Sistema de plantio — A propagação do chuchu é feita

por frutos maduros, que são colocados em locais sombreados, sem umidade excessiva, com bom arejamento e em contato com o solo, para brotarem, quando então levados para o local definitivo de plantio. Quase todo o chuchu plantado no Estado é proveniente do Estado de São Paulo, da localidade de Guarulhos, pois, nesta época do ano não dispomos de chuchu para semente.

A quantidade de frutos-sementes, gastos para o plantio de 1 ha, no compasso de 2,50 x 2,50 m como é plantado, é de 1600 frutos, colocando-se um fruto já brotado por cova.

Preparo de solo — O chuchu necessita de um preparo do terreno, com lavras profundas, devendo o solo ficar bem afogado.

Adubação — Planta ávida por matéria orgânica, muito exigente em nitrogênio, devendo cada cova receber 20 quilos de estêrco de curral curtido ou 6 quilos de estêrco de galinha.

Posteriormente, quando a planta já estiver brotada e começando a subir na latada, procede-se a uma adubação química em cobertura, e por covas, com os seguintes elementos:

Superfosfato simples
250 gramas;

Cloreto de potássio
40 gramas;

Salitre do Chile ou Sulfato de amônio 20 gramas.

Tratos culturais — O chuchu, no início, precisa ser tutorado, até alcançar o arame, daí por diante éle alastra, sobre a latada, fixando-

se por meio de suas próprias gavinhas.

O número de capinas varia de três a quatro no período cultural.

A irrigação é um fator importante, tratando-se de uma planta que necessita de grande quantidade de água para produzir bem.

Formação de latada — Na cultura do chuchu há necessidade de ser construído o que chamamos de latada, formada por uma rede de arame de fio 16, com malhas de 40 x 50 cm., sustentada por estacas e bambus, sendo que nos extremos é usado um arame mais reforçado de fio 10.

Na formação de uma latada são gastos 162 quilos de arame fio 10, 462 quilos de arame fio 16, 174 estacas de madeira de lei e 372 bambus. A duração de uma latada é de cerca de 10 anos, necessitando no entretanto de reparos anuais, principalmente nas estacas de escoras.

Colheita — Três meses após o plantio, o chuchu inicia sua produção, que vai aumentando até que a latada fique totalmente coberta pelas ramas, quando se faz necessário duas apanhas semanais.

O rendimento por hectare em terrenos bem adubados é de 2 000 caixas no período de seis meses de produção.

Embalagem — O tipo de embalagem mais usado é a caixa do tipo tomate, que comporta 90 frutos do tamanho médio, com um peso de 30 quilos.

O pregado, constituído pela união de duas caixas, também é bastante usado, tendo a vantagem de retornar ao lavrador, evitando despesas com caixarias novas. Esse pregado comporta 190 frutos e tem um peso médio de 70 quilos.

BOLETIM TÉCNICO N.º 1
— maio/1968

Secretaria de Economia —
— Departamento de Agricultura.

A LAVOURA

A ESPERANÇA

MORA NO

CAMPO

Mensagem da FAEMG ao Homem do Campo pelo trans- curso do Dia do Agricultor

Para a construção do Brasil Grande, objeto acalentador de procura de todos os brasileiros, é sabida a importância de uma produtividade farta e qualificada. E isto quer dizer caminhada para o campo, destinar a maior atenção para a agropecuária, em especial para o Homem nela radicado.

Para a *hora de serenidade* em que vivemos, objeto do aplauso de todos os brasileiros, é imprescindível redescobrir o valor do Trabalho, em especial do Homem na lavoura, na sua austeridade natural.

Para comemorar, à altura de sua importância, o "Dia do Agricultor", festejado à 28 de julho, por tudo o que ele significa na construção de uma Pátria melhor, mais feliz para os brasileiros, cumpre despertarmos para a realidade viva da promoção indispensável ao Homem do Campo, ele mesmo o sólido alicerce de nossas melhores esperanças.

Por lei, simplesmente no papel, há um Decreto n.º ... 48.630, de 27 de julho de 1960, autorizando a comemoração do "Dia do Agricultor" em todo o território nacional,

que, entretanto, não ganhou a dimensão justa, digna, de uma correspondência efetiva em todas as camadas sociais, em apoio aos que têm a responsabilidade primeira na manutenção humana da nacionalidade.

"Eia pois!" — como na exclamação tradicional — brasileiros de todas as condições sociais, autoridades civis, militares e religiosas, personalidades e homem comum, o jovem, a mocinha e a dona de casa.

Busquemos conhecer para reconhecer o valor da gente da terra, do Homem que produz subsistência física da sociedade, que carrega no seu esforço o equilíbrio econômico, social e até político da Pátria, e que, não obstante o grande significado do seu Trabalho, é talvez o mais desconhecido dentre os lutadores anônimos do desenvolvimento.

No "Dia do Agricultor", a palavra de coragem e de aplauso da FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS — ... FAEMG, aos eternos fautores do progresso na fonte insubstituível do Progresso Autêntico.

Pode-se ainda ganhar a guerra contra a Fome e o Subdesenvolvimento

Esta é a essência das conclusões básicas unanimemente aprovadas por mais de um milhar de proeminentes personalidades de todo o mundo que assistiram ao recente Segundo Congresso Mundial de Alimentação, em Haia, Holanda, patrocinado pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO). Esta reunião representou um prosseguimento lógico do primeiro certame, realizado em Washington, em 1963, quando foi dramaticamente exposta à opinião pública o premente problema da fome e da subnutrição. Os participantes do I Congresso declararam formalmente que "liberar-se da fome constitui o primeiro direito fundamental do homem, e que todos os seres humanos, sem distinção de nenhuma espécie, têm direito de atingir esta meta através do esforço nacional e da cooperação internacional". Além disso, determinou-se "realizar periodicamente um Congresso Mundial de Alimentação a fim de estudar informações de âmbito internacional sobre a situação alimentar em relação à população ao desenvolvimento". Estas informações seriam apresentadas, na forma de relatório, pelo Diretor Geral da FAO, que simultaneamente proporia um programa de medidas a serem tomadas.

Estribada nesta resolução a FAO tomou a iniciativa de preparar o Plano Indicativo Mundial para o Desenvolvimento Agrícola, documento que busca avaliar e prever as necessidades dos povos do mundo no que diz respeito a alimentos, comércio e desenvolvimento, dentro dos próximos vinte anos ou mais além. O Plano, já submetido à consideração dos Governos, foi cuidadosamente discutido pelo Congresso de Haia.

DECLARAÇÃO FINAL

Por ocasião da reunião de encerramento, o Congresso aprovou por unanimidade a seguinte Declaração Final:

"Os alimentos constituem a necessidade primordial de todo o ser humano: representam um Direito Humano fundamental. Existem, contudo, centenas de milhões de pessoas espalhadas pela face da terra que não vêm satisfeita esta necessidade: lhes é negado este direito. Isto é intolerável.

"Chegamos ao Segundo Congresso Mundial de Alimentação com a firme determinação de, unidos, desfechamos um ataque global contra a calamidade da pobreza e da fome. As últimas conquistas tecnológicas redobram nossas esperanças, porém o ritmo insuficiente do desenvolvimento econômico-social aprofundou ainda mais as nossas frustrações.

"Homens e mulheres de diferentes países, grupos etários e categorias profissionais, armados de convicções profundas, porém freqüentemente antagônicas, olhamos de frente a situação com absoluta franqueza. O tema dominante tem sido o de uma ação imediata. Consideramos, assim, extremamente valiosa esta oportunidade para um diálogo ímpar.

"Nossa conclusão, decisiva e unânime, é positiva. A batalha contra a fome e o subdesenvolvimento pode ser vencida. Em muitos países em desenvolvimento está se processando uma "Revolução Verde". Por toda parte existem grupos de pessoas que começam a sacudir a apatia popular com relação ao desenvolvimento. O Plano Indicativo Mundial mostra, de modo geral, a contribuição que a agricultura pode e deve aportar.

"A vitória, porém, vai depender do esforço maciço realizado por toda a comunidade mundial. Não é suficiente pensar-se apenas nos alimentos. Estão em jogo o desenvolvimento total de cada homem, de cada mulher e de cada criança, um desenvolvimento dificultado pela injustiça, pela exploração, pela discriminação, e por todas as demais manifestações do egoísmo humano. Muitos acreditam que este escândalo somente poderá ter fim com uma transformação radical das atuais estruturas de poder, das relações econômicas internacionais e dos valores sociais.

AÇÃO IMEDIATA

"Não podemos esperar que estes problemas se resolvam sozinhos. São eles tão vastos e complexos que sua solução exige a participação de todos e de cada um. Temos que agir agora!

"Exigiremos apoio para os nossos governos em todo o esforço genuíno para construir a co-participação mundial necessária para o progresso a que aspiram os povos, porém não podemos tolerar por mais tempo promessas vazias.

"Todos os governos devem multiplicar amplamente a provisão de recursos para o desenvolvimento e canalizar uma proporção crescente destes recursos através de um sistema aperfeiçoado de cooperação internacional. Não é simplesmente uma loucura gastar-se somas enormes com armamentos, quando se necessitam desesperadamente de recursos para o desenvolvimento?

"Os governos devem esforçar-se para que os conhecimentos sobre as possíveis políticas demográficas sejam postas ao alcance de to-

— “A batalha contra a fome e o subdesenvolvimento pode ser vencida”.

— “A vitória, porém, dependerá do esforço em massa realizado por toda a comunidade mundial.

— “Alimentação e desenvolvimento são assuntos demasiadamente importantes para serem deixados exclusivamente nas mãos dos técnicos”.

dos, e que os povos gozem de liberdade para seguir os ditames de suas consciências quanto ao tamanho de suas famílias.

“Pedimos aos governos que modifiquem os acordos comerciais injustos, que representam um obstáculo do desenvolvimento. Devem proporcionar-se maiores oportunidades de exportação aos países em desenvolvimento.

MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA NO MEIO RURAL

“Conclamamos os governos para que facilitem aos agricultores e pescadores os meios, os serviços e os incentivos necessários para satisfazer as crescentes necessidades alimentares. Não é um absurdo que os homens e mulheres que nos fornecem os alimentos sejam frequentemente objeto de desprezo e de abandono? Os governos, sobretudo, não devem eludir nenhuma reforma agrária essencial que eleve as condições e a dignidade das populações rurais, aumentando suas rendas e liberando suas energias utilizáveis em uma produção maior. Em virtude de ser escasso o número de pessoas que podem encontrar empregos produtivos nos centros urbanos, devem multiplicar-se, por todos os meios possíveis, as oportunidades do emprego rural.

“A FAO e os outros organismos internacionais devem reorientar suas políticas e programas segundo as conclusões deste Congresso. E a estas entidades deverão ser facilitados os meios e recursos necessários para isto.

“Instamos a FAO e os outros organismos internacionais para que reúnam e dirijam os seus recursos para pôr fim à crescente ameaça de contaminação e destruição

do meio ambiente.

“Independentemente da assistência que já prestam aos governos, a FAO e os demais organismos internacionais devem esforçar-se ainda mais para facilitar aos grupos comunitários e nacionais a informação e o apoio que necessitam em sua ação desenvolvimentista.

“Apelamos aos investidores particulares no sentido de que concedam preferência às empresas que aportarem maior contribuição a um crescimento econômico articulado com as necessidades básicas dos povos.

“Instamos, também, a todos os organismos voluntários cujo objetivo é o de prestar serviços à comunidade, para que adaptem

suas estruturas e liberem seus recursos para o desenvolvimento segundo os princípios estabelecidos nas conclusões deste Congresso.

“E aos grupos de produtores, aos sindicatos de trabalhadores, às organizações comerciais, bem como a quaisquer grupos privados interessados, lembramos que devem considerar como fator primordial os imperativos do desenvolvimento, sempre que forem determinar as suas políticas.

“O diálogo iniciado neste Congresso deve continuar. Alimentação e desenvolvimento são assuntos demasiadamente importantes para serem deixados exclusivamente nas mãos dos técnicos”.

ISCA PADRÃO CONTRA AS FORMIGAS

CORTADEIRAS

A Philips Duphar — Produtos Químicos e Biológicos acaba de obter exclusividade de distribuição para todo o Brasil e está lançando no mercado a nova isca padrão contra as formigas cortadeiras. Trata-se do AC MIREX 450, formicida apresentado sob forma de isca, extremamente atrativa, à base de dodecacloropentaciclodecano. A própria formiga, encontrando a isca ao longo dos carreiros, transporta-a para o formigueiro onde a sua ação se faz sentir a partir do 3.º dia, quando todo o formigueiro já estará irremediavelmente contaminado.

O AC MIREX 450 é um produto da Allied Chemical Corporation, dos Estados Unidos, e após exaustivos testes feitos pelos técnicos do Instituto Biológico de São Paulo foi distribuído pelo nosso Governo através da C.A.I.C.

Philips Duphar — Produtos Químicos e Biológicos, Av. Paulista, 2163 — 3.º andar — São Paulo.

PLANTADOR DE COQUEIROS

por Othello Tormin

Uma coisa dessas só pode acontecer em Sítio da Vovó. Certo que o côco, em suas serventias, é bebido ao natural ou gelado (o seu líquido, lógico), quando verde o fruto. Mas o côco sêco também é bom, com sua alvíssima polpa, compacta e mole-mole, mais gelatinosa quando ainda de vez; com menos caldo e mais massa assim que começa a madurar. E contribui, valioso, em alguns pratos salgados; coisa que sabe fazer, e bem, em doces também. Entretanto, um doce de côco puxa-puxa moreno tem vez sempre, mais que a cocada, que por sua vez não é de se deixar para outrem, insetos e fungos inclusive.

Pois com essa utilidade toda, Sônia Perez Cendon ainda achou que o côco serve para muita coisa mais — brinquedo, por exemplo. Carregá-los, de um lado para outro, do chão para a mesa e coisinhas assim. Como os adultos descobriram na água de côco outro uso só para adultos (em líquido ou feito cubinhos de gelo para temperar as doses de uísque), Sônia em compensação bolou um faz-de-conta com o produto dos abundantes coqueiros do sítio. Quebrá-los. E se inventivou na traquinagem, claro que tinha de botá-los em execução.

Com essa carinha brejeira, que indica muita molequeira, a minidona afastou o rapaz que os partia e segurou o cabo do facão atolado na casca. Nesse tempo ela já era, sem sapatos, enorme!, da altura exata do facão (mais o cabo).

— É só para fazer retrato, seus amolantes — assim acalmou ela os protestos de facão não ser brinquedo de criança (e o é de adulto?). Ao saber da façanha, Armando Perez Gago veio esbaforindo repreensões. Ainda rindo da travessura e de sua pôse, a netinha mais que depressa se justificou: “É fofoca, vovó. Pura fofoqueira.”

Se em outras atuações ela convence e consegue dobrar o avô e demais familiares, quanto mais numa “arte” em que mostrou, documentada com fotografia, que é a menina mais bonita do mundo (convicção corujenta do avô) e rainha absoluta do Sítio da Vovó, em Amélia Rodrigues, Bahia, com poderes ditatoriais (brandos na opinião de todos. Com exceções, a bem da verdade).

E.T. — A SUDENE me enviou sua recente publicação, “Manual do Plantador do Coqueiro”. Folheto utilíssimo, que o interessado no fácil pode obter. Para alcançar, também fácil, resultados risonhos e rentáveis. No aproveitamento técnico de pequera área, o rendimento será polpudo, cascudo e fo-

lhudo, se o plantador seguir os ensinamentos dessa simples, prática e completa monografia da SUDENE sobre o plantio de coqueiros. (Na “Apresentação” falam em autores. Na “Introdução” quem subscreve é o autor. Plural ou singular, parabéns ao (s) autor (es).)

Breve vou ver (XXIX Exposição Pecuária de Aracaju, em novembro) a situação do MESTIÇO (coqueiro comum enxertado no anão). É uma fabulosa invenção sergipana. *C r a n i a d a*. Dá gosto olhar, beber, comer os côcos. Dá gosto contar coqueiros alinhados na técnica e contar os frutos em cada pé de pau. Contar, por bestagem e por gosto. Dá gosto contar pro mundo e interessados na divulgação. O plantação bonita a de lá, na *Sementeira* do IPEAL.



O QUADRO AGRÁRIO DA AMÉRICA LATINA

O Cooperativismo como elemento de Base e Conceito
de Charles Gide

Fábio Luz Filho

Segundo o ilustre ex-ministro da Indústria e do Comércio do Brasil, general *Edmundo de Macedo Soares*, "cêrca de 90% da população brasileira não produz, não vende, não consome". *José Carlos Braga* diz, cheio de razão, que êsses números, melhor, diz que ainda que êsses números estejam sujeitos a um êrro de superestimação, refletem uma realidade inadmissível diante da busca do desenvolvimento. Integrar milhões de brasileiros no processo de crescimento econômico que o país, inegavelmente, começa a concretizar, é o maior desafio da nova década (1970).

"A manutenção do panorama agrário é responsável (desde 1923 até 1942, em cinco edições sucessivas, venho martelando sôbre essa tecla em "*Rumo à Terra*", até meu último livro, "*As Cooperativas e os Problemas da Terra*", da Editora Melso, Rio, sem descanso) pela ampliação do desemprego, pelos baixos níveis da renda e pela criação de contrastes que refletem a ausência da maioria da população do mercado de produtos industrializados. A correção dessas distorções pela reforma no campo, ao lado da educação e preparação dos recursos humanos para o desenvolvimento, são definidas pelo novo governo como suas prioridades básicas".

Livros, revistas científicas, suplementos especializados de grandes jornais do

Rio de Janeiro e de outros Estados têm frisado e continuam acentuando, com justificado amargor, o quadro pungente da mortalidade infantil no Brasil.

"Em algumas regiões brasileiras as suas taxas de mortalidade infantil são tão altas quanto as da África e da Ásia: 200 por mil. A incidência média é, hoje, de 112 por mil, enquanto nos países desenvolvidos é apenas de 16,6. Esse confronto revela de início que mortalidade infantil é doença social... No início da década que acaba de se encerrar, em Eirunepé, na Amazônia, de cada mil crianças nascidas sobreviveram duzentas. Em Guatá, em Santa Catarina, de 200 que sobreviveram ao primeiro ano do nascimento, apenas 20 escaparam à morte... Dados referentes a 1967 dizem que a taxa de mortalidade infantil foi: em Maceió, 247,1; em Teresina, 246,5; em Natal, 223,5. Em outras capitais brasileiras essa taxa oscila entre 16,7 e 124,9." ("*Correio da Manhã*" de 4-1 de 1970).

Todos conhecem o grau de desnutrição infantil que existe nas favelas cariocas e fora delas (nos mocambos empantanados de Recife, que percorremos, estarrecidos, o panorama é pior, em suas côres dramáticas). Temos conhecimento pessoal de casos de empregadas domésticas faveladas, com ordenados mensais de mais de 100

cruzeiros (100 mil antigos), que não conseguem dar pão e leite aos filhos pela manhã, êstes bebendo apenas café puro, quando o bebem...

São de nosso conhecimento também numerosos casos de crianças faveladas cuja primeira refeição, e talvez única, é a merenda escolar (pratos de sopa, copos de leite, etc.) das escolas onde estão matriculadas, essa merenda escolar introduzida nas escolas primárias sob sua jurisdição, por meu saudoso pai *Dr. Fábio Luz*, quando inspetor escolar no Rio de Janeiro, como introduziu as *caixas escolares*, os trabalhos manuais, a festa da primavera e da árvore, as excursões como temas, o cinema escolar com *Venerando da Graça*, o teatro infantil, etc. Um pioneiro e um precursor.

Em Campo Grande, a 57 quilômetros do centro do Rio de Janeiro, na Zona Rural (considerada capital do sertão carioca), o índice de mortalidade infantil é considerado um dos maiores do Brasil...

Franklin de Oliveira, com as costumeiras lucidez e percúcia, em artigos para o "*Correio da Manhã*" em março-abril de 1970, fez um estudo em profundidade da descapitalização do Estado de Minas Gerais. "Todo êsse arcabouço está desmoronando, soterrando sob seus escombros milhões de brasileiros, aos quais não deixa horizontes e esperanças". Milhões de homens fora da economia monetária...

"Altas taxas de mortalidade, inclusive a infantil, reduzida expectativa de vida, elevada incidência de *doenças de massa* (as doenças da pobreza e da miséria), acentuada mobilidade da população rural, baixos índices de urbanização, prevalência do

setor primário na formação da renda interna, violentos índices de desemprego e sub-ocupação, baixo *status* social da mulher, sobretudo rural, utilização do trabalho infantil, vazios demográficos, ausência de oportunidades educacionais, reduzida renda *per capita*, em síntese, todos os indicadores do subdesenvolvimento, sobretudo os que se referem à contestura e à qualidade da vida humana, apresentam-se hoje em Minas com críspada expressão'.

Isso tudo acima em Minas Gerais, o grande e valeroso Estado! E outros?... O *sur-riscaldamento* das economias... Os valores da fraternidade e da humanidade...

Há uma parcela etária no Brasil constituída, como já foi dito, de 61,65% de jovens de idade inferior a 25 anos. E o Ministro *Jarbas Passarinho* declarou, em janeiro de 1970, que 70% dos brasileiros que estudam descendem de famílias sem recursos para custeio de seus estudos. Esta declaração foi feita perante o Conselho de Reitores e traduz uma realidade contrastante.

Vê-se, assim, que dois grandes tropeços ao desenvolvimento são o analfabetismo e a sabida parcela ínfima dos que chegam aos cursos superiores. O índice de escolaridade é de 2,4% na faixa etária de 10 a 25 anos.

Em "*As Cooperativas e os Problemas da Terra*" (Editôra Melso — Rio-1966) fez sentir que já se frisou, com justo amargor, que o quadro da América Latina, nas suas cores sombrias, é este: 25 milhões de desempregados e o deficit de moradias indo de 17 a 25 milhões de casas, ou mais. Do ponto de vista político, deixam de exercer os seus direitos políticos cerca de 40 milhões de latino-americanos, o que traduz um estado de espirito e um estado de coisas dos mais chocantes e deprimentes e que explica muita coisa...

A percentagem de analfabetos na América Latina vai de 50 a 70%, e uma enorme percentagem de jovens de 6 a 25 anos necessitam de uma

educação eficaz, sendo válida toda forma de pensamento público, como já acentuei, que represente confiança no *Homem*, confiança na sua capacidade de progresso e perfeição, que atenda aos valores da inteligência, da cultura e dos sentimentos de harmonia e concórdia, donde a necessidade de um combate sem tréguas ao subdesenvolvimento, visto o cooperativismo como um fator preponderante nesse soerguimento.

Como já frisei, as cooperativas têm, a um só tempo, caráter empresarial e associativo, como sociedades de pessoas e não de capitais. São flexíveis instrumentos de que se estão valendo países políticos os mais disparres, desde os liberais até aos de socialismo autoritário. Assim é que, dentre tantos outros, o Irã e o Paquistão vêm recorrendo às cooperativas para dinamização e base estrutural de suas reformas agrárias.

São, as cooperativas, a formulação e a realização de diretrizes econômicas novas, na substituição paulatina de um sistema econômico em cujas maranhas os homens se enligam e debatem, esgadam-se e aviltam, em escorralhas de egoismos e egcentrismos que rebaixam a condição humana.

Ilustre escritor inglês já disse que é necessário fazer chegar a idéia cooperativa, sua filosofia de ação, aos políticos no alto sentido da palavra, aos agricultores, aos sacerdotes, aos intelectuais, aos proletários, etc.

É preciso, realmente, levar a idéia cooperativa como impertéritos cruzados a certas esferas sociais alheadas por contingências várias desses magnos assuntos, sideradas por preocupações de conteúdo elevado e nobre, não há dúvida, mas cumprindo-lhes encarar mais objetivamente problemas lancisantes, que nos envolvem e arrastam, enfrentando denodadamente interesses espúrios.

Não estamos diante de nenhuma deformação mental.

Podemos e devemos ter olhos fixos nas estrélas, mas pés firmes nas virtualidades da terra chã, numa visualização adequada das coisas, ao ajuízo de um mundo de realizações prementes, concitações para um árduo estever por campos vitais, de que deverão exsurgir mesas fartas...

A *Organização Internacional do Trabalho* publicou, há tempos, substancioso trabalho no qual se referia, com ênfase, ao cooperativismo na economia dos países europeus, inclusive naqueles de economia socialista. E uma das incisivas recomendações dessa mesma OIT em reunião de 1966: "Nos países em vias de desenvolvimento, o estabelecimento e a expansão das cooperativas deverão ser considerados como fatores importantes do desenvolvimento econômico, social e cultural, assim como da promoção humana. Dever-se-á reconhecer que as cooperativas podem em determinadas circunstâncias, desempenhar um papel especial na solução de problemas particulares dos países em vias de desenvolvimento".

Jack James disse, pejado de razões, que o cooperativismo é o método mais atrativo que os governos dos países em desenvolvimento têm para utilizar e satisfazer as exigências de melhores níveis de vida e uma mais justa distribuição de riqueza nacional e do homem.

Já me referi ao cooperativismo e ao humanismo nas suas relações com o Estado, e ao papel das cooperativas na estrutura econômica de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. *Charles Gide*, com a sua conhecida autoridade de doutrinador impar e eminente economista, disse que o mundo econômico, tal como é, com as características fundamentais que conhecemos, isto é, o interesse pessoal como agente e o lucro como fim; com a divisão entre propriedade e trabalho, resultante de hereditariedade, do empréstimo com juros e da renda; com a divisão de classes criada, com o assala-

riado, entre capitalistas e proletários, parece um meio pouco favorável à realização da justiça e da paz sociais no mundo.

Charles Gide sempre viu, no cooperativismo, puro humanismo e solidariedade perfeita, dizendo que a palavra *cooperativismo* é um neologismo que é empregado pelos que nêle vêem não só um meio de realizarem certas melhorias, mas todo um programa de renovação social. O cooperativismo, a seu ver, se relaciona, por filiação direta, com o "socialismo associacionista", sem, entretanto, merecer, como este, o qualificativo de utopia, de vez que se coloca e se move nas categorias econômicas existentes, e já realiza vários dos desideratos mais importantes do socialismo, proporcionando, de pronto, uma melhoria real nas condições de vida daqueles que o põem em prática.

(Meu nôvo livro intitula-se "*Humanismo puro e solidariedade perfeita — O Cooperativismo nas suas raízes históricas, sua filosofia, seus objetivos, seus métodos. O problema agrário no Brasil e no mundo e nos Princípios de Rochedale* vai procurar editar, com umas 300 páginas).

Rabindranath Tagore foi incisivo: "O homem só se civiliza, no sentido estrito da palavra, quando se forma uma consciência dos deveres morais, da obrigação e da possibilidade da obra comum e quando começa a sentir vergonha ante o apetite antinatural de beneficiar-se às expensas dos demais e do combate de todos contra todos."

FESTAS AGRÍCOLAS

O Calendário oficial da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo oferece as seguintes feiras, exposições e festas agropecuárias no mês de agosto: dia 9, em Bauru, a XII Exposição Agropecuária; de 11 a 18, Exposição Agrícola em Tupi Paulista; de 15 a 23, Exposição Agropecuária de Jaú.

Em setembro: de 1 a 5, Exposição Agrícola de Tupã; de 5 a 13, Exposição de Animais de Sorocaba; de 18 a 27, Exposição Agropecuária de França. Nos meses de agosto e setembro realizam-se ainda as festas do Milho, em Morro Agudo; do Tomate, em Taquaritinga e do Morango, em Judiaí; e do Granjeiro, em Descalvado.



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem "Peruano").
- Nogueira Pecan — (A noz americana).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetos GRATIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —
Est. de São Paulo

PÁGINA DE HISTORIADOR

** Discurso pronunciado a 4-6-70 no Banco Nacional de Crédito Cooperativo pela passagem de seu jubileu de fundação **

por VALDIKI MOURA

"A honrosa distinção conferida pela alta administração do Banco Nacional de Crédito Cooperativo a um grupo de seus funcionários, traduzida na outorga de distintivos identificadores dos fundadores do estabelecimento, faz-me quebrar o voto de deliberado e voluntário ostracismo, iniciado com o ato declaratório de minha aposentadoria.

Minha profissão de fé cooperativista, iniciada nos bancos acadêmicos, afirmada na oração de formatura, sistematizada no curso pós-universitário e efetivada no exercício de funções públicas desde o âmbito estadual até o federal, depois projetou-se no plano internacional em função da obra publicitária e da participação em vários certames realizados em nosso continente e ainda na Europa, Ásia e África. Sou, portanto, um velho combatente, engajado, desde cedo, nas lutas cooperativistas, posição que me dá condições de perspectiva histórica para avaliar a evolução que temos atingido no decorrer do tempo. E de maneira muito particular, em relação ao nosso estabelecimento de crédito, que está a comemorar seu primeiro jubileu.

Jubileu de quê, diletos companheiros? Se considerarmos a data da lei que o criou, teria isso ocorrido a 19 de outubro de 1968. Se considerarmos a data de 16 de fevereiro de 1946, em que se inaugurou sua primeira sede, na Rua México 128-B, Lojas 1/3, a comemoração teria de ocorrer em igual data no próximo ano. Tal-

vez tenham tomado, como ponto de partida, a data de aprovação de seu primeiro Regulamento, pelo Decreto n.º 18.230, de 2 de abril de 1945, e então o jubileu já teria ocorrido há dois meses. A primeira reunião de Diretoria verificou-se a 31 de maio de 1945, e o jubileu, portanto, dessa efeméride, ocorreu na semana passada. O primeiro balancete publicado, foi a 31 de maio de 46, registrando aplicações no montante de Cr\$ 20.662.435, depósitos de 2.139.296 e capital de, apenas, 50.000.000, suprido pelo Ministério da Agricultura.

Não importa, entretanto, qual o fato mais significativo que se tenha tomado por fundamento da existência do estabelecimento, se o que nos congrega é o sentimento de confraternização pela satisfação do que foi realizado e ante a perspectiva do que se poderá projetar no futuro.

Permitam, porém, a um velho servidor que também estuda o passado do Movimento, e cuja verdadeira vocação talvez seja a do historiador, falar um pouco dessa nossa amada instituição, dentro da qual temos vivido e para cuja sobrevivência temos dado, sob as mais variadas formas, a contribuição valiosa de nossa dedicação e esforço.

Convocada pelo Ministério da Agricultura, instalara-se nesta cidade, a 30 de abril de 1942, a Comissão Revisora da Legislação Cooperativista integrada por técnicos do Serviço de Economia Rural e diretores dos órgãos estaduais de assistência às co-

operativas, sob a presidência do Dr. José Arruda de Albuquerque, então diretor do SER. Memoráveis foram aqueles dias em que debatemos o anteprojeto do que se tornaria o Decreto-lei n.º 5.893, de 19 de outubro de 1943, de cujos Artigos 104 a 118 (Título V, Cap. I) constavam a criação, estrutura e condições de funcionamento da Caixa de Crédito Cooperativo, que foi o embrião deste Banco. Vejam que foram consumidos 17 meses, até que o projeto se transformasse em lei, mas o pior estava para vir.

A antiga CCC lutou para instalar-se, e se não fôra a obstinação de José Arruda de Albuquerque, estimulada pelo apoio que lhe deu o Ministro Apolônio Sales, tão cedo isso não teria ocorrido, porque houve resistência notória à sua implantação. Se tomarmos os parâmetros da data de assinatura do Decreto-lei 5.893 e da data de inauguração da primeira sede, verificaremos que ocorreu um hiato de 2 anos, 3 meses e 27 dias — todo ele vivido entre esperanças e frustrações, porque o governo de então não estava suficientemente empenhado em ver instalado o órgão específico de financiamento às cooperativas.

Discursando no ato inaugural da primeira sede, através de substancial oração em que foram abordados problemas de preços, custos, intermediação, produção, distribuição, trabalho, educação, regime de exploração da terra e a própria solução cooperativa, afirmou José Arruda de Albuquerque, o primeiro

presidente da instituição: "Sem hostilizar o capital, a solução cooperativa dá ao esforço, ao trabalho, um relevo não alcançado por este fator de produção em qualquer outra forma associativa, dentro das normas político-econômicas que modelam nossa atual Constituição. Parece, a uma análise superficial, que tal plano de ação, estatalmente estimulado e financeiramente apoiado em órgão governamental como o que neste momento inauguramos, seria estorvo à presença de capitais de todas as procedências — dos quais tanto necessitamos para o nosso desenvolvimento. Se lembrarmos, porém, que esse capitais são necessários aos setores da produção e não aos de pura especulação comercial, e que todo plano tem como alvo dar condições ótimas à produção, claro está que estamos dando, aos capitais que aqui se queiram estabelecer, as melhores oportunidades".

Fiz a citação histórica para indicar que a capitalização de recursos foi preocupada desde os dias iniciais da CCC, a qual, então, caracterizou-se pelo esforço desencadeado na campanha de obtenção de depósitos, inclusive através de publicidade ativa contratada com firma publicitária especializada.

Depois, na gestão do Dr. Lafayette Rezende, deu-me ele o encargo de preparar o anteprojeto de lei para a transformação da CCC em Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que, apresentado sob a responsabilidade do saudoso deputado Dioclécio Duarte, cooperativista histórico, foi por mim defendido em duas longas reuniões nas Comissões especializadas da Câmara dos Deputados. Com a elevação de seu capital para Cr\$ 500 milhões, já se permitia a participação voluntária das cooperativas até o limite de 40%. Era a primeira abertura, em uma época pouco sensível a liberalizações desse tipo, porque todo esforço se concentrava na hegemonia do poder estatal. Coube ainda, à gestão do Dr. Lafayette Rezende, dar sede própria ao Banco, instalando-o na Avenida 13 de Maio 23-E, a 8 de abril de 1948, com a presença honrosa e estimuladora do Presidente Eurico Gaspar

Dutra. Posteriormente, em 1954, na gestão do Dr. Alvaro Batista de Magalhães, com a alienação da antiga sede, foi adquirida a atual na Avenida Franklin Roosevelt 39, que dispõe de maior área e de instalações mais adequadas. Foram etapas decisivas que marcaram a consolidação do estabelecimento, embora a carência de capitais fosse manifestada ante a crescente demanda do mercado cooperativo, sempre ávido de recursos para o seu desenvolvimento, sobretudo no setor agropecuário.

Seria inadequado, nesta oportunidade, contar toda a história do BNCC. Porém, de maneira sumária, poderemos apontar uma série de medidas tomadas em gestões sucessivas (em duas das quais tive oportunidade de participar como Diretor da Carteira Técnica de Cooperativismo) que importaram no carreamento de novos recursos financeiros para a entidade. Por ordem cronológica indicamos o Decreto n.º 41.003, de 25 de fevereiro de 1957, que mandou entregar a parcela de Cr\$ 500.000.000 dos recursos provenientes das sobretaxas cambiais, isto é, do Fundo de Mecanização e Recuperação da Lavoura Nacional; o Decreto n.º 45.684, de 1.º de abril de 1959, que mandou entregar outra parcela de igual valor por conta do mesmo Fundo; o Decreto n.º 50.854, de 26 de junho de 1961, que dentre outras providências autorizou as autarquias e sociedades de economia mista com interesse no meio rural a também manterem depósitos no BNCC de até 50% de suas disponibilidades em numerário; o Decreto n.º 52.092, de 4 de junho de 1963, que, dentre outras medidas, autorizou a transferência para o BNCC dos depósitos mantidos no Banco do Brasil relativos às diferenças de preços do trigo e seus derivados, a prazo fixo de quinze meses; o Decreto n.º 52.133-A, de 18 de junho de 1963, que mandou incorporar às reservas do BNCC o crédito de Cr\$.. 1.000.000,00 e seus acessórios, originários dos ágios cambiais, com o cancelamento das respectivas obrigações; o Decreto n.º 53.791, de 20 de março de 1964, que mandou entregar-nos 80% dos re-

ursos do Fundo Especial de Fomento e Defesa da Economia Algodoeira.

Eram, por assim dizer, os tempos heróicos, em que as diretorias se consumiam no desgaste cotidiano de ação direta junto aos poderes competentes, para a obtenção de meios financeiros que pudessem dinamizar as operações do estabelecimento.

Felizmente a situação mudou depois que se criou o Banco Central e se baixou a lei de institucionalização do crédito rural, por força da qual o nosso Banco, em igualdade de condições, passou a ser um dos integrantes básicos do sistema, ao lado do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco de Crédito do Nordeste e do Banco de Crédito da Amazônia. Sendo todos regidos pela lei de sociedades anônimas, por força desse isocronismo de integração legal e funcional, também tivemos de nos adaptar ao sistema. Desde então não mais tivemos nem teremos dificuldades na obtenção de recursos, porque isso deixou de ser uma tarefa de prestígio pessoal dos dirigentes, nem sempre correspondida. Bendita, pois, a Revolução de 64 que nos trouxe o Banco Central, e com ele a institucionalização do crédito rural e a mobilização geral dos estabelecimentos oficiais e privados para o cumprimento desse desiderato econômico, independente de estarmos com o chapéu na mão a solicitar favores mal-compreendidos.

Como participante na elaboração do projeto do BID na gestão Remy Archer, desejo lembrar a proposta que lhe dirigimos para um empréstimo do valor de Cr\$ 30 milhões, equivalentes a US\$ 10 milhões à taxa cambial da época. Com esse crédito pretendíamos atender a 5.000 cooperativas à base da distribuição média de 15,2 milhões de cruzeiros porque, também aí, incluíamos a contrapartida de nossas disponibilidades. O nosso presidente chegou a ir, pessoalmente, a Washington negociar essa operação, que, infelizmente, não teve continuidade em face da posterior criação do Banco Central, que passou a contratar todos os recursos exteriores. Ainda conseguimos, na época, que

através de mensagem da Presidência da República, depois transformada em Projeto de Lei n.º 710/63, fôsse o capital do BNCC elevado para Cr\$ 10 bilhões e que o Fundo Nacional de Empréstimos Rurais se obrigasse a fornecer-lhe a quota de Cr\$ 20 bilhões para o fim expresse de atender ao financiamento da produção agropecuária.

Seja ainda permitido ao velho servidor da casa lembrar que durante sua passagem pela Carteira Técnica de Cooperativismo coube-lhe lançar uma pesquisa de profundidade sobre as condições do Movimento Cooperativo Brasileiro, com o objetivo de identificar as condições de sua estrutura econômico-social com vistas a permitir-nos a mais eficiente programação das aplicações. Despendemos cerca de Cr\$ 7 milhões nessa pesquisa de dados coligidos pessoalmente por nossos prepostos, previamente treinados para isso, e ainda aguardamos as suas conclusões. Foram dados dois Cursos Intensivos de Formação de Gerentes de Agências, respectivamente nos períodos de julho/agosto de 1963 e março/abril de 1964. Um terceiro deveria ser realizado em junho do mesmo ano, porque o número de Agências já se elevava a onze e outras estavam programadas. Mais dois Cursos Regionais de Formação de Gerentes de Cooperativas Agropecuárias estavam previstas para o Norte e Nordeste do País, e ainda outro para a Formação de Pessoal de Cadastro para o BNCC. Juntamos, ainda, em um boletim, o *Repertório Legal sobre o BNCC*, compilando toda a legislação esparsa referente ao período de 1943 a 1963. E foi restaurada, em agosto de 1963, a edição da revista "Cooperativismo", que depois de publicada no período de julho de 1946 a outubro de 1951 fôra suspensa, embora também a partir de junho de 1964 viesse a sofrer o seu segundo e talvez definitivo colapso. Por muitos anos foi ela a mensagem do BNCC às Cooperativas do interior do País, inclusive como veículo de educação.

Se por acaso houver deixado aos companheiros a idéia de que faço promoção pessoal, peço reconsiderarem a

presunção, porque não tenho interesse prático nisso. Como profissional e publicista, considero-me inteiramente realizado dentro e fora do BNCC, e mais ainda, dentro e fora do País. Quis, apenas, nessa oportunidade em que, com outros companheiros, me vejo alvo de sensibilizadora homenagem da atual direção do estabelecimento, justificar, ao menos, minha passagem por um pósto de direção, dada a circunstância de haver sido o primeiro servidor a atingi-lo. A idade prosecta aliada à experiência acidentada, com a vivência muitas vezes difícil dos acontecimentos, já me tornou superados quaisquer ressaibos de presunçosa vaidade, tão próprios de quem é moço, mas absolutamente sem sentido para quem está no último quartel da vida.

Senhor Presidente

Senhores Diretores

Desejo agradecer, em nome dos colegas Marcel Raoul Henry Cazes, Marcos de Paula Louzada, José Gilberto Louzada, Jenny Navarro, Célio Faria Luz, Emir da Cunha Pereira, Cláudio Sarandy Raposo, João Hora Fialho, Reny Carboni de Carvalho, Carlos Mascarenhas Soares, Fernando Veloso Cabral, Edgard Pinto Monteiro, Jorge Costa Coimbra, Jefferson Teixeira Alves e no meu próprio, a honrosa deferência que nos destes, expressa no distintivo de *funcionários fundadores do BNCC*.

Acredito que nenhuma honraria nos poderia sensibilizar mais que essa, sobretudo porque toca a servidores modestos e a outros já afastados do serviço. Nenhuma instituição poderá sobreviver sem tradição, sem um passado, sem uma história de lutas definidas em prol de um ideal que corresponda ao interesse coletivo. Esta foi a minha inspiração ao falar do passado aos novos que chegaram, e mesmo aqueles companheiros que nos alcançaram no princípio ou no meio da jornada. São todos responsáveis pela condução dos destinos do BNCC, que deve, cada vez mais, ser revigorado em seus objetivos e fundamentos, um dos quais deverá ser o de ter o monopólio das operações de

crédito cooperativo no País, como órgão especializado da União, que o é.

A alegação de que não dispomos ainda de uma rede suficiente para distribuir o crédito pelo vasto território nacional poderia também invalidar a idéia da criação do próprio Banco Central. Da mesma forma que não necessita êle de multiplicar o número de agências para exercer sua função, não carece o BNCC de ter um aparelhamento tão complexo de serviços pelo interior para fazer a distribuição do crédito. Poderia êle agir como um banco central para o crédito cooperativo, através do mecanismo de repasse aos demais bancos do sistema oficial ou privado, ou ainda utilizando como agentes as cooperativas da rede especializada.

Acredito que as cooperativas centrais de crédito poderiam ser um instrumento auxiliar bastante eficaz na disseminação dos financiamentos, sem ser necessário o BNCC criar e manter elevado número de agências próprias.

Sudene entrega barcos

O chefe do escritório regional da SUDENE, sr. Artur Ferreira, entregou ao delegado regional da SUDEPE, sr. Joel Pereira da Costa, quatro cascos de barcos que foram encomendados para a Companhia de Navegação Baiana. A compra custou à SUDEPE Cr\$ 80 mil e as embarcações são do tipo camaroneiro, modelo William Garden, que depois de equipadas serão financiadas aos pescadores da região pela SUDEPE.

CLIMAS DE MINAS GERAIS

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

(Conclusão)

ADALBERTO SERRA

S. Francisco — 15° 57' S — 44° 52' W — 442ms. Clima Awg

É de 23°,1 a temperatura média anual na localidade, os valores mensais oscilando entre o máximo de 25°,1 — Outubro e o mínimo 19°,9 — Julho, numa amplitude 5°,2. Torna-se mais quente a fase Setembro-Dezembro, quando as médias superam 24°, (atingindo 25°,1 em Outubro, como vimos). Mantém-se depois estáveis, em torno a 23°,8 de Janeiro a Abril, para declinarem abaixo de 22° no período Maio a Agosto (Junho 20,2, Julho 19,9). Contudo, e apenas em parte devida à menor latitude, as máximas se apresentam mais elevadas que em João Pínhairo, sob média anual 30,5, variando entre os extremos de 32°,6 Setembro e 28°,8 — Julho, portanto 3°,8.

São mais quentes a tarde os meses de Setembro e Outubro, no início das precipitações, com 32°,6 e 32°,3, os valores se estabilizando no verão chuvoso, em torno a 30°,5, de Dezembro a Abril. Permanecem depois abaixo de 30° no inverno, de Maio a Julho.

Há assim uma pequena onda secundária, de mínimo Dezembro (30,2) e máximo Março (30,7), amplitude 0,5.

Já a média das mínimas é baixa, inferior à de J. Pínhairo, com valor anual 16°,0, e amplitude 7°,8, entre o máximo 18°,8 — Dezembro e mínimo 11°,0 — Julho.

Torna-se mais quente pela madrugada o período Outubro a Março, todo acima de 18°; e mais fria, abaixo de 13°, a fase do inverno, com Junho e Julho sob 11°,6 e 11°,0, em média.

A amplitude diária tem 14°,5 de média anual, e oscila entre o mínimo de 11°,3 — Dezembro e máximo 17°,8 — Agosto.

Conserva-se estável, em torno a 12°, de Novembro a Março, subindo então gradualmente, para superar 17° nos meses de inverno, Junho a Agosto.

São Francisco tem uma elevada taxa de dias quentes, estes somando 281, sob médias mensais mais ou menos estáveis, entre 22 e 25, com distribuição uniforme dos poucos dias frescos (84), à razão de 7-5 cada mês.

Já as noites quentes são muito raras, apenas 41, sob taxas 5-8 mensalmente de Outubro a Março, mas somente 2 em Abril ou setembro, pois de Maio a Agosto elas nunca ocorrem.

Assim todas as noites serão frescas de Abril a Setembro, e a grande maioria nos demais meses, num total de 324.

	J	F	M	AM	J	J	A	S	O	N	D	Ano	
Noites quentes	5	6	6	2	-	-	-	-	2	5	7	8	41
Noites frescas	26	22	25	28	31	30	31	31	28	26	23	23	324

Apresentam-se pronunciados os extremos, em S. Francisco:

A máxima absoluta quase atingiu 40°, com 39°,8 em Novembro.

Valores acima de 39° vão aliás se registrando desde Agosto até Janeiro, somente no período Abril a Julho nunca tendo ultrapassado 37° a temperatura da tarde.

Quanto à mínima absoluta, desceu a 3,2 — Julho, e valores abaixo de 6° podem ocorrer de Maio a Agosto, com Setembro-Outubro aquém de 10°. Contudo superam sempre este último índice de Novembro a Abril.

Resulta desse modo 36°,6 para a amplitude absoluta.

Podemos analisar agora os ventos, sempre muito fracos, com média anual 1,1 e extremos 1,6 — Setembro, e 0,9 — Março. Somente será mais ventilada a fase Agosto a Outubro, com a de Março-Maio sob mais frequentes calmarias (0,9 m. p. s.) Não ocorrem ventanias na localidade.

A humidade é elevada, porém, com média 78,2, oscilando 17% entre 84,2 — Janeiro e 66,9 — Setembro. Permanece mais umido, acima de 80%, todo o período de Novembro a Maio, e mais seco, abaixo de 71%, o de Agosto a Outubro.

A nebulosidade é muito fraca, sob média anual 3,2, com máximo Dezembro 5,2 e mínimo 1,3 em Junho, sob amplitude 3,9.

Mantém-se mais nublada a fase de outubro a março, acima de 4,0; mais limpos contudo, sob 1,3 — 1,6 —

1,4, os meses de junho a agosto.

Isto significa um elevado número de dias claros, acima de 50%, com total 189 e taxas mensais superiores a 20 no período de maio a setembro, mas 22-24 nos meses de junho-julho-agosto.

Declinam a um mínimo de 8 em novembro e dezembro; mas ainda no período chuvoso, de janeiro a março, ocorrem cada mês de 10 a 13 dias claros.

Já os encobertos totalizam 48, número muito baixo portanto, sob máximos mensais 7 a 9 de novembro a janeiro, e mínimo 1-2 no período abril a setembro.

Climas de Minas Gerais

A precipitação é reduzida, sob 1215 mm, oscilando de 240 mm — dezembro a apenas 2 em julho. De novembro a janeiro 200 mm ou mais são recolhidos por mês com fevereiro e março ainda acima de 100, e outubro quase atingindo tal valor. Mas de maio a setembro todos os meses têm menos de 40 mm, junho-julho-agosto recebendo 6-2-6 mm respectivamente.

Já a altura máxima só alcançou 123 mm (março), de junho a setembro nenhum total diário tendo ultrapassado 50 mm.

Podemos agora descrever as frequências de dias chuvosos, no total de 81, dos quais só 37 superam 10 mm. Distribuem-se os primeiros a taxas mensais de 10-15 no período novembro a março, reduzidas para 1 nos meses de inverno, como o demonstra a série abaixo:

12—11—10—5—2—1—0—1
—3—8—13—15 = 81.

São raríssimas as trovoadas, 7 por ano ou 1 cada mês, de setembro a março. Ainda mais raros os nevoeiros (4), concentrados no período março a julho (1 por mês).

O orvalho é também escasso, no total de 12 dias, ocorrendo apenas de novembro a junho, sob taxas mensais 1—2, com reforço para 3 em maio.

Tem S. Francisco portanto maioria de dias quentes, mas quase todas as noites frescas. Extremos pronunciados, de 40° a 3°, e tardes quentes, acima de 30°, com noites de baixa temperatura. Muito úmida a região, mas de céu geralmente limpo, sob mais que 50% de dias claros. Ventos fracos e pouca chuva, num total de 81 dias. São raros os fenômenos, e quase inexistentes as trovoadas. Clima portanto penoso de dia, mas de noites agradáveis, tudo caracterizando a grande estabilidade atmosférica.

PIRAPORA — 17° 21' S — 44° 57' W — 493 ms. Clima Anos.

Temos 23°,2 para a média anual das temperaturas,

com extremos mensais de 25°,4 (outubro) e 19°,5 (julho), sob uma amplitude portanto 5°,9.

Nota-se ainda pequena onda secundária de dezembro a janeiro, e cujo valor não excede 0°,3.

Não existe propriamente um máximo de primavera. Antes as temperaturas de conservam de setembro a março acima dos 24°, ou menos.

Logo declinam a partir de abril, conservando-se abaixo de 22° entre maio e agosto, ou de 20° em junho e julho (19°,9 e 19°,5). Setembro já permite um forte aquecimento. São acentuadas as máximas, com média 30°,3, variando de 32°,2 (outubro) a 28°,3 (julho), sob amplitude 3°,9.

Neste caso tornam-se mais elevadas realmente as temperaturas à tarde na primavera (31°,7 e 32°,2 em setembro e outubro). Declinam para valores médios de 30°,6 no verão, de novembro a abril, quando pequenas oscilações, de 0°,2 e 0°,7 têm lugar.

Ocorre um fraco declínio, a 29°,5 em maio, e abaixo de 29° em junho e julho (28°,9 e 28°,3), enquanto agosto já eleva para 30°,2 as temperaturas.

As mínimas são baixas, de média 17°,2, oscilando entre 20°,2 (janeiro) e 11°,8 (julho), com amplitude

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Noites quentes	17	15	15	5	—	—	—	—	3	10	13	17	95
Noites frescas	14	13	16	25	31	30	31	31	27	21	17	14	270

Há portanto 280 noites frescas em Pirapora.

O vento é aí muito fraco, em média 1,3 m.p.s, oscilando de 1,6 (setembro) a 1,1 (maio). O período mais ventoso transcorre na primavera, e o mais calmo no outono.

Não houve contudo ventanias. Portanto elevada, de 8°,4. Apenas uma ondulação se nota, porém, com índices acima de 20° no verão (dezembro a fevereiro), e declínio gradual durante o outono (18°,3 em abril) até as

baixas médias do inverno 12°,4 — 11°,8 — 13°,4 em junho, julho, agosto).

Elevam-se rapidamente na primavera, outubro já apresentando 18°,9.

Quanto à amplitude diária é regular, 13°,1, variando de 9°,9 (dezembro) a 16°,9 (agosto). Persiste osável, pouco acima de 10°, de novembro a março, e igualmente uniforme, superando 16°, de junho e agosto.

A máxima absoluta chegou a 39°,6 (outubro) e valores acima de 37° podem ocorrer de agosto a fevereiro, mas sempre abaixo de 35° no período maio a julho.

Quanto à mínima absoluta foi bem reduzida, 3°,0 em julho, e valores aquém de 8° podem se verificar de maio a setembro, mas somente acima de 14° na fase dezembro a março.

Resultou assim 36°,6 para a amplitude absoluta.

São quentes todos os dias em Pirapora (151), geralmente 1 a 2 frescos ocorrendo cada mês. Já as noites quentes somam 95, constituindo a maioria de dezembro a março, e praticamente não ocorrendo de abril a setembro. O quadro abaixo indica como frescas todas as noites de maio a agosto, ou no período setembro a novembro.

A humidade torna-se menos elevada que em S. Francisco, pois a média anual de

72,5 corresponde a extremos 79,3 — dezembro e 59,9 — setembro.

Temos como período mais kmido, acima de 74%, o de novembro a maio, e mais seco, aquém de 65%, o de agosto a outubro, oscilando nessas condições 20%.

Já a nebulosidade é mais elevada que na estação anterior, atingindo 4,9, e variando de 2,9 (agosto) a 7,2 (dezembro), numa amplitude de 4,3. Permanece mais nublado, acima de 6,0, o período novembro a março, e mais limpo, em torno a 3,0

Climas de Minas Gerais

o de inverno, junho a agosto.

São equivalentes as frequências dos dias claros e encobertos, 76 por ano, mas com uma distribuição oposta: os primeiros registam frequências mensais 11—14 nos meses de inverno, e mínimo 2—3 nos do verão, ou melhor de novembro a março.

Já os dias encobertos apresentam maior contagem na estação quente, com 11 a 15 de novembro a fevereiro; e a menor, de apenas 1 nos meses do inverno, pois outono e primavera têm taxas mensais de 2-7.

Nesta localidade possuímos dados de insolação, o elemento totalizando 2644 horas, sob contagens variáveis de 283 horas — agosto, a 156 — dezembro.

Todos os meses, de março a outubro têm somas acima de 200 horas, com índices aquém de tal valor nos demais.

É possível analisarmos agora a precipitação: bastante escassa, atingindo 1109 mm, varia de 237 mm — dezembro a 3 — julho. Apresentam mais de 100 mm os meses de novembro a março, sendo contudo muito fraca, abaixo de 10 mm por mês, a precipitação do período maio a agosto.

Já a maior altura recolhida em 24 horas alcançou 157 mm (novembro), notando-se que de maio a agosto nenhum total diário superou 40 mm.

Temos uma contagem de 98 dias de chuva, com frequências mensais acima de 15 no trimestre novembro a janeiro, reduzidas a 1 durante o período de inverno, como a prova a série abaixo: 15 — 13 12 — 7 — 2 — 1 — 1 — 1 — 4 — 8 — 15 — 19 = 98.

No total do ano, 37 dias superam os 10 mm.

Falta-nos detalhar as trovoadas, apenas 18 em cada ano, e que ocorrem sob taxas mensais de 2-4 na fase outubro a março, com ainda 1 em setembro ou abril.

Já os nevoeiros, muito raros, somam unicamente 8, ocorrendo à taxa mensal 1

de março a outubro, e não se formando nos meses restantes.

Por fim o orvalho é mais frequente, com 82 dias, sob contagens 11— nos meses de abril a julho, reduzidas para 1-2 de setembro a dezembro.

Tem assim Pirapora uma temperatura máxima elevada, o que resulta em dias sempre quentes. Mas mínimas em geral reduzidas, significando apenas 95 noites quentes, e 270 frescas. Extremos acentuados (39°6 e 3°0), umidade regular, e céu nublado, mas ventos fracos. A insolação se apresenta considerável, enquanto a chuva continua escassa, distribuída por 98 dias. Sempre reduzidos, um em cada cinco, os dias claros ou cobertos, e bem raras as trovoadas. Clima em sua desagradável de dia, mas com frequência suportável à noite. PACHATU 17° 13'S — 46° 53'W — 67 ms. clima Amg

Situada na encosta da serra de Mata da Corda, a presente estação se notabiliza pela sua precipitação elevadíssima, que lhe confere um clima Am. A temperatura média é reduzida, face à altitude, com média anual de 22°2 e valores mensais contidos entre o máximo de 24,0 — outubro e o mínimo 18,7 — em julho, daí resultando 5°3 para a amplitude térmica.

Face a tais valores, torna-se fraca a segunda ondulação, de mínimo dezembro (23°0) e máximo março 23,4, sob amplitude 0°4. A marcha anual já revela uma transição dos regimes do Centro para o de Sul.

É ainda mais quente a Primavera, com valores 23,3 — 24,0 — 23,5 (set. a nov.), mas desde o início do ano, o verão mantém índices de 23°3 — 23,3 — 23,4 (janeiro a março), quase equivalentes aos anteriores. Maio já é bem mais fresco, sob 20°7 e durante o inverno temos médias aquém de 19°, salvo em agosto, já com 21°3.

Não se apresentam muito baixas as máximas, para a

latitude e altitude. A respectiva média é de 28°5, e ocorrem três ondulações, a principal com uma amplitude 3°8. Com efeito, após o mínimo de julho — 26°5, temos o máximo de setembro — 30°3. Novos mínimos se verificam em dezembro e fevereiro, com máximas janeiro e março, mas oscilações fracas de 0,8 e 0°5.

Como era de esperar, apresenta-se mais quente à tarde a primavera, com setembro e outubro pouco acima de 30°, e novembro sob 29°.

O verão transcorre de janeiro a abril, com máximas em torno a 28°7, mas junho e julho registam menos de 27°, sob 26°8 e 26°5, como vimos. Agosto já é quente à tarde, com 28°9.

As mínimas sempre baixas, dada a média anual 16°4, mas de oscilação única, entre o máximo 19°0 (janeiro) e o menor índice 11°0 (julho), numa amplitude 8°0. No patamar elevado, durante a estação chuvosa, temos de outubro a março valores acima de 18°, atingindo mesmo 19° em dezembro-janeiro. A grande queda se verifica em maio — 14°2, enquanto no inverno, índices 12,0 — 11,0 — 13,3 corresponderão a junho — julho — agosto, já setembro trazendo 16°4.

Quanto à máxima absoluta alcançou 38°0 (novembro), valores acima de 37° ocorrendo desde agosto até dezembro.

O termômetro não ultrapassa 36° durante o verão, janeiro a abril, mas não atinge 33° em junho ou julho.

Já a mínima absoluta desceu quase a zero, pois houve registro de 0°5 — julho. Mínimas aquém de 6° tem lugar de maio a agosto, mas superando 10° em novembro e dezembro, com os termômetros sempre acima de 12° entre janeiro e março.

Da comparação resulta 37°5 para a amplitude absoluta.

Faltou-nos descrever a amplitude diária: Apresenta este elemento média de

Climas de Minas Gerais

12^o,1, e valores desde 8^o,9 — dezembro até 15^o,6 — agosto. No verão, dezembro a fevereiro, está sempre abaixo de 10^o, mas acima de 14^o durante o inverno — junho a agosto — com ainda 13^o,9 em setembro.

São bastante comuns os dias quentes, num total de 287, superando geralmente 25 na primavera, verão e início do outono; mas reduzidas para 21-20 em junho e julho. Podemos esperar desse modo 5 a 7 dias frescos em cada mês, elevados para 10 no início do inverno, tudo somando 78 por ano. Temos a série:

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Dias quentes	25	23	26	25	25	21	20	25	26	26	23	22	278
Dias frescos	6	5	5	5	6	9	11	6	4	5	7	9	78

São muito poucas, contudo as noites quentes (25), assegurando o absoluto predomínio das mais frescas (340). As primeiras surgem apenas de setembro a abril, com freqüências 3-4 nos meses intermediários, e 1 nos dois citados. Isto dará lugar a noites sempre frescas de abril a setembro, e ainda esmagadora maioria nos demais meses, conforme a tabela (340 noites frescas).

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Noites quentes	5	4	3	1	—	—	—	1	4	3	4	25	
Noites frescas	26	24	28	29	31	30	31	31	29	27	27	27	340

A posição elevada confere acentuada velocidade aos ventos, sob normal 2,3 m.p.s. e índices bastante estáveis, entre o mínimo de 1,8 (maio) e máximo 2,7 (dezembro), 5 ventanias, todas de setembro a março, em taxas mensais 0,1, costumam ocorrer.

Como era de esperar, Paracatu apresenta clima úmido (76,1%), com extremos 83,2 — dezembro e 67,2 — agosto, sob amplitude 16%. Todo o período dezembro a março registra mais que 50%, sendo relativamente secos, abaixo de 68% os meses de agosto — setembro, e todo o período julho a outubro inferior a 75%.

É também acentuada a cobertura de média 5,8, e extremos 7,9 — dezembro e 3,6

— agosto, sob uma amplitude portanto 4,3. O valores superam 7,0 de novembro a fevereiro, apresentando-se durante a estação seca, de maio a agosto, abaixo de 5,0, com julho 3,9 e agosto 3,6.

As fortes chuvas contribuem para o decréscimo da insolação. Esta totaliza 1880 horas, oscilando entre o mínimo de 88 — dezembro e máximo 219 — julho. Torna-se mais elevada, superando de pouco as 200 horas mensais, durante o inverno, de junho a agosto, enquanto permanece reduzida, aquém das 130 horas, de novem a fevereiro.

É evidente que haverá maioria de dias encobertos. Estes atingem 119, distribuídos sobretudo no período de verão, em taxas superiores a 10, de outubro a março, notando-se que de novembro a fevereiro temos sucessivamente 16-20-18-15 dias. Declinam ao mínimo no inverno, com freqüências de 2 a 4 durante os vários meses de maio a agosto.

Os dias claros são bastante escassos, um em cada 7, pois somam 52. Sob taxas ínfimas, de 1 nos meses de novembro a março, atingem 8 em junho, 10 julho e 11 agosto, caindo para 7 em setembro.

A elevada altura da precipitação no local, 2841 mm, foi devidamente comprovada, e não pode ser posta em dúvida. Basta acrescentar que dezembro registra 637 mm, enquanto na seca um total de 8 mm ainda é recolhido em julho. De novembro a março taxas acima de 300 mm são registradas, mas somente abaixo de 20 mm nos meses do inverno. Recordaremos a seguir as alturas já indicadas no capítulo geral sobre o elemento:

521 — 435 — 394 — 162 — 25 — 13 — 8 — 11 — 43 — 197 — 389 — 637 — 2841 mm.

A altura máxima em 24 horas alcançou aliás 233 mm (outubro), e convém notar que chuvas superiores a 100 mm ocorrem de setembro a abril, mas abaixo de 60 durante o período junho-agosto.

Chove contudo menos de um dia cada três, pois a contagem anual atinge 117 dias, dos quais 74 superam 10 mm.

Temos assim taxas acima de 15 entre novembro e março, com os meses do inverno reduzidos a 1 dia, e no período maio a setembro sempre menos que 5. Eis a série mensal:

19 — 16 — 15 — 7 — 2 — 1 — 1 — 1 4 — 10 — 18 — 23 = 117.

A localização na montanha agrava as trovoadas, bastante freqüentes: 85 dias, com taxas acima de 10 no período novembro a março, mas de apenas 1 durante o inverno, como o demonstra a série:

13 — 10 — 10 — 4 — 1 — 1 — 1 — 1 — 4 — 9 — 15 — 16 = 85.

Mal cabe aludir aos nevoeiros, muito raros, 11 dias por ano, todos de outubro a abril, sob contagens 1-2, a última de dezembro a março. Mas lembremos a elevada freqüência do carvalho — 176 com índices mensais 10-14 de janeiro a março, e 25-27 de maio a julho, mas apenas 6-7 nos últimos meses do ano, setembro a dezembro.

Tem pois Paracatu um clima muito úmido e chuvoso, bastante trovejado e com céu fortemente nublado, sob ventos constantes. Dias em geral quentes, mas noites quase todas frescas, e extremos notáveis, entre 38 e 0^o,5.

Pouca insolação, céu freqüentemente cobertos e raramente claro, bem como poucos nevoeiros, caracterizam o clima aliás apressivo às chuvas e à umidade, mas razoável quanto à temperatura.

Notícias e Informações

FEIRA DA LAVOURA

Mais de vinte mil pessoas vieram a Feira dos Municípios que se realizou este ano em conjunto com a Feira da Lavoura no parque da Gameleira, em Minas Gerais.

As máquinas e implementos agrícolas à margem da Feira, despertaram a atenção de milhares de visitantes, que tomaram conhecimento de novas unidades, recentemente introduzidas no Brasil ou aqui fabricadas. No "stand" de defensivos agrícolas foram mostrados novos métodos e novos medicamentos para combater a pragas da lavoura.

PRODUÇÃO DE MILHO

A produção brasileira de milho, em 1969 manteve-se no mesmo nível da dos dois anos anteriores: 12,8 milhões de toneladas. O Estado do Ceará é o maior produtor de milho do Nordeste, com uma safra, em 1969, de 394 mil toneladas, obtido numa área de 486 mil hectares. A produção da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Paraíba, no mesmo ano, foi, respectivamente, de 286 mil, 278 mil, 218 mil, e 198 mil toneladas.

INDUSTRIALIZAÇÃO DA BANANA

— O Estado de Minas vai em breve industrializar banana, pois um grupo de empresários está construindo uma indústria de flocos da fruta para exportação, já contando com financiamento externo integral no valor de 700 mil dólares. Em breve será inaugurada na capital do Estado as instalações, com câmaras frias para amadurecimento de banana num sistema inédito e que oferece resultados compensadores.

PLANTIO DE CAFÉ

Minas Gerais foi o Estado brasileiro que mais plantou café este ano, superando mesmo São Paulo e Paraná. Aproveitando todos os recursos (Cr\$ 9 milhões) de um programa de plantio de novos cafeeiros, estabelecido pelo I.B.C., Minas empregou, além disso, mais Cr\$ 6 milhões do Banco do Desenvolvimento do Estado, com que obteve a liderança. Agora o I.B.C. resolveu ampliar os recursos destinados ao Estado, concedendo ao Banco do Desenvolvimento mais Cr\$ 6 milhões

para repasse em financiamentos diversos.

AGROINDÚSTRIA ALGODOEIRA

A agroindústria algodoeira do Norte de Minas vai receber novo impulso, com a ajuda de órgãos dos governos federal e estadual. Além disso técnicos paulistas colaborarão no sentido de se alcançar o objetivo de produzir um tipo de fibra facilmente exportável. Máquinas, sementes selecionadas para esse tipo de fibra, assistência técnica, tudo isso poderá concorrer para que o Estado, que tem no Norte de Minas sua grande área de produção algodoeira recupere seu prestígio como grande produtor nacional de algodão. A indústria textil mineira tem renome nacional e é uma das responsáveis pela exportação de produtos manufaturados mesmo para países altamente industrializados. A dinamização e a melhoria da produção algodoeira em Minas é, portanto mais uma esperança para o Norte do Estado.

SETOR AGROPECUARIO NORDESTINO

No ano passado o setor agropecuario nordestino foi responsável por aproximadamente 95 por cento dos bens exportados pelo Nordeste para o exterior, os quais deverão alcançar, em 1970, a significativa cifra de 377 milhões de dólares (17,1 por cento das exportações brasileiras no corrente exercício, estimadas em 23 bilhões de dólares).

COMBATE A AFTOSA

O Banco Interamericano anunciou a aprovação de um empréstimo no valor equivalente a US\$ 13 bilhões para ajudar a financiar a primeira etapa de uma campanha para combater a febre aftosa em sete Estados do Brasil.

A pecuária um dos principais setores economicos do Brasil, representou 8,4 por cento, ou seja mais de US\$ 2 bilhões do produto interno bruto da nação em 1968. Estima-se atualmente que há 65 milhões de cabeças de gado no Brasil, mas apesar dos grandes rebanhos e da importância econômica do setor, o aumento anual líquido da tropa é de só 1,7 por cento. Durante o período 1963/1967, a produção de carne de vaca aumentou à taxa de 3 por cento ao

ano, ou seja menos de 3,1 por cento do ritmo de crescimento da população, e o consumo per capita de carne declinou de aproximadamente 20 quilos em 1960 para 17 quilos em 1965.

Os sete Estados incluídos no plano — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo — são os maiores produtores e seus rebanhos representam 63 por cento de todo o gado criado no País.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

O maior embarque de semem de touros de raça pura, Red Poll, que partiu há dias, da Grã-Bretanha para o Brasil, é suficiente para gerar mais de 1.600 novilhos. A encomenda, equivalente a 2.250 ampolas, destina-se ao aprimoramento de uma nova raça (Pitangueiras), com cinco oitavos da raça Red Poll e três oitavos da raça Guzerá.

NORTE E NORDESTE NÃO FICARÃO SEM AÇÚCAR

Não há mais perigo de faltar açúcar na região Amazônica e Norte e Nordeste.

Para solucionar o abastecimento de açúcar a essas regiões, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante, em colaboração com as autoridades do Instituto do Açúcar e do Alcool e da Superintendência Nacional de Abastecimento, tomaram estas providências reservaram com as "Linhas Brasileiras de Navegação" preço mensal para 30 mil sacos de açúcar em seus navios que tenham linha para Manaus com possibilidades de ultrapassá-las se for necessário, para escoar a produção para Pernambuco e Alagoas; reestruturar as linhas de cabotagem e criar outras, inclusive uma linha especial para transporte de açúcar, café, madeira e dendê, das especiais de açúcar alagoano e pernambucano para Belém e Manaus e conceder licenças aos armadores que operem com embarcações de menos de 3 mil toneladas para operarem com escalas livres nos portos entre Recife e Manaus, nos dois sentidos.

PRIMEIRO VÔO DO "IPANEMA"

O "Ipanema", primeiro avião agrícola construído no país, pe-

la Empresa Brasileira de Aero-náutica S.A. (EMBRAER), inaugurou o seu primeiro vôo no último dia 31 de junho último, às 10 horas no Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos, São Paulo.

A aeronave foi projetada e construída por técnicos brasileiros para os trabalhos de sementeira, defesa fitossanitária e combate a pragas das plantas. O seu desenvolvimento foi possível em decorrência de convênio assinado entre os Ministérios da Agricultura e da Aero-náutica, estando previsto um contrato de encomenda de dez (10) unidades de pré-série.

ISENÇÃO PARA A BORRACHA

A isenção aduaneira para importação da borracha, mediante a comprovação de compra de igual volume de produto nacional, foi solução proposta pelo presidente do Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha do Estado de São Paulo, para que o Brasil possa enfrentar a concorrência estrangeira no exterior e competir no mercado interno com os demais países da ALALC.

Estimularia o consumidor de borracha, que teria um preço médio razoável e acessível, mesmo pagando mais caro o artigo procedente da Amazônia e de outras áreas do País, e estimularia também a produção interna, proporcionando ao seringa-lista melhores preços e às indústrias melhores condições de sobrevivência.

QUARENTA PROJETOS DO B D M G.

O Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais apresentará quarenta perfis de projetos industriais e agrícolas aos empresários que participarão do 3.º Encontro de Investidores na área mineira do polígono das secas. O encontro é promovido pelo BDMG, pela CEMIG e pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento, e será realizado de 6 a 8 de agosto próximo, na Cidade de Pirapora, reunindo industriais de todo o País, que debaterão sobre as perspectivas de investimentos na área mineira do polígono das secas.

FINANCIAMENTO PARA IRRIGAÇÃO NO NORDESTE

Em quatro anos serão aplicados um milhão e 600 mil cruzeiros dos recursos dos incentivos fiscais, na colonização e irrigação de terras no Nordeste, segundo prevê o Plano de Integração Nacional, sendo que es-

sa importância poderá ser duplicada se o Brasil conseguir empréstimos do exterior.

As agências internacionais de crédito financiam projetos agrícolas somente se o país que pede o empréstimo se comprometer a fazer investimentos importantes para a solução de seus problemas.

CENTRO DE ESTUDOS AGRONOMICOS INSTALADO EM CAMPINAS

Será instalado, em Campinas, o maior centro de estudos agrônomicos do país, um órgão de âmbito nacional de apoio técnico à cafeicultura, que estará apto a realizar o planejamento necessário e a recomendar e acompanhar a execução dos programas dos órgãos estaduais, com vistas a estruturação e execução de uma política global para o café.

DEVASTAÇÃO DAS ÁREAS FLORESTAIS

Os últimos levantamentos feitos pela FAO — e são, bem recentes, prevalecendo os seus dados — indicam que 41,36 por cento do território brasileiro, ainda são cobertos de florestas. Parece um bom índice: mas na verdade isso não acontece, quando se toma conhecimento da sua distribuição. Somente a região Norte — Amazonas e Pará — reúne cerca de 80 por cento do potencial florestal brasileiro, estando as outras regiões desprovidas de cobertura.

Alguns exemplos de devastação revelam como as florestas têm sido reduzidas: nos últimos 30 anos, Minas Gerais derrubou 80 por cento de suas florestas, no Paraná, seus 87 por cento de áreas florestais foram reduzidos a 30 por cento, para plantar café e fornecer matéria-prima para as indústrias de papel. E agora os incentivos fiscais da SUDAM estão promovendo derrubadas desordenadas na Amazônia, para a formação de pastorias.

EXPERIÊNCIA COM ZEBU É POSITIVA

Experiência positiva para se chegar a um novo tipo racial de gado para corte, adaptável às condições gaúchas, é realizada atualmente pela Estação Experimental de Cinco Cruzes, em Bagé, pertencente ao Ministério da Agricultura. As experiências foram iniciadas há aproximadamente 25 anos, utilizando gado das raças ABERDEEN AGUS e NELORE, este proveniente de Uberaba. Até o momento, o comportamento do novo tipo racial em formação,

denominado IBAGC, vem apresentando ótimos resultados, principalmente, nos espécimes que contêm maior quantidade de sangue NELORE.

A equipe tem presentemente, em observação, cerca de 800 animais, registrados e controlados. Os técnicos acreditam que o aproveitamento da raça NELORE nos cruzamentos foi benéfico, já que as pastagens são mais aproveitadas, pois sobre elas há um gado mais rústico e com maior capacidade de produção e reprodução, qualidades inatas do gado Nelore.

Os experimentos gaúchos provam que o zebu brasileiro se aclimata com facilidade nas regiões tropicais e subtropicais e é o melhor veículo para a produção dos chamados cruzamentos industriais, que dão melhor rendimento em menos espaço de tempo.

CEM MIL TONELADAS ADICIONAIS DE TRIGO CANADENSE

A Junta Deliberativa do Trigo concluiu entendimentos para a aquisição de mais 100 mil toneladas de trigo do Canadá.

Recentemente o Brasil havia encarregado a compra de trigo do Canadá ao se completar a quota de 1 milhão de toneladas estabelecida previamente.

Para completar as importações necessárias ao consumo interno previsto para este ano, o Brasil terá que comprar ainda 300 mil toneladas no exterior, informando-se que o Canadá ainda poderá fornecer parte das futuras importações do cereal.

EXPORTAÇÃO DE SOJA

Mesmo com um aumento de 30% na produção de soja gaúcha em relação à safra passada, a situação quanto à exportação do produto é considerada excepcional porque, ao contrário dos últimos anos, em que havia falta de navios, o escoamento se processa com eficiência.

Além disso as exportações foram reduzidas em face do interesse demonstrado pelos compradores brasileiros, que estão pagando melhores preços que os importadores europeus. O sacco de 60 quilos, cotado no mercado brasileiro em Cr\$ 23,00 aproximadamente, atinge, no exterior, o máximo de Cr\$ 21,00.

DISTORÇÃO NA COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ

— Enquanto o País se dedica à exportação, no mercado in-

fronta com a falta de café interno a comercialização desse produto apresenta uma série de distorção, pois é vendido pelo IBC às torrefações a Cr\$ 50,00 a saca, e adquirido pelo consumidor final por Cr\$ 864,00.

Considerando o problema em números reais, as torrefações, deduzidas todas as despesas com custo industrial, impostos e o preço do produto, têm um lucro líquido de Cr\$ 11,60 em cada saca de café vendido, enquanto o Governo perde Cr\$ 90,00, pois adquiriu este mesmo café a Cr\$ 140,00 a saca.

Os Cr\$ 50,00 que o Instituto Brasileiro de Café cobra por saca do produto equivalente a 1/3 do seu valor real. O presidente do Sindicato das Indústrias de Torrefação, soma a esse valor Cr\$ 23,20 de custo industrial e Cr\$ 20,80 referentes a pagamento do ICM e IPI, o que dá um total de Cr\$ 94,00. Os 40 quilos do pó em que é transformada cada saca de 60 quilos, são vendidos a Cr\$ 2,20 o quilo, o que equivale a Cr\$ 105,60 por saca, com um lucro líquido de Cr\$ 11,60.

Do ponto de vista dos bares que vendem café no balcão, o lucro auferido é bem maior e deixa delineada claramente a distorção existente. Em um quilo de café — que é igual a 120 xícaras — o revendedor tem um lucro de Cr\$ 9,74, mesmo considerando as despesas com açúcar; mão-de-obra, material de consumo e ICM. Em uma saca de café, adquirida por Cr\$ 105,60, o revendedor lucra Cr\$ 62,24, pois uma saca de 40 kg, rendendo 5.760 xícaras vendidas a Cr\$ 0,15, dá um total de Cr\$ 864,00.

NOVO FOCO DE FERRUGEM

Mais um foco de ferrugem foi descoberto, pelos técnicos do IBC, em cafezais de Minas, no município de Candeias, a 200 quilômetros de São Paulo.

Os técnicos ressaltam a importância desse novo foco, por se tratar do quarto já aparecido além da faixa de segurança, e em direção às grandes plantações paulistas.

SEMENTES DE CAFÉ RESISTENTES A FERRUGEM

A Secretaria de Agricultura está examinando a possibilidade de importar cinquenta quilos de sementes de uma variedade de café resistente à ferrugem, *fungo* que está atacando cafezais de Minas e outros Estados. As sementes foram oferecidas ao Governo mineiro pelo Instituto Interamericano de Ciências

Agrícolas de Turrialva, na Costa Rica, já tendo sua importação sido indicada por dois técnicos brasileiros.

DIMINUI IMPORTAÇÃO DE TRIGO

O Brasil importou US\$ 132 milhões de trigo em grão no ano passado, o que representa 7% das compras globais do País no exterior, comparativamente a uma participação média de 11% no período 1964/68. Embora nossas importações do cereal ainda representem valor expressivo, o quadro tende a modificar-se a curto prazo, não só em consequência de fatores internos, como devido ao desequilíbrio entre oferta e procura no mercado mundial do produto.

Em 1968 a produção interna de trigo foi de 2.308,6 mil toneladas. Verifica-se, com relação a 1968, que a importação regressou, pois atingiu 2.497 mil toneladas em 18, enquanto nossa produção inter na praticamente duplicava pois em 1968 chegou apenas a 364,6 mil toneladas, razão dos resultados favoráveis de 1969, foram os seguintes: o consumo mostrou crescimento modesto no período 1964/69, com evolução de apenas 10% a produção interna comercializável evoluiu de 115 mil toneladas na safra 1963/64, para, respectivamente, 600 mil e 1,1 milhão nas safras 1968/69 e 1969/70, refletindo o esforço do Governo no ampar financeiro à Agricultura.

REDUÇÃO NAS VENDAS DE CAFÉ AOS E.U.A.

As autoridades brasileiras começam a se preocupar com a redução das exportações de café para os Estados Unidos. Nos dois últimos meses, por exemplo, a participação do café brasileiro no mercado norte-americano baixou para menos de um terço. No total de 1,64 milhões de sacas de café compradas pelos EUA, em maio, nosso país vendeu apenas 650 mil; em junho, de 1,9 milhão compradas, apenas 650 mil são brasileiras.

Nossos meios oficiais informa-se que o presidente do IBC, em sua estada em Nova Iorque, tentará examinar com os comerciantes americanos a possibilidade de o Brasil reconquistar sua posição no mercado cafeeiro daquele país.

PORQUE NACIONAL DE MATO GROSSO

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, está estudando a criação de um parque

nacional no Pantanal Mato-Grossense e, para tanto, enviou à região uma equipe de técnicos que concluiu ser de interesse preservar fauna e flora numa área de 80 a 200 mil hectares. A região compreende lagoas Uberaba, Guaíba e Mandioré, e está entre a Vazante do Castelo (confluência com o Rio Negro) e os limites das fazendas Rio Negro e Tupaciretá. Efetivada a medida, o Brasil, terá 15 parques nacionais

TRIGO AMERICANO FODERÁ TER MERCADO BRASILEIRO REDUZIDO

O Brasil poderá reduzir suas compras de trigo norte-americano, se os Estados Unidos limitarem a importação de têxteis brasileiros, cuja colocação atualmente no mercado norte-americano ascende a quase cinco milhões de dólares.

A represália brasileira é a primeira insinuada por um país da América Latina, caso o Congresso aprove uma lei que se encontra em estudos para estabelecer um mecanismo de quotas aplicável a todo tipo de artigo que se dissemine no mercado norte-americano.

TRIGO ARGENTINO PARA MOINHOS DO SUL

A Rede Ferroviária Federal vai iniciar, o transporte de 15 mil toneladas de trigo argentino para os moinhos do Sul do País, localizados principalmente em Herval O'Oeste, Lajes, Júlio de Castilho, Matra e Vacaria. O produto será entregue aos vagões a granel, via Uruguaianna, através da 13ª Divisão Rio Grande do Sul, e o acordo entre a CACEX e a RFFSA para levar o trigo àquelas cidades do Sul do País foi por causa do êxito alcançado pela ferrovia no primeiro transporte ocorrido em 1969.

FEIRA DO GADO NELORE

Pela primeira vez no Brasil, será realizada em São Paulo, no Parque de Água Branca, de 3 a 10 de outubro próximo, a I Feira Nacional do Nelore. O objetivo da feira é mostrar o gado nelore como o animal que mais se adapta aos meios ambientes do Brasil e como capaz de produzir mais carne em menos tempo.

A feira será patrocinada pela Associação dos Criadores do Nelore no Brasil, juntamente com a IX Feira Nacional de Animais da APCB, e nela se-

rão apresentados reprodutores do gado melior de 15 Estados brasileiros.

REFLORESTAMENTO EM MINAS

Para treinamento de 118 técnicos, no desenvolvimento da segunda fase da Campanha Integrada de Reflorestamento de Minas Gerais, foi acertado na Federação da Agricultura desse Estado o convênio de Cr\$ 14.500,00. Seis cursos estão programados para as cidades de Uberaba, Viçosa, Lavras e Sete Lagoas, em julho.

MATADOURO MODELO EM MOSSORÓ

Em Mossoró, R. G. do Norte, o presidente do INDA, em solenidade pública, lançou a pedra fundamental de um matadouro-modelo que será construído com recursos do órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, localizado próximo à Escola Superior de Agricultura de Mossoró, também edificada pela autarquia dentro das normas modernas do ensino e da técnica, em pleno funcionamento naquela cidade nordestina.

FABRICA DE FERTILIZANTES NO PARAGUAI

Um vasto programa de expansão agrícola destinado a melhorar a qualidade do cultivo está sendo posto em prática no Paraguai pelo Banco Nacional de Fomento daquele país. O problema a resolver, no momento, é a instalação de uma fábrica de fertilizantes, vital para os planos agrícolas guaranis, e que chegou a ser debatido entre técnicos paraguaios e investidores brasileiros interessados. Segundo fontes do consulado paraguaio no Rio, a semeadura do trigo atingiu a níveis extraordinários anuais, no montante aproximado de 9 milhões de dólares. Para os próximos anos, o Paraguai espera máquinas, silos e imigrantes europeus para os trabalhos tricolares.

ESCOAMENTO DE TRIGO

Para garantir o escoamento da próxima safra de trigo, que deverá alcançar o recorde de 40 mil toneladas, segundo estimativas de técnicos do Governo, os ministros Mário Andreazza, dos Transportes, e Cirne Lima, da Agricultura, estiveram reunidos com representantes de órgãos diretamente ligados ao escoamento da produção do cereal.

No final da reunião foi tomada a seguinte decisão: será construído um ramal ferroviário de 13 quilômetros no Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de facilitar o acesso a uma nova zona de embarque.

Divulgou-se na reunião que a Rede Ferroviária Federal tem capacidade para transportar 90 mil toneladas por mês do cereal, quanto há uma exigência de uma movimentação de cerca de 125 mil toneladas. Ficou decidido que o volume restante será escoado por via marítima.

SUDENE

Os investimentos oriundos dos incentivos fiscais da SUDENE para o setor agrícola e aplicados em toda região que vai desde a área mineira do polígono das secas até o Maranhão são superiores a meio milhão de cruzeiros, segundo levantamento do Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE.

Estão em execução 267 projetos de pecuária, agricultura, avicultura e agropecuária, e os Estados da Paraíba e Minas Gerais lideram as iniciativas. Os investimentos totais, que incluem os 267 projetos de instalação ou ampliação de empresas rurais do Nordeste, mais de 42 pedidos de financiamentos ao Banco do Nordeste do Brasil S. A. alcançam o valor de Cr\$ 84.621 mil, e indicam a criação de 11.793 empregos permanentes na zona rural nordestina. Os dados referem-se ao período 1965 a abril de 1970, período da administração dos incentivos fiscais no setor agropecuário.

COMBATE AO CANCRO CÍTRICO

O município paulista de Monte Castelo foi interditado para o plantio de novos pomares e viveiros de plantas cítricas e gêneros afins. O Instituto Biológico da Secretaria da Agricultura, que está empenhado em erradicar o cancro cítrico no território paulista, proibiu também a saída de qualquer material vegetativo das plantas da espécie — mudas, frutos, galhos, folhas, etc.

Todos os viveiros cítricos, particulares ou comerciais, existentes no município, serão destruídos.

G. B. VACINA GADO EM MASSA

A Secretaria de Agricultura da Guanabara vai iniciar, uma

campanha de vacinação em massa contra a febre aftosa, ao mesmo tempo em que efetuará um levantamento do índice de brucelose do rebanho leiteiro, assim como da prova de tuberculização e vacinação contra a raiva.

A medida tem o objetivo de manter a Guanabara livre de doenças que possam comprometer o rebanho local e de todo o País, pois, embora não seja exportador de carnes, o Estado funciona como verdadeiro "corredor", recebendo e expedindo carne e animais vivos destinados ao consumo interno e à exportação.

EXTINÇÃO DO IBRA E INDA

Extinguindo simultaneamente o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária, o presidente da República assinou decreto que cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entidade autárquica e vinculada ao Ministério da Agricultura. Segundo o decreto, passam ao INCRA todos os servidores e todos os direitos, competência atribuições e responsabilidades dos três órgãos extintos.

REDUÇÃO DE TRIBUTOS E TAXAS DO CACAU

Os produtores de cacau vão promover nova campanha para conseguir a redução de tributos e de taxas.

Atualmente, informam os produtores, os fazendeiros de cacau pagam 51,5%, entre tributos e taxas. Só de ICM (18%) e taxa de retenção do cacau (15) este ônus atinge 33%, que somados às percentagens do Instituto de Cacau e outras totalizam 51,5%.

Explicam os produtores de cacau que erestam apenas 48,5% sujeitos ao Imposto de Renda, IBRA, Funrural, além das despesas de pagamento com empregados, aquisição de adubos, inseticidas e juros bancários como decorrência de financiamentos.

EXPORTAÇÃO DE PEIXE GAÚCHO

Até 1980, os mercados nacional e internacional estarão consumindo 160 mil toneladas de pescado gaúcho, por ano, o que corresponde ao triplo da produção atual.

Esta é a previsão dos técnicos contratados pelo Governo do Estado para elaborar o pla-

nejamento integrado da pesca industrial no Rio Grande do Sul. Na síntese dos estudos entregues ao governador Peracchi Barcelos, os técnicos esclarecem que os novos índices serão alcançados em consequência do crescimento geral da economia e da racionalização da atividade pesqueira no Estado.

CACAU

A intenção dos produtores da Aliança do Cacao de condenar suas políticas de vendas ou retirar temporariamente o cacao do mercado em ação combinada foi demonstrada no comunicado publicado após a reunião de dois dias em Acca, segundo fontes do comércio em Londres. Mesmo que os seis principais produtores de cacao mantenham sua posição firme, espera-se que o vácuo no mercado do cacao continue.

A principal razão da cautela tanto dos corretores como dos fabricantes reside na primeira estimativa irreal do ano passado para a principal safra de cacao de Gana em 1969/70. Há também divergências em relação a nível de vendas das novas principais safras.

FALTAM 6 MILHÕES DE SACAS DE CAFÉ PARA O BRASIL EXPORTAR

Para preencher sua cota de exportação de café no ano cafeeiro que se encerra em setembro próximo, o Brasil terá de exportar, nos meses que faltam quase dois milhões de sacas por mês, volume bastante superior ao da exportação de junho (1.520.920 sacas), que é um dos maiores dos últimos anos.

Em abril último, quando o Conselho da Organização Mundial de Café liberou mais 750 mil sacas da cota de reserva, o total da cota de exportação para o ano cafeeiro 1969/70 passou a 52.760.700 sacas, das quais cabem ao Brasil 19.285.578 sacas.

A atual administração do IBC, ao assumir, encontrou a exportação bastante atrasada em relação à cota. Tanto assim, que até abril só exportaremos 10.285.245 sacas, quando poderíamos ter enviado 11.966.416 para os mercados tradicionais, segundo levantamento da revista *Conjuntura Econômica*, edição junho.

Em maio, a exportação total do Brasil atingiu 1.603.964 sacas, e em junho 1.520.920. O novo total geral, para nove meses de exportação, chega assim a 13.410.129 sacas. Para atingir a cota, portanto, faltam 5.875.419 sacas.

AGRICULTURA E CONSUMO

Entre 1963/68, a renda agrícola aumentou 15% (4% per capita), e a maior produção, em 1968, foi a de cereais. Os maiores crescimentos dentro do setor da produção agrícola foram os da Líbia (62%), Iraque (57%) e Chipre (37%). As exportações quadruplicaram durante o período e a União Soviética foi o país que mais exportou, tendo a saída de seus produtos aumentado 7,4 vezes.

Dentre os produtos mais consumidos, figuram o açúcar, o chá e o café. O Anuário demonstra, através de suas tabelas de consumo, que foram os suecos aqueles que mais beberam café (13,4 kg anuais por pessoa).

VAGÕES PARA O AÇÚCAR

A Rede Ferroviária Federal homologou a concorrência para a montagem de 100 vagões tipo *hopper* fechados para o transporte de açúcar. Os vagões deverão ser utilizados pela 3.ª Divisão-Nordeste no terminal açucareiro em construção no Recife.

SOJA

Enquanto os produtores de trigo e arroz lutam para modificar os preços mínimos fixados pelo Governo federal, o Instituto Privado do Fomento da Soja revela que os preços fixados para o produto são bons e que o Governo deverá reajustá-los antes da safra, em função da modificação da taxa cambial e da inflação.

A soja só começa a ser plantada em outubro e novembro e até lá podem ocorrer as modificações que os produtores da oleaginosa esperam. Por enquanto a soja é o único produto agrícola do Rio Grande do Sul que não precisa se basear em preços mínimos porque os oferecidos pelo mercado nacional são muito bons.

JAPÃO COMPRARÁ TRIGO

A Agência de Alimentos do governo japonês do Japão informou que está solicitando ofertas para a importação de 430.600 toneladas métricas de trigo com embarque em outubro.

O total abrange 150 mil toneladas métricas de trigo duro; 2.600 toneladas de trigo duro para o consumo humano e 53 mil toneladas de trigo duro; 15 mil toneladas de semiduro; 45 mil toneladas de trigo macio e 15 mil toneladas (não classificado) para o uso da forragem.

A Agência também anuncia uma oferta para a importação de 75 mil toneladas de cevada para embarque em outubro.

SUBIDA DO PREÇO DO CACAU

O cacao entrou em alta no mercado a termo de Nova Iorque, após informações "sobre graves danos à próxima colheita brasileira ocasionados por chuvas excessivas".

Os círculos corretores novaiorquinos, embora nada tenham confirmado, admitem estar o Brasil querendo impor cotas de exportação para garantir o abastecimento da indústria brasileira de cacao.

REFLORESTAMENTO É META OFICIAL

O Governo está estimulando um vasto programa de reflorestamento a ser desenvolvido por todo o país. A medida tem como objetivo corrigir clamorosos erros do passado, quando a omissão permitia o devastamento de imensas reservas florestais e concorria para que vastas áreas fossem transformadas em verdadeiros desertos.

Hoje, a palavra de ordem é uma só: para cada árvore que for abatida pelo machado, ser a ou pelas queimadas imprevidentes, duas outras devem ser plantadas. E o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal está a isso, não só para fiscalizar os abates indiscriminados e forçar o replantio, como, principalmente, para incentivar a mentalidade de que todo dia é "dia da árvore".

FÁBRICA DE ADUBO NO SUL

Uma fábrica de adubos capaz de produzir 300 milhões de quilos anuais do produto, será instalada até 1972 no município gaúcho de Rio Grande.

Para a instalação da fábrica de adubos no Rio Grande do Sul, estão previstos investimentos da ordem de 59 milhões de cruzeiros, dos quais 32,5 serão aplicados diretamente pelo BNDE. O adubo será produzido na base de ácidos sulfúrico e nítrico aplicados em rochas fosfatadas, resultando daí uma mistura que será enriquecida com potássio.

EXTINÇÃO DA FAUNA

No Brasil, o Pantanal de Mato Grosso é uma das mais ricas reservas de animais em todo o mundo, mas a fúria dos caçadores é tal, que 54 espécies estão ameaçadas de extinção, no País. Uma lei de 1967 trouxe severas restrições à caça e proibiu-a totalmente em grande parte do território brasileiro. Uma das funções do IBDF é proteger a fauna, mas a sua atividade fiscalizadora ainda é bastante ineficaz, ante o voraz apetite de todos os tipos de caçadores.

Estes vão desde os profissionais que se esmeram em extinguir determinadas espécies, até o caboclo, que caça para obter algum dinheiro na feira.

O drama da extinção de certas espécies de animais de peles muito procuradas também atingiu outros países e a solução tentada foi a de criá-los em vez de caçá-los predatoriamente. Nos Estados Unidos e Canadá há grandes fazendas de criação de visons, além de rato almiscareiro, martas, skunks, raposas etc. Os governos do Peru, Chile, Bolívia e Argentina criam chinchila, outrora abundante nos Andes, enquanto a União Soviética dedica ao rato almiscareiro os enormes pântanos do Lago Balkach.

FESTAS AGRÍLAS

O calendário oficial da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo oferece as seguintes feiras, exposições e festas agropecuárias no mês de agosto: dia 9 em Bauru, a XII Exposição Agropecuária; de 11 a 13, Exposição Agrícola em Tupi Paulista; de 15 a 23, Exposição Agropecuária de Jaú.

Em setembro: de 1 a 5, Exposição Agrícola de Tupã; de 5 a 13, Exposição de Animais de Sorocaba; de 18 a 23, Exposição Agropecuária de Franca. Nos meses de agosto e setembro, realizam-se ainda as festas do Milho, em Morro Rgudo; do Tomate, em Taquaritinga e do Morango em Jundiá; e do Granjeiro, em Descalvado.

RENOVAÇÃO DE CAFESAIS

O IBC, o GERCA e o Banco do Estado do Paraná assinaram convênio no valor de 30 milhões de cruzeiros para o financiamento do plantio e replantio de 40 milhões de cafeeiros no Estado paranaense, conforme o plano de renovação e revigoração dos cafezais do IBC, que prevê a plantação de mais 200 milhões de novos cafeeiros no Brasil. Com esse programa o IBC espera aumentar a produção brasileira, que na safra 1977/78 atingiria aproximadamente, 29 milhões de sacas.

REFLOSTAMENTO

As áreas florestais de Minas, São Paulo, Paraná e Santa Catarina contarão com mais de 4,4 milhões de árvores. Esse total será consequência das aplicações dos incentivos fiscais no reflorestamento de uma área de 23 milhões de metros quadrados. Serão plantadas diferentes espécies de árvores num investimento da ordem de Cr\$ 3 milhões. Os projetos de reflorestamento foram elaborados pela

BRADESPLAN, organização especializada em projetos agropecuários e florestais, associação do grupo BRADESCO. Deverão ser realizados 18 projetos de 14 empresas.

MONTES CLAROS BENEFICIANDO COM SEMENTES DE ALGODÃO

A Secretaria de Agricultura e a Cooperativa Agrícola de Minas, acabam de enviar para Montes Claros mais dez vagões com sementes selecionadas de algodão que, através da Cooperativa Regional dos Produtores de Algodão, serão distribuídas aos agricultores a preço de custo e com financiamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Até o fim do ano, os cotonicultores da região mineira do polígono das secas, deverão receber mais 100 vagões de sementes, representando, cerca de 60 mil sacas, e uma variedade com alto poder de germinação, obtidas sob controle rigoroso.

CURSO DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA

Com a finalidade de preparar maior número de técnicos para desenvolver o emprego de aviões na execução de algumas práticas agrícolas — semeaduras, adubação e tratamento das lavouras contra pragas — o Ministério da Agricultura fará realizar um Curso de Coordenadores de Aviação Agrícola.

Isso acontecerá a partir do próximo dia 14 de setembro, na Escola Superior de Agricultura de Lavras, Minas Gerais. Com a duração de 45 dias, o Curso é privativo de engenheiros-agrônomo e será desenvolvido às expensas do Ministério da Agricultura.

RECORDE DE ALGODÃO EM GOIÁS

O ano agrícola 70/71 de Goiás, promete ser dos mais promissores, principalmente em relação ao plantio de algodão, arroz, soja e amendoim, sendo que em relação ao primeiro produto, a produção ultrapassou todas as expectativas, passando de 500 mil arrôbas, em 1965, para 2,5 milhões no corrente exercício.

O desenvolvimento agrícola goiano, teve sua maior expressão no município de Santa Helena, para o qual a Secretaria de Agricultura do Estado já encaminhara a agência, local do Banco do Brasil, projetos para financiamentos, que abrangem as seguintes áreas: algodão — 1.570 alqueires geométricos; soja — 534 alqueires e amendoim — 189 alqueires.

VENDA DE ZEBU

Os exportadores de gado zebu resolveram, na última reunião da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, procurar o ministro Cirne Lima, para levar o pensamento dos criadores sobre os obstáculos que, ultimamente, estão surgindo, para a venda de reprodutores ao exterior. Duas sugestões também aprovadas: É imprescindível a construção do quarentenário da Ilha Anchieta a despeito dos desentendimentos oficiais em se adotar uma medida prática e objetiva; e, a curto prazo, deve-se melhorar as condições de instalação e administração do quarentenário de Itapetinga.

ESCOAMENTO DO MILHO DA ALTA SOROCABANA

O escoamento da safra de milho da Alta Sorocabana, que vem se processando normalmente, com uma média diária de 70 vagões descarregados em Santos, será facilitado pela instalação, naquele porto, de um novo sistema de descarga que possibilitará a colocação de 4.500 toneladas por dia, equivalente ao carregamento de 150 vagões.

BRASIL IMPORTARÁ ALGODÃO

O ministro da Fazenda, atendendo pedidos da indústria têxtil, autorizou a importação de 20 mil toneladas de fibras médias. A importação, contra a qual alguns setores da produção nacional de algodão já protestaram, foi autorizada porque a produção brasileira de fibra longa atingirá, na atual safra, a 15 mil toneladas, enquanto o consumo interno se mantém em 23 mil toneladas/ano.

ALHO

Oitenta e seis atacadistas de alho, estabelecidos em 11 capitais dos Estados, estão interessados em comercializar o alho produzido em Minas — segundo informação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que fez um levantamento a pedido da Coordenação de Horticultura da ACAR de Minas Gerais.

As condições impostas pelos comerciantes interessados são que o produto deve apresentar-se com dentes grandes e cabeças bem formadas, que seja padronizado e classificado por tamanho, variedade e cor, em embalagens comerciais (sacos brancos de plástico, com capacidade de 15 a 20 quilos, ou caixas de madeira com capacidade de 10 quilos).

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de maio e junho de 1970.

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Comercialização — Paraná, Minas Gerais e Estado do Rio — Autorização

O IAA autorizou a comercialização, em regime de exceção, durante junho de 1970, do açúcar cristal, da safra 1970/71, das seguintes usinas:

Paraná — 234 mil sacos

Minas Gerais — 930 mil sacos

Estado do Rio — 600 mil sacos — Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool e usinas não cooperadas (MIC-IAA — Atos 12, 13 e 14, de 29-5-70 — DO-II de 11-6-70, pp. 1.413/4).

AÇÚCAR — Preços — Bonificações e Financiamentos

O IAA aprovou os preços oficiais de liquidação e faturamento do açúcar cristal *standard* dos tipos de açúcar de qualidade superior e dos preços-base da tonelada de cana, nas regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste. Os preços dos açúcares refinado amorfo de primeira, refinado amorfo extra (tipos finos) e refinado granulado serão estabelecidos oportunamente. O IAA poderá promover o financiamento do açúcar cristal e dos tipos superiores não refinados na base de até 80% dos preços oficiais de liquidação do açúcar cristal *standard* (MIC-IAA — Resolução 2.039, de 27-5-70 — DO-II de 10-6-70, p. 1.399).

AÇÚCAR — Exportação — São Paulo — Safra 70/71

O IAA fixou as cotas de açúcar demerara, do contingente de 5 milhões de sacas, a serem exportadas pelas usinas do Estado de São Paulo em sacaria nova de juta (MIC-IAA — Ato 11, de 29-5-70 — DO-II, de 11-6-70, p. 1.413).

AÇÚCAR — Safra de 1970/71 — Plano de Defesa

Aprovado pelo IAA o Plano de Defesa da safra de cana-de-açúcar de 1970/71. A produção nacional autorizada é de 82.659.000 sacos de 60 quilos brutos de açúcar centrifugado, distribuídos pelas Regiões Norte-Nordeste (MIC-IAA — Resolução n.º 2.038, de 30-4-70 — DO-II de 19-5-70, p. 1.197).

AÇÚCAR — Usinas Paulistas e Paranaenses — Moagem

As usinas paulistas e paranaenses do Vale do Paranapanema foram autorizadas a iniciar a moagem de cana a partir de 20-5-70. O montante produzido será retido nas próprias usinas ou nas cooperativas centralizadoras de vendas a que estejam filiadas, até que o IAA fixe as cotas de comercialização para a safra de 1970/71.

Os benefícios de financiamentos-warrantagem serão concedidos à produção resultante da moagem antecipada após o início oficial da safra de 1970/71 nas usinas da Região Centro-Sul (MIC-IAA — Ato 10, de 20-5-70 — DO-II de 3-6-70, p. 1.299).

BORRACHA — Importação — Látex Vegetal

O CNB determinou que, enquanto o látex vegetal centrifugado de procedência nacional não se enquadrar

nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o produto importado, com a finalidade exclusiva da fabricação de fios de seção redonda obtidos por processo de extrusão, é considerado sem similar ou sucedâneo nacional. As importações se aplicará a taxa de organização e regulamentação do mercado da borracha prevista no § 1.º do art. 21 da Lei n.º 5.227, de 1967. O látex vegetal importado, destinado a qualquer outro uso, terá seu preço equiparado àquele fixado para o mesmo produto de origem nacional (MIC-CNB — Resolução 3, de 2-6-70 DO de 17-6-70, p. 4.544).

CAÇA AMADORISTA — Sociedade — Registro — Documentação

O IBDF resolveu que as Sociedades Amadoristas de Caça e Tiro ao Vôo, para obterem concessão de registro, deverão apresentar a documentação referente à constituição da sociedade.

No ato do recebimento do registro de concessão, o interessado fará prova de recolhimento da taxa de meio salário-mínimo regional, consignada na Lei n.º 5.197, de 1967, fornecendo cópias de recolhimento ao Banco do Brasil.

Para a obtenção da licença especial de trânsito para seus associados, os clubes e sociedades de Caça ou Tiro ao Vôo ficam obrigados a remeter anualmente, até 31 de março, a relação dos seus caçadores (MA-IBDF — Portaria n.º 1.407, de 15-4-70 — DO-II de 11-5-70, p. 1.106).

CAFÉ — Exportação — Preços Mínimos de Registro no IBC

O IBC fixou os preços mínimos de registro, a partir de 8-5-70, inclusive, de declarações de venda relativas à exportação de café da safra 1970/71 e anteriores, verde em grão ou o correspondente em café torrado MIC-IBC — Resolução 495, de 7-5-70 — DO-II de 14-5-70, p. 1.151).

CAFÉ DESPOLPADO E COMUM — Safra 1970/71 — pelo IBC — Preços

O IBC fixou os preços de garantia, para sua aquisição, a serem pagos, a partir de 1-7-70, para os cafés das cotas despulpado e comum, da safra 1970/71, entregues nos armazéns do interior, indicados pelo IBC, com impostos pagos e em sacaria nova (MIC-IBC — Resolução 494, de 7-5-70, DO-II de 14-5-70, p. 1.151).

CAFÉ EXPORTAÇÃO — Garantia de Preços — Prorrogação

O IBC prorrogou até 31-8-70 o sistema de garantia de preços, concedida aos importadores, no exterior, sobre suas compras diretas de café no Brasil, de que trata a Resolução 492, de 1970 BLA/70 p. 310), e demais resoluções que disciplinam esse sistema.

A prorrogação cobrirá as operações já registrados ou que venham a se registrar no IBC e cujos cafés forem embarcados até 31-8-70, considerada a data de embarque, aquela consignada na "Resolução Diária de Embarque", modelo 04/3, preenchida pela Agência do IBC no respectivo porto (MIC-IBC — Resolução 496, de 7-5-70 — DO-II de 14-5-70, p. 1.152).

legislação agrícola

CAFÉ — Fornecimento em Navios e Aeronaves — Normas

O IBC estabeleceu normas para o fornecimento de café industrializado a passageiros ou tripulantes de navios e aviões de linhas internacionais, nos portos, aeroportos e locais de grande afluência turística (MIC-IBC — Resolução 498 de 25-5-70 — DO-II de 11-6-70, p. 1.414).

CAFÉ TORRADO E MOÍDO — Tabelamento

O IBC fixou em Cr\$ 1,60 e Cr\$ 1,80 por quilo, respectivamente, no atacado e no varejo, a partir de 24-4-70, os preços máximos do café torrado e moído a que se refere o Comunicado n.º 15, de 1969 (MIC-IBC — Comunicado n.º 14, de 24-4-70 — DO-II de 4-5-70, p. 1.048).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Boletim de Estoque — Brasília

O Delegado Regional da SUNAB, em Brasília determinou que todas as firmas que operam na área do Distrito Federal como atacadistas de carne bovina ficam obrigadas a apresentar na Delegacia Regional, até as 17 horas do dia útil imediato ao relatado, o boletim referente à carne bovina recebida e distribuída para todos os fins.

O boletim deverá conter discriminadas as peças traças e dianteiras com os respectivos pesos e preços unitários por quilograma, devendo ser realçado o caso de a firma não ter recebido carne (MA-SUNAB-DF — Portaria 9, de 13-5-70 — DO-II de 18-5-70, p. 1.176).

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL — Prazos — Profissionais da Agricultura

Estará sujeita aos mesmos prazos de recolhimento do imposto territorial rural a Contribuição Sindical devida pelos integrantes das categorias econômicas e profissionais da agricultura, lançada e cobrada pelo IBRA.

Quando recolhida após o primeiro vencimento do imóvel, a que se referir, haverá acréscimo de multa de 10% (MA-GB — Portaria 195, de 5-5-70 — DO de 8-5-70, p. 3.362).

CRÉDITO RURAL — Pecuária — Financeiras — Utilização de Recursos — Agricultura

No sentido de regulamentar as operações de crédito rural, fixadas na Resolução 140, de 1970 (BLA/70, p. 309), o Banco Central autorizou as instituições financeiras a utilizar até a totalidade dos recursos decorrentes da Resolução 69 em operações de custeio e investimento. Aos produtores adquirentes de insumos modernos deve ser assegurada cobertura financeira para os demais gastos de exploração, inclusive de comercialização (MF-BCB — Circular 134, de 28-4-70 DO-II de 13-5-70, p. 1.129).

CRÉDITO RURAL — Agricultura e Pecuária — Empreendimento junto ao BID

O Ministro da Fazenda foi autorizado a contratar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, empréstimo de US\$ 35 milhões, destinado ao financiamento de programas de crédito rural, executados através do Fundo Geral para a Agricultura e Indústria FUNAGRI (Decreto 66.626 de 22-5-70 — DO de 28-5-70, p. 3.938).

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL — Estimulos Fiscais — Normas

O IBDF instituiu novas normas para as pessoas físicas ou jurídicas que pretendam aos estimulos fiscais de empreendimentos florestais, previstos na Lei n.º 5.106, de 1969, regulamentada pelo Decreto n.º 59.615, do mesmo ano.

A partir de 1970 o IBDF não aceitará projetos individuais, para implantação do florestamento ou reflorestamento, referentes a áreas contíguas, quando estas forem do mesmo proprietário ou cedente.

No caso de participação múltipla, por qualquer de suas formas, o IBDF só aceitará, para posterior análise, projetos que visem a reflorestar área mínima efetiva de 400 ha, respeitado o mínimo individual de 10.000 árvores anuais, exigido pela legislação em vigor.

Quando se tratar de plantio de árvores frutíferas a área mínima será de 50 ha e os projetos deverão apresentar total uniformidade quanto à espécie plantada, não sendo permitida qualquer consorciação.

Para os projetos de participação múltipla, por qualquer de suas formas, as firmas especializadas inscritas, antes de protocolar o projeto e atendidas as exigências, deverão requerer ao IBDF vistoria prévia da área, para exame de sua exequibilidade jurídica e praticabilidade técnica.

Poderão protocolar seus projetos, 30 dias após a data do pedido de vistoria, se não houver documento de inspeção do IBDF dispondo em contrário.

As firmas especializadas inscritas ficam, também, obrigadas a comprovar, junto ao IBDF, a capacidade de seus viveiros ou a apresentar documentos relativos a contratos de fornecimento de sementes e mudas necessárias, mencionando o número de mudas, celebrados com firmas empreiteiras, também registradas naquele Instituto.

Nos contratos de elaboração e execução de projetos, devidamente registrados, deverá constar cláusula de ressarcimento das importâncias recebidas, quando ocorrer o indeferimento do projeto por falhas na elaboração ou, em consequência de fiscalização, for constatada a má qualidade dos serviços técnicos, redundando em prejuizo para o interessado. Nos projetos de participação múltipla ou congêneres, o IBDF só liberará as parcelas a serem contratadas desde que previamente requerida ao Instituto, pela firma especializada ou engenheiros responsáveis, a verificação da área realmente plantada, de vez que sua liberação depende de execução, respeitados os contratos já firmados e devidamente registrados.

Os projetos para pessoas jurídicas só poderão ser elaborados, considerando o período de implantação correspondente ao ano agrícola, respeitada a particularidade do seu exercício fiscal.

Todos os títulos de propriedade das áreas dos empreendimentos florestais a que se referem os projetos deverão estar cadastrados no IBRA.

Todos os projetos deverão mencionar o período fiscal do contribuinte individual ou participante, sendo que as pessoas jurídicas poderão requerer junto ao IBDF o Certificado de Despesas, até à época das suas declarações de renda.

Não serão consideradas, pelo IBDF, as promessas de venda que não contenham em seu texto, devidamente transcrito no Cartório de Imóveis, termo do promitente vendedor declarando respeitar a área vinculada ao IBDF, objeto do projeto, no caso do não pagamento.

O contribuinte do projeto não poderá executá-lo para os co-participantes sem a inscrição no Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DR-NR) do Ministério da Agricultura, atendidas as formalidades de registro do engenheiro-agrônomo responsável perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

No caso de projetos de participação múltipla ou similar, para a venda a terceiros, o IBDF só liberará os que se refiram ao ano-base seguinte, desde que totalmente executados os do ano anterior.

As firmas especializadas, afora o registro do DR-RN deverão encaminhar, no prazo-limite de 30 dias, certidão negativa do Cartório de Protestos, em relação à firma, à Diretoria e ao profissional responsável, reválida anualmente.

Ao requerimento do Certificado de Despesas encaminhado ao IBDF, deverá ser também anexada fotocópia autenticada do ofício, aprovação do projeto ou seu protocolo de entrada no Instituto.

A planta topográfica da área encaminhada com o projeto deverá, obrigatoriamente, ser registrada no Cartório de Imóveis da Comarca onde se situa a terra.

Estabelecido o prazo de 30 dias para as firmas especializadas responderem ao IBDF os seguintes quesitos:

- 1) Relação de maquinaria;
- 2) Área dos viveiros de sua propriedade;
- 3) Número de engenheiros contratados; e
- 4) Número de empregados registrados, devidamente acompanhado de fotocópia autenticada, comprovando o seguro de acidentes do trabalho, fornecido pelo INPS (MIC-IBDF — Portaria n.º 1.419 de 22-4-70 DO-II de 30-4-70, p. 1.030).

ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS — Atividade Fora da Região de Origem — Autorização

Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia concederão "visto" na carteira profissio-

nal ou cartão de registro provisório dos engenheiros, arquitetos e agrônomos que pretenderem exercer atividade em qualquer região que não a de registro de origem. A decisão é do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que revoga a Resolução n.º 176, de 1969 (MTPS-CONFEEA — Resolução n.º 191, de 20-3-70 — DO-II de 4-5-70, p. 1.040).

ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS — Contratação de Profissionais Estrangeiros

Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia poderão autorizar a contratação, pelas entidades públicas e particulares, de profissionais estrangeiros especializados, cujas profissões estejam abrangidas pela Lei n.º 5.194, de 1966. A decisão é do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, condicionando-se a contratação daqueles técnicos ao interesse nacional e à comprovação de escassez de profissionais da mesma especialidade. Um assistente brasileiro do respectivo ramo profissional será mantido junto a cada profissional estrangeiro especializado (MTPS-CONFEEA — Resolução n.º 192 de 20-3-70 — DO-II de 4-5-70, p. 1.040).

Nota da Redação: A Lei n.º 5.194, de 1968, publicada no Diário Oficial de 27-12-66, p. 1.990, regulamenta o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, dando outras providências.

Caracterizam-se as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos: a) aproveitamento e utilização de recursos naturais; b) meios de locomoção e comunicações; c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnico-artísticos; d) instalações e meios de acesso às costas, cursos e massas de água e extensões terrestres; e) desenvolvimento industrial e agropecuário. Quanto ao exercício, no País, dessas profissões, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado aos que possuem, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de faculdade ou escola estrangeira de ensino superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, bem como aos que tenham esse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio; aos estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerados a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente. As denominações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo são privativas dos profissionais acima referidos, acrescidas, obrigatoriamente, das características de sua formação básica.

ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS — Recursos ao Conselho Regional — Prazo

Por decisão do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, caberão recursos ao Conselho Regional das penalidades impostas pelas Câmaras Especializadas, dentro do prazo de 60 dias contados da data da notificação.

Da decisão do Conselho Regional será admitido recurso ao Conselho Federal, com efeito suspensivo, no prazo de 60 dias da notificação ao interessado. (MTPS-CONFEEA — Resolução n.º 190, de 20-3-70 — DO-II de 4-5-70, p. 1.040).

ERVA-MATE — Industriais e Exportadores de Mato Grosso — Registro — Cancelamento

O IBDF cancelou os registros dos industriais e exportadores de mate de Mato Grosso, inscritos no extinto Instituto Nacional do Mate, que deixaram de apresentar, nos prazos estabelecidos, o formulário do cadastro sócio-econômico instituído pelo IBDF. (MA-IBDF — Portaria 1.418, de 29-4-70 — DO-II de 14-5-70, p. 1.149).

FERRUGEM DO CAFEIRO — Erradicação — Agricultura

O Ministro da Agricultura determinou as seguintes e principais providências para a erradicação dos focos da "ferrugem do café": 1) interditar e sujeitar à erradicação todos os Municípios onde se comprovar a existência do fungo; 2) declarar suspeitos todos os Municípios limítrofes aos interditados; 3) declarar automaticamente interditados todos os Municípios onde forem constatados focos da doença; 4) ordenar a erradicação, nas áreas interditadas, de todos os cafeiros isolados e lavouras abandonadas; 5) estabelecer uma faixa de segurança no eixo Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Belo Horizonte, com largura média de 50 quilômetros, onde serão destruídos todos os cafeiros; 6) proibir o trânsito de mudas e quaisquer partes de cafeiros dentro e para fora das áreas interditadas e suspeitas.

Devido a essas novas exigências, ficam revogadas as Portarias n.ºs. 46, de 1970 (BLA/70, p. 159), e 64, do mesmo ano (MA-Gb — Portaria n.º 194, de 4-5-70 — DO de 6-5-70, p. 3.270).

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO COM "CITRUS" — Aprovação de Projetos — Desenvolvimento Florestal

Para aproveitamento dos benefícios fiscais da Lei 5.106, de 1966, a aprovação de projetos de florestamento e reflorestamento com "citrus" fica subordinada à apresentação simultânea de projeto industrial que preveja o consumo de toda a produção proporcionada pelos plantios. A decisão é do IBDF, que fixou o prazo de quatro anos para implantação daquele projeto (MA-IBDF — Portaria 1.423, de 28-4-70 — DO-II de 14-5-70, p. 1.149).

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL — Taxas e Contribuições — Cobrança pelo IBRA

O Presidente do IBRA determinou que será efetuada a cobrança, até 31-8-70, do imposto territorial rural, taxa de serviços cadastrais, contribuição sindical rural e contribuição ao IBRA dos imóveis rurais localizados nos Estados do Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Guanabara, São Paulo, Distrito Federal e Território do Amapá.

Estão incluídos na Guia de Arrecadação do exercício de 1970 o imposto sobre a propriedade territorial rural, taxa de serviços cadastrais e contribuição ao IBRA relativos ao exercício anteriores e ainda não quitados (MA-IBRA — Edital de 27-5-70 — DO-II de 1-6-70, p. 1.286).

LEITE — Abastecimento — Boletins de Estoque — Rio Grande do Norte

A SUNAB estabeleceu para as firmas beneficiadoras e distribuidoras, responsáveis pelo abastecimento de leite *in natura*, no Rio Grande do Norte, obrigatoriedade de apresentação semanal do boletim, referente às entradas e saídas do produto.

O item "saídas" deverá especificar as quantidades distribuídas para consumo da população e as destinadas à industrialização.

Os boletins serão entregues à Delegacia da Autarquia no Rio Grande do Norte às segundas-feiras até 17 horas e corresponderão ao movimento da semana anterior (de segunda a domingo), sendo obrigatória a apresentação das declarações negativas contendo:

- I — Estoque anterior;
- II — Total das entradas e saídas, dia a dia, durante a semana;
- III — Estoque no último dia da semana (MA-SUNAB — Portaria n.º 21, de 8-5-70 — DO-II de 15-5-70, p. 1.158).

NOTA DA REDAÇÃO: A presente Portaria entrou em vigor a 19-5-70.

legislação agrícola

LEITE — Abastecimento — Tabelamento — Preços Mínimos e Máximos

A SUNAB fixou, para vigorar nas relações comerciais entre particulares, o preço mínimo bruto do litro de leite normal para o consumo *in natura* e direto (leite em pó), referente à cota do produtor (leite-cota) e ao considerado como excesso a essa cota (leite-excesso).

O preço mínimo bruto de leite-cota entregue pelo produtor na plataforma da usina regional será de Cr\$ 0,38.

O preço mínimo bruto do litro de leite-excesso entregue pelo produtor na plataforma da usina regional de leite *in natura*, será o resultante da aplicação dos percentuais adiante especificados, sobre o preço mínimo bruto de Cr\$ 0,38: janeiro, 60%; fevereiro, 65%; março, 70%; abril, 70%; maio, 70%; junho, —; julho, —; agosto, —; setembro, —; outubro, 70% novembro, 65; dezembro, 60%.

Quando, para a fixação de cota, forem considerados apenas 3 dos 4 meses previstos, o preço mínimo bruto para o litro de leite-excesso, no mês restante, será de 70% de Cr\$ 0,38.

As indústrias de leite em pó para fins industriais, de queijo e de manteiga ficam obrigadas a obedecer ao sistema de cota e excesso, sendo que o preço mínimo bruto do litro de leite-cota, entregue pelo produtor na plataforma do conjunto industrial, é fixado em 90% do preço mínimo bruto de Cr\$ 0,38, e o preço mínimo bruto de leite-excesso, entregue pelo produtor na mesma plataforma, será o resultante da aplicação dos percentuais acima sobre o preço mínimo bruto de 90% sobre Cr\$ 0,38.

Sempre que o litro de leite-cota ou leite-excesso, adquirido do produtor, contiver índice de gordura (matéria gorda) superior a 3,1%, seu preço mínimo bruto será acrescido de, no mínimo, 0,5% de Cr\$ 0,38 por decimal de excesso de gordura, devendo constar na nota de compra ou recebimento de leite do produtor, ficando, entretanto, excluídas dessa obrigatoriedade as indústrias específicas de queijo e manteiga.

Nas bacias leiteiras que compreendem Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara e Goiás, as margens máximas de participação na comercialização do litro de leite *in natura*, tipo C, padronizado em 3% de gordura, são as seguintes: a) Leite engarrafado mecânicamente e com fecho inviolável:

I — Da usina regional pôsto na plataforma do entreposto	0,035
II — Do entreposto pela distribuição, ao varejista	0,094
III — Do varejista ao consumidor	0,024
IV — Fica liberada a entrega a domicílio.	

b) Leite envasado em sacos plásticos mecânicamente:

I — Da usina regional pôsto na plataforma do entreposto	0,035
II — Do entreposto, pela distribuição, ao varejista	0,104
III — Do varejista ao consumidor	0,024
IV — Fica liberada a entrega a domicílio.	

c) Leite a granel:

I — Da usina regional pôsto na plataforma do entreposto	0,035
II — Do entreposto, na sua plataforma ao varejista	0,046
III — Do varejista ao consumidor	0,019

d) Leite a granel em Belo Horizonte:

I — Da usina regional pôsto na plataforma do entreposto	0,035
II — Do entreposto, na sua plataforma ao varejista	0,046
III — Do varejista ao consumidor	0,023

As margens acima não incluem o ICM que poderá ser computado na formação de preços, quando incidir, desde que comprovado o seu recolhimento, mas já incluem todas as taxas e serviços que possam recair sobre a comercialização do leite, ficando proibida a inclusão de qualquer outra.

O ICM incidente no Estado de origem será deduzido do preço pago ao produtor.

O valor equivalente ao ICM será deduzido do preço pago ao produtor, inclusive nos Estados onde, havendo isenção na primeira operação, não haja autorização de crédito fiscal relativo àquela operação; quando a autorização do crédito fiscal for parcial, a dedução do preço pago ao produtor será equivalente à diferença entre a isenção concedida ao produtor e o crédito autorizado ao comprador.

O custo do transporte do leite entre a usina e o entreposto ou conjunto industrial poderá ser deduzido do preço mínimo bruto fixado para o produtor.

O entreposto deverá arredondar o preço de venda ao varejista, de modo que somado à margem do varejista e acrescido do ICM, quando incidente, determine o preço final dentro do padrão monetário vigente.

Estas normas se aplicam às bacias leiteiras formadas pelos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, São Paulo e Goiás, e os Delegados da SUNAB no Distrito Federal, nos demais Estados e Territórios, ficam autorizados, se necessário for, a baixar ato disciplinador da comercialização do leite, atendendo às peculiaridades locais.

Dependerá de autorização da SUNAB a comercialização de leite magro, com teor de gordura inferior a 3% (MA-SUNAB — Portaria 23, de 10-5-70 — DO-II de 20-5-70, p. 1.206).

NOTA DA REDAÇÃO: Revogada a Portaria 4 de 1970 (BLA/70) p. 127.

MADEIRA — Exportação — Região Amazônica — Exigências

O Conselho Nacional do Comércio Exterior condicionou ao atendimento de várias exigências as exportações de madeira nos portos da região amazônica, vendido o produto em toros, blocos ou pranchas para laminação. Entre os requisitos a serem atendidos figura a apresentação à SUDAM, SUFRAMA, Banco da Amazônia, Banco do Brasil ou BND, pelas empresas exportadoras, de projeto de investimento na região para industrialização de madeiras ou de desenvolvimento agropecuário, prevendo, inclusive, a industrialização do material lenhoso proveniente do desmate.

O volume das exportações de madeiras a serem realizados obedecerá às seguintes proporções, calculadas para vigorar de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano:

ANO	Em toros	Em madeira industrializada
1972	70%	30%
1973	50%	50%
1974	30%	70%

A continuidade da permissão de exportação fica condicionada a que os interessados apresente:

a) projeto de reflorestamento relativo à reposição florestal na proporção mínima de 4 mudas por metro cúbico de madeira exportada, ou plano técnico de condição e manejo florestal, capaz de assegurar a regeneração natural; b) comprovação de haver iniciado a implantação dos projetos apresentados até 31 de dezembro de 1971 (MIC-CONCE — ReXsolução 59, de 18-5-70 — DO de 2-6-70, p. 4.078).

MATE — Indicação de Análise — Obrigatoriedade — Exportação e Venda

Por determinação do IBDF, a partir de 1-5-71 não será permitida a exposição e venda de qualquer tipo de mate para o consumo cuja embalagem não indicar o laboratório, o número da análise e data de sua realização, sob pena de apreensão do produto. Os industriais de mate registrados no IBDF terão de encaminhar aos laboratórios oficiais, dentro de 30 dias, amostras dos produtos de sua fabricação destinados ao consumo (MA-IBDF) — Portaria 1.478, de 19-5-70 — DO-II de 5-6-70, p. 1.359).

PESCA — Obtenção de Incentivos Fiscais — Análise e Aprovação de Projetos — Suspensão

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca determinou, ad referendum do Conselho Deliberativo,

a suspensão da análise e aprovação de projetos que objetivem a obtenção dos incentivos fiscais de que trata o art. 81 do Decreto-lei 221, de 1967, ressalvados os projetos já protocolados e em tramitação na SUDEPE. Essa decisão vigora a partir de 7-5-70 (MA-SUDEPE — Portaria 288, de 7-5-70 — DO-II de 1-5-70, p. 1.217).

PINHO — Exportação — Tabelamento — Preços Mínimos — Alteração

O IBDF fixou os novos preços mínimos para exportação de madeira de pinho, em chapas ou placas compensadas, alterando a tabela anexa à Portaria n.º 808, de 1969 (BLA/69, p. 267).

Os preços anteriormente vigentes poderão ser reconhecidos quando as exportações estiverem amparadas em Cartas de Crédito Irrevogável, abertas no exterior, ou em Guias de Exportação, protocoladas na CACEX, ou por esta concedidas até 20-5-70 (MA-IBDF — Portaria 1.431 de 29-4-70 — DO-II de 20-5-70, p. 1.208).

ESTADO DA GUANABARA

FEIRAS-LIVRES — Cobertura — Côres — Abastecimento

O Departamento de Abastecimento fixou as cores das coberturas de lona para os tabuleiros de feirantes: verde e branco — feirante produtor; vermelho e branco — feirante mercador; azul e branco — pescado; verde — cabeceira de feira; e azul — inválido (SA-NAB — Ordem de Serviço "E" 22, de 25-5-70 — DO-GB de 3-6-70, p. 9.004).

FEIRAS-LIVRES — Comércio Clandestino — Coibição — Abastecimento

A Divisão de Fiscalização, do Departamento de Abastecimento, determinou que todas as anormalidades apuradas nas feiras-livres, quanto ao comércio clandestino, devem ser registradas no mapa diário de ocorrência, tanto pelos fiscais do Departamento como pelos policiais em serviço nas feiras. Todas as divergências entre os agentes fiscalizadores serão comunicadas à chefia do serviço de fiscalização das feiras-livres, que as submeterá ao diretor da divisão para as providências cabíveis, visando ao maior entrosamento com o Comando da Polícia Militar (SA-NAB-DF — Ordem de Serviço "E" n.º 1 de 15-4-70 — DO-GB de 4-5-70, p. 7.437).

FEIRAS-LIVRES — Funcionamento — Regulamentação — Abastecimento

Regulamentado o Decreto-Lei n.º 311, de 1970, que estabelece normas para o funcionamento a título precário das feiras-livres, nas quais só poderão comerciar as pessoas físicas ou jurídicas previamente matriculadas no Departamento de Abastecimento.

Os comércios permitidos são os de verduras e frutas nacionais e estrangeiras, flores e plantas naturais, aves abatidas, ovos e pescado.

Respeitada a situação dos atuais permissionários, os demais comércios, tanto na categoria de feirantes como de cabeceira de feira, são considerados extintos.

O regulamento dividiu os feirantes nas categorias de feirante-produtor, feirante-mercador, cabeceira-de-feira, feirante-auxiliar e inválido. Os incluídos nesta última categoria — cegos, mutilados, paraplégicos, excepcionais e aqueles que, com 60 anos de idade, não possuem condições físicas para o exercício de outra atividade econômica — poderão vender exclusivamente artigos de papelaria, de armarinho, de toucador, de limpeza e perfumarias nacionais, quinquilharias, estampas, flores e plantas artificiais, material plástico e miudezas.

Estabelece, ainda, o regulamento as normas para transferência de matrículas, transferência de comércio e de categoria, cassação e restabelecimento de matrículas, apreensão de mercadorias, redução, transferência e extinção das feiras-livres, infrações e penalidades (Decreto "E" n.º 3.852, de 12-5-70, DO-GB de 14-5-70, p. 8.114).

FEIRAS-LIVRES-EX — Regularização — Abastecimento

Aos feirantes que vinham exercendo atividades nas ex-feiras nordestinas serão concedidas matrículas para os comércios de roupas feitas, calçados, armarinhos, ferragens e alumínio e temperos além dos constantes do Decreto-lei 311, de 1970, que estabelece normas para o funcionamento das feiras-livres (BLA/70, p. 264).

Os feirantes que vinham explorando os ramos de perfumaria, bijuterias e plásticos deverão ser matriculados na categoria de armarinho, visto que aqueles artigos se enquadram na classificação dessa categoria (SA-NAB — Ordem de Serviço "E" 23, de 26-5-70 — DO-GB de 3-6-70, p. 9.004).

PECUARIA — Parcelamento ou Remembramento de Terras — Termo de Concordância — Agricultura

O Secretário de Agricultura regulamentou o Decreto "E" n.º 3.373, de 1970, estabelecendo que os processos de licenciamento para parcelamento ou remembramento de terras nas áreas em que exercem atividades agropecuárias — ou que para esse fim possam ser aproveitadas nas XVI, XVII, XVIII e XIX Regiões Administrativas, oriundas da Secretaria de Obras Públicas, deverão ser objeto de Termo de Concordância da Secretaria da Agricultura, nos termos do art. 1.º do decreto regulamentado.

Para cada processo, o Chefe de Gabinete designará um grupo de trabalho que, constituído dos representantes dos Departamentos de Agricultura, Recursos Naturais, Produção Animal e Serviço de Assistência Jurídica, examinará no local os aspectos técnicos e considerará as exigências a cumprir, apresentando ao Secretário relatório conclusivo.

Se homologado pelo Secretário, através de despacho publicado, caberá ao Chefe de Gabinete a assinatura do Termo de Concordância juntamente com a parte interessada, de acordo com o modelo anexo.

Ficam dispensados da lavratura do Termo de Concordância da Secretaria os processos referentes às áreas destinadas à implantação de somas industriais e à construção de conjuntos residenciais da COHAB.

TÉRMO DE CONCORDANCIA

A Secretaria de Agricultura do Estado da Guanabara, nos termos do Decreto "N" n.º 3.373, de 11 de março de 1970, e através de seus órgãos técnicos competentes, declara nada ter a opor quanto ao licenciamento do loteamento

localizado
na Região Administrativa
constante do processo desde que
atendidas pelo responsável as seguintes exigências:
.....
.....
Estado da Guanabara, de de 1970.

Responsável

Chefe de Gabinete

(SA-GB — Portaria "E" n.º 13, de 29-4-70 — DO-GB de 7-5-70, p. 7.677).

URBANIZAÇÃO — Desenvolvimento Urbano — Regulamentação Complementar

Aprovados os Regulamentos Complementares à Lei do Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara — Zoneamentos, Parcelamentos da Terra, Edificações e Construções, Assentamento de Máquinas, Motores e Equipamentos, Licenciamento e Fiscalização nos quais estão definidos os tipos de uso da terra no Estado e estabelecidas as intensidades de sua utilização, bem como as atividades permissíveis.

Ressalvadas as hipóteses previstas nos mencionados Regulamentos, ficam mantidos os projetos aprovados e decretos específicos de alinhamento e urba-

legislação agrícola

nização atualmente em vigor; os limites máximos de construção, com ou sem formação de áreas coletivas, fixados em projetos aprovados ou decretos específicos; e todas as normas legais e regulamentos sobre a colocação de anúncios e letreiros luminosos nas diferentes zonas e a colocação de mesas e cadeiras, constantes do Título V, Seções I e II, do Regulamento de Zoneamento, para cuja aplicação será adotado um glossário que o acompanha.

Os alvarás de licença de obras não iniciadas têm a sua prorrogação ou reavaliação proibidas desde que desobedeçam a estas normas.

Revogados os Decretos n.ºs. 6.000, de 1937, e 1.077, de 1968 — BLA/68, p. 128 (Decreto "E" n.º 3.800, de 20-4-70 — DO-GB — Suplemento de 4-5-70, p. 1).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAFÉ — Programa de Financiamento à Lavoura — Recursos — Destinação

O Programa de Financiamento à Lavoura Cafeeira será preferencialmente custeado com recursos do Instituto do Café do Estado de São Paulo (ICESP) e de receita do Estado, até a proporção do ICM arrecadado sobre as operações com café (Decreto-lei de 29-5-70 — DO-SP de 30-5-70, p. 18).

CAFÉ — Sementes Despulpadas — Tabelamento

Fixado pela Secretaria da Agricultura em Cr\$ 9,00 o preço para o quilo de sementes despulpadas de café, oriundas das Estações Experimentais, do Instituto Agronômico, para o exercício de 1970 (SA/GB — Resolução de 9-6-70 — DO-SP de 10-6-70, p. 18).

CONSERVAÇÃO DO SOLO, CONCURSO DE — Alteração — Agricultura

O art. 7.º da Resolução s/n.º, publicada no DO-SP de 3-12-68, que regulamenta os concursos de conservação do solo, por determinação do Secretário da Agricultura, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7.º — O julgamento e a classificação das propriedades serão realizados pelas comissões correspondentes, obedecendo os seguintes prazos: até 31 de março — Concurso Sub-Regional; até 30 de setembro do ano subsequente — Concurso Estadual" SA-GB — Resolução s/n.º, de 6-5-70 — DO-SP de 7-5-70, p. 17).

ICM — Fornecimento de Gado ao Exército — Isenção

Estão isentas do ICM as saídas de gado em pé, destinado ao Matadouro Industrial General Rubem Brissac, do Estabelecimento Regional de Subsistência do II Exército, localizado em Barueri (Decreto 52.453 de 18-5-70 — DO-SP de 19-5-70 p. 3).

PLANTAS MATRIZES — Registro — Agricultura

O Secretário da Agricultura aprovou o Regulamento do Registro de Plantas Matrizes, a que se refere o Decreto 51.292 de 1969 — BLA/69, p. 67 (SA-GB — Resolução de 26-5-70, DO-SP de 27-5-70, p. 21).

UNIVERSITARIOS — Estágio — Alteração — Administração Pública — Secretaria de Agricultura

O art. 5.º — A retribuição dos estagiários será equivalente a um salário-mínimo vigente nesta Capital na época da realização do estágio (Decreto s/n.º, de 4-5-70 — DO-SP de 5-5-70, p. 5).

VIVEIROS — Registro — Agricultura

O Instituto Biológico obrigou todo viveirista, pessoa física ou jurídica, a registrar seus viveiros no órgão competente da Secretaria de Agricultura.

Os requerimentos para registros serão dirigidos ao Diretor da DIRA da região, entregues na Casa da Agricultura do Município e, obrigatoriamente, instruídos com as seguintes informações:

a) nome do requerente (declarar se é proprietário ou arrendatário); b) Município onde se localiza o viveiro; c) nome da propriedade; d) bairro; e) distância da sede do Município e estrada de acesso; f) declarar se é cooperador na produção de mudas junto à Divisão de Sementes e Mudas do DAS; g) plano de produção, com indicação precisa das variedades de porta-enxertos que serão utilizadas; h) fontes de borbulhas e órgãos vegetativos a serem utilizados; i) declarar se possui Matrizes Registradas; em caso afirmativo, especificar as variedades, a quantidade e a identificação de cada uma. A identificação será o número de registro concedido pela Comissão de Registro de Plantas Matrizes (SA-IB — Portaria 40, de 20-5-70 — DO-SP de 22-5-70, p. 21).

Nota da Redação: Revogada a Portaria 18, de 1961.

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

Julho 1900

O Ministro da Indústria e a Agricultura Nacional, editorial; A Exposição Agrícola e Industrial do Paraná; Contabilidade Rural III (cont.), Fábio Leal; Cultura racional das batatas, Gustavo D'Utra; Instrução Agrícola nas Escolas, Culturas para pequena lavoura; Um novo alimento para a zona tropical; Uma nova planta par curtis; O Girassol, Dr. F. M. Drae-

ner; Crônica Agrícola, Domingos Sérgio de Carvalho; Informações, Variedades.

Agosto

Propaganda do café, editorial; Febre aftosa, Domingos Sérgio de Carvalho; O Cacau, J. M. da Silva Coutinho, Experiências notáveis sobre o trigo, por W. S. Harwood; Crônica Agrícola, Domingos Sérgio de Carvalho; Variedades; Cultura do linho.

INDUSTRIA METALURGICA N. S. DA APARECIDA S.A.

ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO:
Rua Líbero Badaró, 471 —
20.º and. - Tel. 32-9339
Caixa Postal: 8070



USINA EM SOROCABA:
E. F. S. - "DESVIO THOMAZ"
RUA JURUÁ N.º 113
TEL.: 2-0052 - C. POSTAL, 40

ENXADAS

“CORINGA”

Marca Registrada

LEGÍTIMAS

FORJADA E CALÇADA
COM AÇO CARBONO

DA MAIS ALTA QUALIDADE
TEMPERA GARANTIDA



REFERÊNCIA
N.º 3027 - C

TIPO: ———
RIO DE JANEIRO
MINAS GERAIS
ESPÍRITO SANTO
ESTREITA
CÔR AZUL

CORTE POLIDO

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO:

Avenida Rio Branco, 39 - 17.º andar, sala 1701 - Fone 223-3597

RAÇÕES



PARA PRODUÇÃO DE

LEITE e CARNE

GADOLUX 24

com 24 % de proteínas digestíveis
(30 % total) e 20.000 U. VIT. A
por quilo

GADOLUX 18

com 18 % de proteínas digestíveis
e 22 % total

Cia. Luz Stearica

Moinho da Luz

Rua Benedito Otoni, 23 e 24

Rio de Janeiro - GB

Tels.: 228-0489 - 228-3022 - 228-6063